



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

POÇO VERDE DA COMARCA DE POÇO VERDE
Av. São José, Bairro Centro, Poço Verde/SE, CEP 49490000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

Dados do Processo

Processo: 201979000374	Distribuição: 26/02/2019
Número Único: 0000379-18.2019.8.25.0061	Competência: Poço Verde
Classe: Procedimento Comum	Fase: POSTULACAO
Situação: Julgado	Processo Principal: *****
Processo Origem: *****	

Assuntos

- DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - Partes e Procuradores - Assistência Judiciária Gratuita
- DIREITO CIVIL - Responsabilidade Civil - Seguro Obrigatório - Invalidez

Dados das Partes

Requerente: DENISON PAIXÃO RABELO DE SANTANA
Endereço:
Complemento:
Bairro:
Cidade: POCO VERDE - Estado: SE - CEP: 49490000
Advogado(a): DENISSON ALVES CURVELO 7806/SE
Requerido: SEGURADORA LIDER
Endereço: Rua Senador Dantas
Complemento: 15º Andar
Bairro: Centro
Cidade: Rio de Janeiro - Estado: RJ - CEP: 20031205
Advogado(a): KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ 2592/SE



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

**POÇO VERDE DA COMARCA DE POÇO VERDE
Av. São José, Bairro Centro, Poço Verde/SE, CEP 49490000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

Processos Apensados:

--

Processos Dependentes:

--



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

POÇO VERDE DA COMARCA DE POÇO VERDE
Av. São José, Bairro Centro, Poço Verde/SE, CEP 49490000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201979000374

DATA:

26/02/2019

MOVIMENTO:

Distribuição

DESCRIÇÃO:

Registro eletrônico de Processo Judicial sob nº 201979000374, referente ao protocolo nº 20190225155304270, do dia 25/02/2019, às 15h53min, denominado Procedimento Comum, de Assistência Judiciária Gratuita, Invalidez.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim

EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE POÇO VERDE – ESTADO DE SERGIPE.

DENISON PAIXÃO RABELO DE SANTANA, brasileiro, convivente, inscrito no Cadastro de Pessoa Física com os nº 062.311.745-22, residente na Rua João XXIII, 30, Bairro Nação, Poço Verde-SE, CEP 49490-000, através do advogado infrafirmado, com instrumento de procuração anexa e endereço profissional descrito na nota de rodapé, propõe AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT em desfavor da SEGURADORA LÍDER S/A, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas com os números 09.248.608/0001-04, com sede na Rua Senador Dantas, 74, 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP 20031-205, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos.

DA JUSTIÇA GRATUITA

O Requerente possui renda mensal de um salário-mínimo, oriundo de um benefício de prestação continuada (LOAS).

Em virtude disso e baseado na previsão do artigo 5º, inciso LXXIV, da Constituição da República, de que o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos, afirma o seu estado de pobreza.

Nesse aspecto, é contundente a legislação infraconstitucional ao reafirmar o que é dito na Carta Magna. A Lei 1.060/1950 (Lei de Assistência Judiciária) destaca em várias passagens o direito de a parte gozar dos benefícios da justiça gratuita caso se declare necessitada. Vejamos uma delas:

Art. 4º. A parte gozará dos benefícios da assistência judiciária, mediante simples afirmação, na própria petição inicial, de que não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família.

§ 1º. Presume-se pobre, até prova em contrário, quem afirmar essa condição nos termos desta lei, sob pena de pagamento até o décuplo das custas judiciais.

Dessa forma, o Requerente faz jus à concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita, eis que declara não possuir condições de arcar com o pagamento das custas processuais da presente demanda sem prejuízo do seu mantimento e de sua família.

DOS FATOS

O Requerente foi vítima de acidente automobilístico no dia 11 de agosto de 2014, conforme Relatório de Ocorrência anexo, enquanto conduzia uma motocicleta marca Honda, modelo Pop 100, cor vermelha, placa OE06997, Chassi 9C2HB0210CR035724, nas imediações da Rodovia Pedro Almeida Valadares, próximo ao atual Posto de Combustíveis Natuba, nesta Cidade.

Na ocasião, o Requerente sofreu artrose do quadril esquerdo + sequela neurológica em membro inferior esquerdo (Lesão do componente fibular do nervo ciático), conforme laudo pericial anexo.

Diante disso, depois de meses de recuperação, o Autor requereu junto ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS um benefício de prestação continuada, sob o argumento de ter adquirido invalidez, o qual fora deferido (carta de concessão de benefício anexa).

Por volta do mesmo período, também postulou administrativamente o recebimento do Seguro DPVAT¹ por invalidez permanente. Entretanto, embora tenha juntado a documentação necessária, o pagamento jamais foi feito pela Requerida, a qual, desde o ano de 2017, vem dizendo que sua autorização não se encontra concluída, devido a uma suposta exigência documental.

¹ DPVAT - Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre ou por sua Carga a Pessoas Transportadas ou Não.

Dessa forma, o Requerente busca o Poder Judiciário para ver seu direito ao referido seguro ser finalmente viabilizado.

DOS DIREITOS

O direito do Requerente encontra amparo na legislação pátria. A Lei 6.194/1974 determina em seu artigo 5º que o pagamento da indenização deve ocorrer mediante simples prova do acidente e do dano ocorrido.

Com efeito, considera-se invalidez a perda ou redução da funcionalidade de um membro ou órgão. Essa perda ou redução é indenizada pelo Seguro DPVAT quando resulta de um acidente causado por veículo e é permanente, ou seja, quando a recuperação ou reabilitação da área afetada é dada como inviável ao fim do tratamento médico (alta definitiva). Assim, a invalidez é considerada permanente quando a funcionalidade do órgão ou membro é afetada integralmente ou em parte.

Nesse sentido, dispõe o artigo 3º da Lei 6.194/1974 que:

Art. 3o. Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2o desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

a) (revogada);

b) (revogada);

c) (revogada);

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

Logo, considerando que o Requerente não recebeu pelas vias administrativas o que lhe é garantido legalmente no caso da sua invalidez, é tempestiva a alternativa em

socorrer ao Poder Judiciário para exigir da Requerida a devida indenização pelas sequelas ocasionadas pelo acidente.

DOS PEDIDOS

Ante o exposto, requer seja a presente petição e os documentos que a acompanham regularmente recebida, autuada e distribuída por este Juízo, bem como:

1) a concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita, nos termos da Lei 1.060/1950, uma vez que o Requerente se declara pobre e impossibilitado financeiramente de arcar com o pagamento das custas processuais pertinentes ao caso sem prejuízo de seu sustento e de sua família;

2) A citação da Requerida para, se quiser, responder aos termos da presente sob pena de revelia, contudo, dispensa a designação de audiência de conciliação, nos termos do artigo 334, § 4º, I e § 5º, do Código de Processo Civil;

4) d) A condenação da Requerida ao pagamento de juros, correção monetária no que couber, a partir da data do acidente;

5) a condenação da Requerida ao pagamento de honorários advocatícios no percentual equivalente a 20% (vinte inteiros por cento) sobre a condenação, na forma do artigo 85 CPC.

O Requerente provará o alegado por todos os meios admitidos em direito e necessários à solução da controvérsia, em especial pela juntada de documentos e, caso necessário, a realização de perícia, uma vez que a esta petição acompanha Laudo Pericial feito por perito público a época do fato; tudo desde já requerido.

Atribui-se à causa o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Poço Verde, 25 de fevereiro de 2019.

DENISSON ALVES CURVELO

Advogado – OAB-SE 7.806

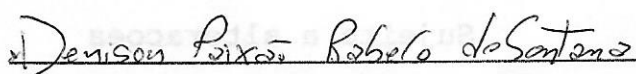
PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: **DENISON PAIXÃO RABELO DE SANTANA**, brasileiro, convivente, agricultor, inscrito no Cadastro de Pessoa Física com os nº 062.311.745-22, residente e domiciliado na Rua João XXIII, 30, Bairro Nação, Poço Verde, Sergipe.

OUTORGADO: **DENISSON ALVES CURVELO**, advogado inscrito nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional de Sergipe, com os nº 7806, residente profissionalmente na Praça Tancredo Neves, 14, Centro, Poço Verde, Sergipe, CEP 49.490-000, Telefone 79-99989-1156, endereço eletrônico denissoncurvelo.adv@gmail.com.

PODERES: Para o foro em geral, bem como os enumerados no artigo 105 do Código de Processo Civil, vedado receber citação inicial, podendo substabelecer, no todo ou em parte, desistir, transigir, receber, dar quitação, levantar quantias depositadas ou oriundas de alvará judicial, firmar acordos, compromissos e apresentar declarações de qualquer natureza, recusar em qualquer juízo ou grau de jurisdição, impugnar, praticar quaisquer atos em defesa do Outorgante, representando-o junto a repartições públicas, praticar todos os atos necessários ao desempenho do mandato por esta instrumentalizado.

Poço Verde-SE, 13 de dezembro de 2018.


DENISON PAIXÃO RABELO DE SANTANA

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 2.429.064-0 2.VIA DATA DE EXPEDIÇÃO 06/10/2016

NOME
DENISON PAIXAO RABELO DE SANTANA

FILIAÇÃO
JOSE CORREIA DE SANTANA
MARIA DO CARMO RABELO DE SANTANA

NATURALIDADE
POCO VERDE-SE DATA DE NASCIMENTO
17/04/1992

DOC ORIGEM
CT. NASCIM. NR 11971 LV A-15 FL 017
CART.3 OFICIO.DIST.COM.POCO VERDE/SE
062.311.745-22

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83



Bradesco

Dia & Noite

BDN - BRADESCO DIA E NOITE
EXTRATO CONTA CORRENTE TERM.054682

DENISON PAIXAO RABELO DE SANTANA 15:51 HRS
AGENCIA 5983 CONTA 0002582-8 13/DEZ/2018

DISPONIVEL
= TOTAL DISPONIVEL 0,13
+ CONTA CORRENTE 0,13

TOTAL DE RECURSOS 0,13

SALDO DISP. P/INVEST. 0,13

LIMITES DE CREDITO
LIMITE EM CONTA 300,00
LIMITE UTILIZADO 0,00
LIMITE A UTILIZAR 300,00
CREDITO PESSOAL 2.000,00
LIMITE UTILIZADO 0,00
LIMITE A UTILIZAR 2.000,00

MOVIMENTACAO CONTA CORRENTE

-----NOVEMBRO/2018-----

DIA	HISTORICO	N.DOCTO	VALOR
	SALDO ANTERIOR		0,03
14	TARIFA BANCARIA 0121118		16,50-
	CESTA B.EXPRESS04		
	S A L D O.....		16,47-
-----DEZEMBRO/2018-----			
03	CREDITO DO INSS 0035983		954,00
	APL.INVEST FAC 1970204		936,53-
	S A L D O.....		1,00
04	RESG INVEST FAC 1970204		10,00
	ENC LIM CREDITO 1453168		1,33-
	ENCARGO - 13,33%		
	IOF UTIL LIMITE 1453168		0,08-
	S A L D O.....		9,59
05	RESG INVEST FAC 1970204		926,54
	SAQUE CARTAO CB 5983081		936,00-
	ESPECIE		
	SALDO TOTAL		0,13



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA CIVIL

POLÍCIA ON-LINE



DELEGACIA DE POLÍCIA DE POÇO VERDE

RUA 15 DE NOVEMBRO, CENTRO FONE:() 3549-1550

Boletim de Ocorrência 2014/06579.0-000415 - Alterado

DELEGACIA RESPONSÁVEL

Nome: DELEGACIA DE POLÍCIA DE POÇO VERDE

Endereço: RUA 15 DE NOVEMBRO, CENTRO FONE:() 3549-1550

FATO

Natureza: FATO ATÍPICO

Data e Hora do Fato: 11/08/2014 - 18:00 até 11/08/2014 - 18:00

Endereço: RODOVIA QUE LIGA POÇO VERDE A Número: Complemento: CEP: 49490-000

Bairro: Nação Cidade: POCO VERDE - SE Circunscrição: DELEGACIA DE POLÍCIA DE POÇO VERDE

Tipo de local: VIA PUBLICA Meio Empregado: NENHUM

NOTICIANTE

Nome: GICELIA RIBEIRO DE SANTANA

Nome do pai: JOSÉ CARLOS DE JESUS SANTANA Nome da mãe: VALDELICE SILVA RIBEIRO

Pessoa: Física CPF/CGC: 000.000.000-00 RG: 9968970 UF: SE Órgão expedidor:

Naturalidade: POCO VERDE Data de nascimento: 10/05/1973 Sexo: Feminino Cor da cutis:

Profissão: PROFESSORA Estado civil: Não informado Grau de instrução:

Endereço: CONJUNTO JOÃO EMÍDIO DOS SANTOS Número: 97 Complemento:

CEP: 49.490-000 Bairro: NAÇÃO Cidade: POCO VERDE UF: SE

Proximidades: Telefone:

HISTÓRICO

Relata a noticiante que no dia, hora e local supracitados, seu filho JAMYSON DE SANTANA TRINDADE, portador do RG 14470725 02, nascido no dia 23/05/1996, com 18 anos de idade, foi vítima de acidente no seguinte veículo: HONDA/CG 125 FAN ES, placa OEP9327/POÇO VERDE/SE, ano/mod. 2012/2013, cor PRETA, ano/mod. 2012/2013, chassi 9C2JC4120DR507891, renavam 00494152982, em nome de MARIA JOSÉ FERREIRA NUNES; QUE o acidente ocorreu quando JAMYSON conduzia a citada motocicleta, em direção ao Conjunto João Emídio dos Santos, momento que vinha em direção contrária uma outra motocicleta, a qual invadiu a contramão, tendo inevitavelmente causado o acidente; QUE foi acionado a SAMU, a qual socorreu a vítima e encaminhou a Aracaju; QUE em decorrência do ocorrido, JAMYSON sofreu quebra do fêmur, fratura na perna esquerda e fratura em dois dedos da mão esquerda, mais algumas escoriações pelo corpo. Informa que JAMYSON não possui a CNH. NADA MAIS.

Acrescentado por Jose Eribaldo Ferreira dos Santos - 13/10/2015 às 15:23

RELATA O NOTICIANTE: DENISON PAIXÃO RABELO DE SANTANA, RG. 2429084-0 SSP/SE, NATURAL DE POÇO VERDE/SE, FILHO DE JOSÉ CORREIA DE SANTANA E MARIA DO CARMO RABELO DE SANTANA, RESIDENTE NA RUA JOÃO XXIII, Nº 28, CENTRO, POÇO VERDE/SE, QUE FOI A OUTRA VÍTIMA NO ACIDENTE ACIMA NARRADO; QUE, CONDUZIA UMA MOTO, MARCA HONDA/POP 100, COR VERMELHA, PLACA OEO6997, CHASSI: 9C2HB0210CR035724, RENAVAM, REGISTRADA EM NOME DA MESMA VÍTIMA JÁ MENCIONADA, VINDO PELA RODOVIA PEDRO ALMEIDA VALADARES, ~SENTIDO ESTA CIDADE, E NAS IMEDIAÇÕES DO AUTO POSTO TAVARES, COLIDIU FRONTALMENTE COM A OUTRA MOTO, DESCRITA NO HISTÓRICO ACIMA, A QUAL EFETUOU UMA ULTRAPASSAGEM PELA CONTRA MÃO DE DIREÇÃO, VINDO A ATINGIR EM CHEIO A MOTO CONDUZIDA POR DENISON; QUE DA COLISÃO RESTARAM DANOS MATERIAIS E LESÕES EM DENISON, INCLUSIVE TEVE FRATURADO O FÊMUR, QUADRIL E DIVERSOS FERIMENTOS; QUE APÓS O SINISTRO A VÍTIMA FOI SOCORRIDA POR UMA UNIDADE DA SAMU, QUE CONDUZIU A MESMA PARA O HUSE, NA CAPITAL SERGIPANA; QUE ATÉ A PRESENTE DATA SE ENCONTRA EM RECUPERAÇÃO, RESTANDO DEFICIÊNCIAS FÍSICAS DECORRENTES DO ACIDENTE EM TELA. NADA MAIS.

"Válido Somente com o
PODER JUDICIÁRIO DO
ESTADO DE SERGIPE
e Autenticidade"



Data e hora da comunicação: 28/10/2014 às 09:17
Responsável pela Alteração: Jose Eribaldo Ferreira dos Santos

Última Alteração: 13/10/2015 às 15:23.

OBS.: As informações noticiadas pelo declarante/vítima são de sua inteira responsabilidade, cabendo, inclusive, a responsabilização penal daquele que faltar com a verdade no fornecimento das informações, nos termos do artigo 340 do Código Penal Brasileiro: Art. 340 - Provocar a ação de autoridade, comunicando-lhe a ocorrência de crime ou de contravenção que sabe não se ter verificado: Pena - detenção, de um a seis meses, ou multa.

Gicélia Ribeiro de Santana
GICÉLIA RIBEIRO DE SANTANA
Responsável pela comunicação

Paulo José Barbosa da Silva
Paulo José Barbosa da Silva
Delegado(a) de Polícia

Jose Eribaldo Ferreira dos Santos
Jose Eribaldo Ferreira dos Santos
Responsável pelo preenchimento

CARTÓRIO 2º OFÍCIO	Certifico e dou fé que a presente cópia fotostática é a reprodução fiel do original que me foi exibido.
	<p>11 NOV 2015</p> <p>Em test. _____ da Verdade</p> <p>TABELIÃO SUBSTITUTO</p> <p>Válido somente c/ selo de autenticidade</p>

Jose Valter Correia da Andrade
Tabelião Substituto

Poço Verde
SE



RELATÓRIO 0932/ 2014 REFERENTE À OCORRÊNCIA

NÚMERO: 1408110312 SR - SAMU

O **SAMU 192 SERGIPE** foi acionado às **18h47min** do dia **11 de Agosto de 2014**, para atendimento a vítima identificada como **Denison Paixão Rabelo de Santana** com relato de **colisão moto x moto**, no município de Poço Verde.

A equipe da **Unidade de Suporte Básico** – do município de Poço Verde removeu a vítima para **Hospital de Urgências de Sergipe - HUSE**, onde deixou paciente aos cuidados da equipe.

Aracaju, 07 de Janeiro de 2015.

Dr. Joselito Monteiro Carvalho
Gerente de Regulação Médica
SAMU 192 - CRMISE 2584

Joselito Monteiro Carvalho

Gerente de Regulação Médica

SAMU 192 SERGIPE

Regulado as 10:50

MS/DATASUS

HOSPITAL GOVERNADOR JOAO ALVES FILHO

No. DO RE: 1038411
CNS-

DATA: 11/08/2014
SETOR: 06-SUTURA

HORA: 22:01

USUARIO: KJSDDORE'S

IDENTIFICACAO DO PACIENTE

NOME : DENISON PAIXAO RABELO DE SANTANA
IDADE.....: 22 ANOS . NASC: 17/04/1992
ENDERECO.....: RUA G
COMPLEMENTO....: BAIRRO: CENTRO
MUNICIPIO.....: POCO VERDE UF: SE CEP....:
NOME PAI/MAE...: JOSE CORREIA DE SANTANA /MARIA DO CARMO RABELO DE
RESPONSAVEL....: PAI SUS 707403043259376 TEL....: 79-
PROCELENCIA....: POCO VERDE
ATENDIMENTO....: ACIDENTE MOTOCICLISTICO (MOTOS)
CASO POLICIAL..: NAO PLANO DE SAUDE.....: NAO TRAUMA: NAO
ACID. TRABALHO: NAO VEIO DE AMBULANCIA: NAO

PA: [X mmHg] PULSO: [] TEMP.: [] PESO: []

EXAMES COMPLEMENTARES: [] RAO X [] SANGUE [] URINA [] TC
[] LIQUOR [] ECG [] ULTRASSONOGRAFIA

SUSPEITA DE VIOLENCIA OU MAUS TRATOS: [] SIM [] NAO

DADOS CLINICOS: DATA PRIMEIROS SINTOMAS: ___/___/___

*Queixas de dor no tórax
Trauma no crânio, M.T. 5
ASD OK*

ANOTACOES DA ENFERMAGEM:

DIAGNOSTICO:

CID:

PRESCRICAO

HORARIO DA MEDICACAO

DATA DA SAIDA: 11/08/2014 HORA DA SAIDA: 22:01
ALTA: [] DECISAO MEDICA [] A PEDIDO [] EVASAO [] DESISTENCIA
[] ENCAMINHADO AO AMBULATORIO
INTERNACAO NO PROPRIO HOSPITAL (SETOR):

TRANSFERENCIA (UNIDADE DE SAUDE): PR. 0800 PPA
DEITO: [] ATE 48HS [] APÓS 48HS [] FAMILIA [] IML [] ANAT. PA

ASSINATURA DO PACIENTE/RESPONSAVEL

ASSINATURA E CARIMBO DO MEDICO

Rio de Janeiro, 25 de Agosto de 2017

Carta nº: 11549621

A/C: DENISON PAIXAO RABELO DE SANTANA

Sinistro/Aviso Sinistro Líder: 3170386052 ASL-0272160/17

Vitima: DENISON PAIXAO RABELO DE SANTANA

Data Acidente: 11/08/2014

Natureza: INVALIDEZ

Procurador:

Ref.: EXIGÊNCIA DOCUMENTAL

Prezado(a) Senhor(a),

Recebemos em **22/08/2017** a documentação relativa ao acidente ocorrido em **11/08/2014**. Realizada a análise preliminar, constatamos a necessidade de regularização ou complementação da documentação e/ou informações, conforme descrevemos a seguir:

- Autorização de pagamento não conclusivo

Esclarecemos que o prazo de regulação do processo aberto encontra-se interrompido e se reiniciará a partir do recebimento da documentação acima indicada, juntamente com cópia da presente correspondência, na **Investprev Seguradora S/A** onde o aviso de sinistro foi registrado.

Caso a documentação não seja entregue em até 180 dias, a contar do recebimento desta correspondência, ou não haja qualquer manifestação sua por escrito, o seu pedido de indenização será negado por ausência de comprovação documental.

NÃO PERCA TEMPO!

PROVIDENCIE A DOCUMENTAÇÃO PARA COMPROVAR SEU DIREITO À INDENIZAÇÃO DPVAT;

Em caso de dúvida, entre em contato conosco pelo SAC DPVAT 0800 022 12 04 ou através do nosso site www.seguradoralider.com.br.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT



RADIOGRAFIA DA BACIA : ARTRODESE COXO-FEMORAL ESQUERDA + FRATURA DIAFISÁRIA DE FÊMUR ESQUERDO CONSOLIDADA

DIAGNÓSTICO : ARTRODESE DO QUADRIL ESQUERDO + SEQUELA NEUROLÓGICA EM MEMBRO INFERIOR ESQUERDO (LESÃO DO COMPONENTE FIBULAR DO NERVO CIÁTICO)

Quesitos:

1) Qual a profissão e/ou trabalho declarado pela parte autora?
TRABALHADOR RURAL

2) A parte autora é portadora de alguma doença ou seqüela decorrente de doença? [SIM/NÃO - Em caso positivo especifíca-lo minuciosamente] SIM. A PATOLOGIA EM QUADRIL ESQUERDO (ARTRODESE) E O PÉ CAÍDO FORAM GERADAS PELA GRAVIDADE DA LESÃO (FRATURA-LUXAÇÃO DO QUADRIL ESQUERDO E POR TER SIDO SUBMETIDO À MÚLTIPLAS CIRURGIAS ORTOPÉDICAS EM QUADRIL ESQUERDO). PELO EXAME CLÍNICO PERICIAL, OBSERVO RIGIDEZ DO QUADRIL ESQUERDO/ CLAUDICAÇÃO/ PÉ CAÍDO ESQUERDO. DESTA FORMA, HÁ UMA INCAPACIDADE FÍSICA PERMANENTE PARA O TRABALHO, JÁ QUE HÁ UM PREJUÍZO DEFINITIVO FUNCIONAL EM QUADRIL E EM PÉ ESQUERDO. A PERSPECTIVA DE MARCHA PATOLÓGICA É DEFINITIVA, SEM MELHORA.

2.1) Quais exames, documentos ou antecedentes médicos o periciando apresentou ao perito, e de que datas? RELATÓRIO MÉDICO DO SEU MÉDICO ASSISTENTE : DR. ANTÔNIO FRANCO CABRAL

2.2) Destes, quais foram relevantes para a formação da convicção? EXAME CLÍNICO + RADIOGRAFIA

2.3) A parte autora relata alguma outra doença? NÃO

3) Trata-se de acidente do trabalho, de doença profissional ou doença do trabalho ? (arts. 19 a 21 da Lei 8.213/91). Como? [Justifique] NÃO É ACIDENTE DE TRABALHO , NEM DOENÇA PROFISSIONAL.

4) Em caso de existir doença ou seqüela decorrente de doença, a parte autora está incapacitada para a função que exercia? Se sim, desde que data? [Justifique] SIM. A SINTOMATOLOGIA REFERIDA JUSTIFICA O AFASTAMENTO LABORAL.

DESDE QUE DATA : DESDE QUE OCORREU O ACIDENTE DE MOTO
(11.08.14)

4.1) Na data do requerimento administrativo (ou na data de cessação do benefício anterior, em caso de pedido de restabelecimento) existia incapacidade? SIM

5) Se há incapacidade para a função que exercia, a incapacidade (não a doença) é temporária ou definitiva? [Justifique] INCAPACIDADE FÍSICA PERMANENTE, VISTO QUE HÁ UM PREJUÍZO FUNCIONAL DEFINITIVO EM MEMBRO INFERIOR ESQUERDO.

5.1) Se a incapacidade for temporária, informar: qual a data provável da cessação da incapacidade? INCAPACIDADE PERMANENTE (PARA A ATIVIDADE RURAL)

6) Se a incapacidade para a função que exercia for definitiva, a parte autora tem condições de ser reabilitada para o exercício de outra função? Quais, por exemplo, considerando o grau de instrução, a idade e o local onde a parte autora vive? [Justifique] INCAPACIDADE FÍSICA PERMANENTE E NÃO CONDIÇÃO DE SER REABILITADO EM OUTRA FUNÇÃO, EM FUNÇÃO DO QUADRO ÁLGICO E DA LIMITAÇÃO FUNCIONAL DO MEMBRO INFERIOR ESQUERDO

7) Em caso de incapacidade permanente para o trabalho, a parte autoria necessita da assistência de outra pessoa? Se sim, desde quando? [Justifique] NÃO. ELE NÃO PRECISA DA ASSISTÊNCIA DE OUTRA PESSOA.

8) No caso de ter cessado incapacidade temporária: a parte autora recuperou plenamente sua capacidade ou houve a perda, em caráter definitivo, de parcela de sua capacidade laborativa (hipótese de auxílio-acidente de qualquer natureza)? Explique. NÃO RECUPEROU A SUA CAPACIDADE FUNCIONAL E MERECE AFASTAMENTO TEMPORÁRIO DO TRABALHO.

9) A parte autora tem o discernimento necessário para os atos da vida civil? [Justifique] SIM. ELE ENTENDE TUDO QUE É FALADO E RESPONDE AOS QUESTIONAMENTOS SEM PROBLEMAS.

10) Em caso de epilepsia: qual o grau? Ela é refratária à medicação? Qual a frequência das convulsões? NÃO É EPILÉPTICO

11) O(a) periciando(a), em virtude da doença/problema de saúde que o(a) comete, pode ser considerado(a) portador(a) de deficiência, assim entendida o impedimento de longo prazo de natureza física, intelectual, ou sensorial, os

quais, em interação com diversas barreiras, possam obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade com as demais pessoas, segundo o disposto nos §§ 2º e 10, do art. 20, da Lei nº 8.742/93? [SIM/NÃO - Justificar detalhadamente]

HÁ INCAPACIDADE PERMANENTE PARA O TRABALHO. HÁ UMA DEFICIÊNCIA FÍSICA, VISTO QUE NÃO CONSEGUE EXECUTAR MOVIMENTOS COM O MEMBRO INFERIOR ESQUERDO.

Nome do Perito: MICHAEL SILVEIRA SANTIAGO

Médico - CRM : 2598

Art. 20. O benefício de prestação continuada é a garantia de um salário-mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família. (Redação dada pela Lei nº 12.435, de 2011)

§ 1º Para os efeitos do disposto no caput, a família é composta pelo requerente, o cônjuge ou companheiro, os pais e, na ausência de um deles, a madrasta ou o padrasto, os irmãos solteiros, os filhos e enteados solteiros e os menores tutelados, desde que vivam sob o mesmo teto. (Redação dada pela Lei nº 12.435, de 2011)

§ 2º Para efeito de concessão deste benefício, considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (Redação dada pela Lei nº 12.470, de 2011)

(...);

§ 10. **Considera-se impedimento de longo prazo**, para os fins do § 2º deste artigo, aquele que produza efeitos pelo prazo mínimo de 2 (dois) anos. (Incluído pela Lei nº 12.470, de 2011) (grifado)

Art. 5º Os órgãos da administração pública direta, indireta e fundacional, as empresas prestadoras de serviços públicos e as instituições financeiras deverão dispensar atendimento prioritário às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

§ 1º Considera-se, para os efeitos deste Decreto:

I - pessoa portadora de deficiência, além daquelas previstas na Lei no 10.690, de 16 de junho de 2003, a que possui limitação ou incapacidade para o desempenho de atividade e se enquadra nas seguintes categorias:

a) deficiência física: alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia,

triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;

b) deficiência auditiva: perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz;

c) deficiência visual: cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos

nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60°; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores;

d) deficiência mental: funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: 1. comunicação; 2. cuidado pessoal; 3. habilidades sociais; 4. utilização dos recursos da comunidade; 5. saúde e segurança; 6. habilidades acadêmicas; 7. lazer; e 8. trabalho;

e) deficiência múltipla - associação de duas ou mais deficiências; e

II - pessoa com mobilidade reduzida, aquela que, não se enquadrando no conceito de pessoa portadora de deficiência, tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentar-se, permanente ou temporariamente, gerando redução efetiva da mobilidade, flexibilidade, coordenação motora e percepção.



PREVIDÊNCIA SOCIAL
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

CARTA DE CONCESSÃO / MEMÓRIA DE CÁLCULO

SEQ: 004161

DATA: 10/01/2017

NOME		OL	NB
DENISON PAIXAO RABELO DE SANTANA (NIT: 2675953266-8)		22.001.140	702.348.746-9

COMUNICAMOS QUE LHE FOI CONCEDIDO **BENEFICIO PREST. CONTINUADA ASSIST. SOCIAL PESSO**
702.348.746-9 REQUERIDO EM **01/07/2016** COM RENDA MENSAL DE R\$ **880,00** CALCULADA CONFORME ABAIXO,
COM INÍCIO DE VIGÊNCIA A PARTIR DE **01/07/2016**
CASO NÃO TENHA FEITO OPÇÃO PELO CRÉDITO EM CONTA CORRENTE OU POUPANÇA, COMPAREÇA A PARTIR DE **31/01/2017** NA INSTITUIÇÃO BANCÁRIA
INDICADA ABAIXO, MUNIDO, OBRIGATORIAMENTE, DO DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO APRESENTADO NO ATO DO REQUERIMENTO DO BENEFÍCIO, OS CRÉDITOS
SUBSEQUENTES SERÃO EFETUADOS NO **1** DIA ÚTIL DE CADA MÊS.

ORGÃO PAGADOR/AGÊNCIA BANCÁRIA: **560076 - BRADESCO - PAA POCO VERDE**
AV. EPIFANIO DOREA, 37 CENTRO
VIA SEGURADO

Leonardo de Melo Gadelha
Presidente do INSS

RENDA MENSAL INICIAL (EM: R\$) 880,00

DISCRIMINATIVO DE CREDITOS DE ATRASADOS ANO ANTERIOR (VALORES EXPRESSOS EM REAL)

DATAS: REGUL.DOCUMENTACAO 18/11/2016 INICIO PAGAMENTO 01/07/2016

07/2016	REND. MENSAL	880,00	CORR. MONET.	6,77	LIQUIDO	886,77
08/2016	REND. MENSAL	880,00	CORR. MONET.	4,04	LIQUIDO	884,04
09/2016	REND. MENSAL	880,00	CORR. MONET.	3,34	LIQUIDO	883,34
10/2016	REND. MENSAL	880,00	CORR. MONET.	1,84	LIQUIDO	881,84
11/2016	REND. MENSAL	880,00	CORR. MONET.	1,23	LIQUIDO	881,23

ADIANTAMENTO P/ARREDONDAMENTO DO CREDITO 0,78

TOTAL BRUTO	4.418,00	DESCONTO	0,00	LIQUIDO	4.418,00
-------------	----------	----------	------	---------	----------

DISCRIMINATIVO DE CREDITOS DE ATRASADOS (VALORES EXPRESSOS EM REAL)

DATAS: REGUL.DOCUMENTACAO 18/11/2016 INICIO PAGAMENTO 01/07/2016

12/2016	REND. MENSAL	880,00		LIQUIDO	880,00
TOTAL BRUTO	880,00	DESCONTO	0,00	LIQUIDO	880,00

DISCRIMINATIVO DE CREDITOS DO MES

01/2017	REND. MENSAL	937,00			
TOTAL BRUTO	937,00	DESCONTO	0,00	LIQUIDO	937,00



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

POÇO VERDE DA COMARCA DE POÇO VERDE
Av. São José, Bairro Centro, Poço Verde/SE, CEP 49490000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201979000374

DATA:

26/02/2019

MOVIMENTO:

Conclusão

DESCRIÇÃO:

.</br>{Via Movimentação em Lote nº 201900159}

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

POÇO VERDE DA COMARCA DE POÇO VERDE
Av. São José, Bairro Centro, Poço Verde/SE, CEP 49490000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201979000374

DATA:

28/02/2019

MOVIMENTO:

Despacho

DESCRIÇÃO:

.

 Designo o dia 11/04/2019 às 11h:00min para que seja realizada audiência Conciliação.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



**Poder Judiciário do Estado de Sergipe
Poço Verde**

Nº Processo 201979000374 - Número Único: 0000379-18.2019.8.25.0061

Autor: DENISON PAIXÃO RABELO DE SANTANA

Réu: SEGURADORA LIDER

Movimento: Despacho >> Mero Expediente

Defiro a gratuidade judiciária.

Designo audiência de conciliação para o dia 11/04/2019, às 11h00min, neste fórum.

Cite-se e intime-se o demandado. O prazo para contestação (de quinze dias úteis, em dobro, quando aplicável) será contado: (i) a partir da realização da audiência ou, (ii) se manifestado desinteresse pelo réu naquela solenidade em até 10 (dez) dias antes da data apazada, a partir da partir do protocolo daquele pedido de cancelamento.

A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Tratando-se de processo eletrônico, em prestígio às regras fundamentais dos artigos 4º e 6º, do CPC fica vedado o exercício da faculdade prevista no artigo 340, do CPC.

Advirtam-se às partes que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir). A ausência injustificada é considerada ato atentatório à dignidade da justiça, sendo sancionada com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa. As partes devem estar acompanhadas de seus advogados.

Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que, no prazo de quinze dias úteis, apresente manifestação, oportunidade em que: (i) havendo revelia, informe se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; (ii) havendo contestação, manifeste-se em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; (iii) sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, apresente resposta à reconvenção.

Parte autora intimada por publicação.



Documento assinado eletronicamente por **OTAVIO AUGUSTO BASTOS ABDALA, Juiz(a) de Poço Verde**, em 28/02/2019, às 12:34:45, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2019000503516-25**.



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

POÇO VERDE DA COMARCA DE POÇO VERDE
Av. São José, Bairro Centro, Poço Verde/SE, CEP 49490000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201979000374

DATA:

01/03/2019

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Expedi carta nº 201979000374.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

POÇO VERDE DA COMARCA DE POÇO VERDE
Av. São José, Bairro Centro, Poço Verde/SE, CEP 49490000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201979000374

DATA:

07/03/2019

MOVIMENTO:

Expedição de Documento

DESCRIÇÃO:

Mandado de 201979000934 do tipo (NCPC) - Intimação Parte do Processo Audiência de Conciliação
[TM4146,MD149]

 {Destinatário(a): SEGURADORA LIDER}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE
Poço Verde
Av. São José, S/N
Bairro - Centro Cidade - Poço Verde
Cep - 49490-000 Telefone - (79)3549-1301

Normal(Justiça Gratuita)



201979000934

PROCESSO: 201979000374 (Eletrônico)
NÚMERO ÚNICO: 0000379-18.2019.8.25.0061
NATUREZA: Procedimento Comum
REQUERENTE: DENISON PAIXÃO RABELO DE SANTANA
REQUERIDO: SEGURADORA LIDER

CARTA DE INTIMAÇÃO

O(A) Exmo(a). Juiz(a). de Direito de Poço Verde, Estado de Sergipe,,

MANDA o Oficial de Justiça designado que, em cumprimento ao presente, intime a parte abaixo identificada para comparecer neste Juízo, a fim de participar da audiência de Conciliação.

Data e hora da Audiência: 11/04/2019 às 11:00:00, **Local:**

Observação: Sendo indubitoso o interesse público na justa e rápida resolução dos conflitos, as partes devem comparecer à audiência de conciliação com espírito aberto ao diálogo e, na medida do possível, com uma proposta de acordo. (art. 17, I da Resolução 13/2015).

Advertência: O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da Justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado, de acordo com o § 8º do Art. 334 do CPC.

Qualificação da parte a ser intimada:

Nome: SEGURADORA LIDER
Residência: Rua Senador Dantas, 5º andar, 74
Bairro: Centro
Cidade: Rio de Janeiro - RJ - RJ

[TM4146, MD149]



Documento assinado eletronicamente por **Fabiana Gonçalves de Santana, Escrivão/Chefe de Secretaria/Secretário/Subsecretário de Poço Verde**, em 07/03/2019, às 12:37:31, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2019000533405-71**.



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

POÇO VERDE DA COMARCA DE POÇO VERDE
Av. São José, Bairro Centro, Poço Verde/SE, CEP 49490000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201979000374

DATA:

13/03/2019

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

AGUARDA-SE A REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA DESIGNADA.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

POÇO VERDE DA COMARCA DE POÇO VERDE
Av. São José, Bairro Centro, Poço Verde/SE, CEP 49490000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201979000374

DATA:

26/03/2019

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Aviso de Recebimento de AR Digital nº 201979000934, conforme arquivo em anexo. Objetivo: Atingido

{Destinatário(a): SEGURADORA LIDER}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



DESTINATÁRIO

SEGURADORA LIDER

Rua Senador Dantas nº 74, 5º andar. Centro.

20031205 - Rio de Janeiro - RJ

AR984667008SG



CARIMBO
UNIDADE DE ENTREGA

13 MAR 2015
RJ

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR - Centralizador Regional

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (OU INFORMAÇÕES DE INTERESSE DO CLIENTE - OPCIONAL)

Referente ao processo de nro. 201979000374 e mandado nro. 201979000934

TENTATIVAS DE ENTREGA

1ª ____/____/____:

2ª ____/____/____:

3ª ____/____/____:

ATENÇÃO:

Após a 3ª

tentativa,

devolver o

objeto.

MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO

☐ 1

Mudança

☐ 2

Endereço insuficiente

☐ 3

Não existe o número

☐ 4

Desconhecido

☐ 5

Outros

☐ 5

Recusado

☐ 6

Não procurado

☐ 7

Ausente

☐ 8

Falecido

RUBRICA E MATRÍCULA DO

CARTEIRO

Ana Cláudia

Mat.: 8.957.275

ASSINATURA DO RECEBEDOR

Marcella Muniz Fernandes

RG 132853615

DATA DE ENTREGA

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

Nº DOC. DE IDENTIDADE



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

POÇO VERDE DA COMARCA DE POÇO VERDE
Av. São José, Bairro Centro, Poço Verde/SE, CEP 49490000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201979000374

DATA:

09/04/2019

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Juntada de Petição Avulsa do Advogado/Procurador/Defensor/Promotor KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ (2592-SE) ao processo eletrônico. Protocolizado sob nº 20190408233506710 às 23:35 em 08/04/2019.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE POCO VERDE/SE

Processo: 00003791820198250061

AUSÊNCIA DE COBERTURA

INCIDENTE DE PRESCRIÇÃO:

Data Limite do Ajuizamento: 25/03/2018

Data do Ajuizamento: 26/02/2019

SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, inscrita no CNPJ sob nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado por seus advogados que esta subscrevem nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT**, que lhe promove **DENISON PAIXAO RABELO DE SANTANA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem, *mui* respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar

CONTESTAÇÃO

Consoante às razões de fato e de direito que passa a expor:

BREVE SÍNTESE DA DEMANDA

Alega a parte Autora em sua peça vestibular que foi vítima de acidente automobilístico na data de **11/04/2014**, restando permanentemente inválida.

Destaca-se que a parte apenas procedeu com o registro na Delegacia de Polícia na data **28/10/2014**.

Constata-se, pelos documentos acostados à exordial, que o veículo causador dos danos era de propriedade da própria vítima reclamante da indenização. Assim, o acidente narrado não possui cobertura pelo Seguro Obrigatório de Veículos – DPVAT, vez que o autor proprietário do veículo encontrava-se inadimplente com o pagamento do prêmio do seguro obrigatório na ocasião do sinistro.

Constata-se, pelos documentos acostados à exordial, que o veículo causador dos danos era de propriedade da própria vítima reclamante da indenização. Assim, o acidente narrado não possui cobertura pelo Seguro Obrigatório de Veículos – DPVAT, vez que o autor proprietário do veículo encontrava-se inadimplente com o pagamento do prêmio do seguro obrigatório na ocasião do sinistro.

A pretensão esposada na inicial não merece prosperar, visto que sua argumentação afigura-se totalmente contrária à orientação jurisprudencial traçada pelo Superior Tribunal de Justiça, bem como preceitua a legislação vigente sobre o DPVAT. É o que se demonstrará em seguida.

PRELIMINARMENTE

DA TEMPESTIVIDADE

A Ré apresenta a presente contestação em consonância com regra prevista no art. 218, § 4º do CPC/2015¹, prestigiando os princípios da celeridade, economia processual e boa-fé, pugnando desde já pelo recebimento da mesma.

DO DESINTERESSE NA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA PRELIMINAR DE CONCILIAÇÃO

Conforme se observa na exordial, a natureza do pedido do Seguro Obrigatório DPVAT, cujo cerne da questão é a suposta invalidez do demandante e o grau da lesão sofrida para fins indenizatórios do referido Seguro.

Assim, **torna-se imprescindível a realização da prova pericial**, pois, a Lei do DPVAT prevê graus diferenciados referentes à extensão das lesões acometidas pelas vítimas, classificando-as em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, em caso de invalidez parcial do beneficiário a indenização será paga de forma proporcional ao grau da debilidade sofrida.

Desse modo, informa que não há interesse na realização da audiência preliminar de conciliação, e, visando dirimir as dúvidas existentes sobre a invalidez do autor, requer, se Vossa Excelência assim entender, a antecipação da prova pericial nos termos do art. 381, do CPC/2015².

QUESTÃO PREJUDICIAL DE MÉRITO

DA PRESCRIÇÃO

A parte autora alega ter sofrido acidente de trânsito EM 11/04/2014, ficando debilitada de forma permanente.

Em 06/02/2015, a parte autora deu entrada no pedido administrativo, **suspendendo** assim, o prazo prescricional que estava em curso, conforme previsão da súmula 229 do STJ.

Súmula 229 STJ: “O pedido do pagamento de indenização à Seguradora suspende o prazo de prescrição até que o segurado tenha ciência da decisão”.

1º Pedido:

ACIDENTE: 11/08/2014 – (do acidente para o pedido adm são 6 meses)

1º PEDIDO ADM: 06/02/2015

¹[1] Art. 218 - Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. [...] § 4º - Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo.

²[1] Art. 381. A produção antecipada da prova será admitida nos casos em que: II - a prova a ser produzida seja suscetível de viabilizar a autocomposição ou outro meio adequado de solução de conflito;

Este formulário deve ser preenchido exclusivamente com dados do beneficiário de invalidez de origem e não com dados de indenização no banco.

EU, **DENISON PAIXAO RABELO DE SANTANA**
PORTADOR(A) DO RG Nº **24290840** EXPEDIDO POR **SSP/SE** EM **24/11/06**
CPF **002211795-22** /CNPJ **000000000-0000-00**, PROFISSÃO **---**
E RENDA MENSAL DE R\$ **---** () NA QUALIDADE DE BENEFICIÁRIO(A) DO VALOR REFERENTE À INDENIZAÇÃO / REEMBOLSO DO
SEGURO DPVAT DA VÍTIMA **DENISON PAIXAO R. DE SANTANA** AUTORIZO A SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO
DPVAT A EFETUAR O CRÉDITO, DE ACORDO COM AS INFORMAÇÕES ABAIXO PRESTADAS.

(*) A Circular Susep nº 445/2012, que trata da prevenção à lavagem de dinheiro no mercado segurador, determina que todas as seguradoras são obrigadas a constituir cadastro de todas as pessoas envolvidas no pagamento da indenização. Este cadastro deve conter, além dos documentos de identificação, pessoal, informações acerca da profissão e da faixa de renda mensal.

Para evitar reprogramação de um pagamento, lembre-se que os documentos abaixo relacionados **não devem**, de forma alguma, ser apresentados:

- Conta salário e/ou benefício – nos documentos aparecerem termos tais como: INSS ou PREVIDÊNCIA SOCIAL ou Salário ou Funcional.
- Conta Empresarial – nos documentos aparecerem termos tais como: CNPJ ou ME, ME (micro empresa) ou LTDA.
- Conta conjunta quando o beneficiário/vítima não for titular;
- Conta tipo FÁCIL, atenção para o limite de movimentação financeira mensal;

06/FEV. 2015

NEGATIVA: 05/08/15 (a partir da negativa ele tinha 2 anos e 6 meses = 30 meses)

Rio de Janeiro, 05 de Agosto de 2015

Carta nº 7555564

a/c: DENISON PAIXAO RABELO DE SANTANA

Sinistro: 3150110944
Vítima: DENISON PAIXAO RABELO DE SANTANA
Data Acidente: 11/08/2014
Natureza: INVALIDEZ
Procurador:

Assunto: NEGATIVA POR AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DOCUMENTAL

2º PEDIDO ADM: 19/07/2017 (do tempo acima, qual seja, 2 anos e 6 meses, ele usou 1 ano e 11 meses para entrar administrativamente novamente = 23 meses)

Rio de Janeiro, 19 de Julho de 2017

Carta nº: 11336886

A/C: DENISON PAIXAO RABELO DE SANTANA

Sinistro/Aviso Sinistro Líder: 3170386052 ASL-0272160/17
Vítima: DENISON PAIXAO RABELO DE SANTANA
Data Acidente: 11/08/2014
Natureza: INVALIDEZ
Procurador:

EXIGÊNCIA DOCUMENTAL: 25/08/2017

Rio de Janeiro, 25 de Agosto de 2017

Carta nº: 11549621

A/C: DENISON PAIXAO RABELO DE SANTANA

Sinistro/Aviso Sinistro Líder: 3170386052 ASL-0272160/17
Vítima: DENISON PAIXAO RABELO DE SANTANA
Data Acidente: 11/08/2014
Natureza: INVALIDEZ
Procurador:

Ref.: EXIGÊNCIA DOCUMENTAL

30 MESES – 23 MESES = 7 MESES

Sendo assim, a partir do dia 25/08/2017 ele tinha mais 7 meses para entrar com a ação, ou seja, tinha até o dia 25/03/2018 e a distribuição da ação se deu em 26/02/2019 – PRESCRITO!

Vejamos a jurisprudência:

APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO. EXTINÇÃO DO PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. PRESCRIÇÃO ANUAL. ART. 487, II, NCCP. SÚMULAS 278, 229 E 101 DO STJ. RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. DECISÃO UNÂNIME.- "O termo inicial do prazo prescricional, na ação de indenização, é a data em que o segurado teve ciência inequívoca da incapacidade laboral". Súmula 278, do STJ.- "O pedido do pagamento de indenização à seguradora suspende o prazo de prescrição até que o segurado tenha ciência da decisão". Súmula 229, do STJ.- Resta operada a prescrição quando a soma dos lapsos temporais referentes ao período anterior e posterior da suspensão excede o prazo de um ano previsto no art. 206, §1º, II, do Código Civil, e na Súmula 101, do STJ.- Precedente do STJ.- Apelação Cível a que se nega provimento, à unanimidade.

(Apelação 480389-80000095-96.2015.8.17.1540, Rel. Stênio José de Sousa Neiva Coêlho, 2ª Câmara Cível, julgado em 19/12/2018, DJe 11/01/2019)

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA DE COMPLEMENTO DO SEGURO DPVAT - PRAZO PRESCRICIONAL DO ART. 206, §3º, IX, DO CC - APLICAÇÃO DAS SÚMULAS 229 E 405, DO STJ - PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO AUTURAL - APELO DESPROVIDO - SENTENÇA PRESERVADA - UNANIMIDADE.

(Apelação 518612-50045444-83.2015.8.17.0001, Rel. José Carlos Patriota Malta, 6ª Câmara Cível, julgado em 18/12/2018, DJe 25/01/2019)

Desta forma, a presente ação deverá ser julgada improcedente.

DA CIÊNCIA INEQUÍVOCA – DISTORÇÃO DA APLICAÇÃO DA SÚMULA 278 DO STJ

Não assiste razão a parte Autora na tentativa de adequar seu caso à hipótese de afastamento da prescrição em razão da aplicação da súmula 278 do STJ, visto que, em situação diametralmente oposta do que é alegado, percebe-se pelos documentos dos autos que a vítima não submeteu-se a tratamento permanente e contínuo com vistas a recuperação da lesão acometida em virtude do acidente.

Corroborando com o alegado, somente são juntados na exordial documentos médicos da época em que o mesmo sofreu acidente, deixando de acostar laudos que comprovem que este ficou em tratamento contínuo até a suposta ciência inequívoca do caráter permanente da invalidez³.

³STJ, A.I nº 1.375.362 – MT, Relator Ministro Raul Araújo, julgamento 30/11/2011 "RECURSO DE APELAÇÃO - DECISÃO MONOCRÁTICA - RECONHECIMENTO DE PRESCRIÇÃO – SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) - SÚMULA Nº 405 DO STJ - PRAZO DE 03 (TRÊS) ANOS ART. 206, § 3º, IX, DO CC/2002 - SÚMULA Nº 297 DO STJ - INAPLICABILIDADE NO CASO CONCRETO -PRESCRIÇÃO OCORRIDA ANTES DO INÍCIO DE QUALQUER EXAME PERICIAL - IMPOSSIBILIDADE DA PRESCRIÇÃO FICAR DEPENDENTE DE AÇÃO POTESTATIVA DA VÍTIMA – VONTADE DE SE SUBMETER OU NÃO AO EXAME – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO."

Imperioso ressaltar que o simples fato da parte Autora se submeter a uma nova perícia, não pode dar ensejo à renovação do prazo prescricional, sob pena de esvaziar o instituto da prescrição, tornando a ação de cobrança de seguro DPVAT, imprescritível, mormente por se tratar de um seguro cuja uma das coberturas é a invalidez **permanente**.

Forçoso assinalar que a simples alegação de que a “ciência inequívoca” se deu tanto tempo após o fato, abrirá precedentes para que, qualquer indivíduo ajuíze demandas no judiciário com sua pretensão prescrita, bastando apresentar um novo laudo do IML, alegando que sua ciência se deu nesta data.

Ademais, não é crível nem verossímil que, após ter sofrido um acidente que resultou graves lesões e sequelas permanentes, conforme alega o Requerente, após o decurso de tanto tempo é que tenha se dado conta do verdadeiro efeito das lesões sofridas e suas consequências.

Diante do exposto, e por tudo mais que dos autos consta, irremediável a não aplicação da súmula 278 do STJ, por ser razão da mais lúdima justiça!

DO MÉRITO

DA VALIDADE DO REGISTRO DE OCORRÊNCIA

Verifica-se Nobre Magistrado que o boletim de ocorrência policial acostado aos autos, trata-se de mera certidão, a qual foi comunicada pelo próprio autor, documento este produzido unilateralmente, a conveniência do interessado, assim, não tem validade alguma para a presente lide.

Há de ser considerado que o boletim de ocorrência policial anexo aos autos, somente foi registrado apenas em 28/10/2014 após 6 MESES da data do alegado acidente noticiado.

Ademais, o boletim de ocorrência policial foi relatado pelo próprio autor a sua conveniência, sem testemunhas, e sem a presença da autoridade competente no local.

Em análise ao presente feito, verifica-se com estranheza que não foi apresentado Boletim de Ocorrência da data do sinistro supostamente ocorrido em 11/04/2014, não podendo ser considerado o registro de ocorrência policial apresentado como prova cabal do acidente noticiado nesta demanda.

Destarte, cabe alertar ao Nobre Julgador que, além de não ter sido apresentado o Registro de ocorrência da época do acidente, o comunicante **CONVENIENTEMENTE É A VÍTIMA E AUTOR** da presente lide o que causa grande espanto!

Ressalta-se ainda o fato de que além de a vítima ser comunicante do suposto acidente, foi elaborado através dos fatos narrados pelo mesmo de forma unilateral, sem que nenhuma testemunha ou outro vitimado prestassem depoimento.

Não há justificativa para delonga tão grande, qualquer parente, amigo do autor, poderia ter comunicado o acidente a época do sinistro na delegacia competente.

No caso em apreço, exigir da ré o pagamento da indenização sem a existência de comprovação da veracidade do acidente, descaracteriza a atividade definida como seguro. Essa prova documental incumbe à parte Autoral, em razão de ser constitutiva do seu direito, de conformidade com o que estabelece o art. 373, I, do NCPC/15.

Desta forma a Ré requer a IMPROCEDENCIA TOTAL do pedido inicial, com fulcro nos artigos 487, I, do NCPC/15.

DA AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML QUANTIFICANDO A LESÃO - ÔNUS DA PROVA DO AUTOR

Pode-se observar que a parte autora não apresentou qualquer documento conclusivo no que tange ao direito de receber a íntegra do teto indenizatório no que se refere à invalidez de caráter permanente, vez que não trouxe aos autos laudo do IML que atenda o disposto no Art. 5º § 5º da Lei 6.194/74, documento imprescindível para que se estabeleça o grau de limitação do membro afetado, a fim de quantificar da indenização.

Com efeito, a parte Autora deixou de juntar aos autos o Laudo do Instituto Médico Legal, furtando-se de provar o percentual de invalidez e o grau de redução funcional do membro supostamente afetado, em inobservância ao art. 373, I, CPC⁴.

Logo, tendo a parte autora deixado de comprovar suas alegações, impõe-se a improcedência total dos pedidos Autorais.

Caso este não seja o entendimento deste Douto Juízo, prossegue a Ré em suas argumentações apenas por amor ao debate.

DA AUSÊNCIA DE COBERTURA

No caso trazido à baila, conforme se extrai da documentação acostada aos autos, a parte autora é proprietária do veículo causador das lesões pelas quais é pleiteada a indenização pelo Seguro DPVAT, estando a categoria daquele englobada pelo Consórcio DPVAT, à inteligência do art. 38 da Resolução do CNSP nº 332/2015.

Contudo, é cristalino que a parte autora não preenche os requisitos necessários para ser indenizada, em razão da mora do pagamento do Seguro DPVAT. Assim, não há em que se cogitar cobertura securitária para o caso concreto, conforme Resolução 332/2015, em seu art. 17, §2º.

Como qualquer outro seguro, o DPVAT é um contrato aleatório, onde a seguradora, mediante uma contraprestação pecuniária, assume a responsabilidade de indenizar o segurado na hipótese de ocorrido o sinistro.

Por certo, o inadimplemento por parte dos proprietários de veículos, gera um desequilíbrio no provisionamento, ao passo que a seguradora não recebeu o pagamento que lhe era devido. Assim, a ausência de quitação do prêmio, inviabiliza a manutenção regular do contrato, ensejando um aumento nos valores do prêmio, a fim de harmonizar o balanço atuarial da seguradora, onerando os demais proprietários.

CONFORME SE PODE VERIFICAR COM OS COMPROVANTES ABAIXO, A PARTE AUTORA ENCONTRAVA-SE INADIMPLENTE COM O PAGAMENTO DO SEGURO OBRIGATÓRIO, NA DATA DO ALEGADO ACIDENTE OCORRIDO NO DIA 11/04/2014, HAJA VISTA QUE A PARTE AUTORA NÃO PROCEDEU COM O PAGAMENTO REFERENTE AOS ANOS DE 2014, COM O VENCIMENTO PREVISTO PARA O DIA 29-08-2014, RESTANDO-SE INADIMPLENTE E NÃO PREENCHENDO OS REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA SER INDENIZADA, EM RAZÃO DA MORA DO PAGAMENTO DO SEGURO DPVAT, VEJAMOS:

⁴“APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. AUSÊNCIA DE PROVA DA INVALIDEZ PERMANENTE. LAUDO INDIRETO DO IML. INSUFICIÊNCIA. ÔNUS DA PROVA DO AUTOR. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. 1 - O pagamento de indenização com base no seguro obrigatório se restringe às hipóteses de morte da vítima ou de invalidez permanente, ainda que parcial, além da possibilidade de reembolso por despesas médicas que se fizerem necessárias em razão do acidente. 2 - Não se desincumbindo o Autor do ônus de comprovar a invalidez permanente decorrente de acidente automobilístico, conforme exigem os artigos 5º da Lei 6.194/74 e 333, I, do Código de Processo Civil, deve ser julgado improcedente o pleito indenizatório.” (TJ-MG - AC: 10342120045667001 MG, Relator: José Marcos Vieira, Data de Julgamento: 13/03/2014, Câmaras Cíveis / 16ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 24/03/2014)

Selecione as opções abaixo para acessar o calendário de pagamento do Seguro DPVAT:

Exercício	UF	Final da Placa	Categoria(Saiba mais)	Pagamento	
2014	SI	7	9	À vista	Consultar

O prêmio do Seguro DPVAT será pago integralmente no vencimento da COTA ÚNICA ou da primeira parcela do IPVA, ou juntamente com o emplacamento ou no licenciamento anual, no caso de veículos isentos do IPVA, conforme disposto na **Resolução CNSP 273/2012** e na Portaria Interministerial 293/2012.

Categoria: 9

Final da Placa	Vencimento			
	IPVA (COTA ÚNICA)	Com Desconto?	DPVAT	Licenciamento
7	29/08/2014	NÃO	29/08/2014	15/07/2014

SE: TABELA DE VENCIMENTO DO IPVA E DO SEGURO DPVAT DE 2014

Sua busca por placa: OEO6997 UF: SE CATEGORIA: 09*

Exercício	Valor Pago	Situação	Declaração de Pagamento
2012	R\$72,94	Quitado	

Data Pagamento	Valor Pago
25/10/2012	R\$72,94

(*) Motocicleta

Voltar

Imprimir

Acrescentado por Jose Eribaldo Ferreira dos Santos - 13/10/2015 às 15:23

RELATA O NOTICIANTE: DENISON PAIXÃO RABELO DE SANTANA, RG. 2429084-0 SSP/SE, NATURAL DE POÇO VERDE/SE, FILHO DE JOSÉ CORREIA DE SANTANA E MARIA DO CARMO RABELO DE SANTANA, RESIDENTE NA RUA JOÃO XXIII, Nº 28, CENTRO, POÇO VERDE/SE, QUE FOI A OUTRA VÍTIMA NO ACIDENTE ACIMA NARRADO; QUE, CONDUZIA UMA MOTO, MARCA HONDA/POP 100, COR VERMELHA, PLACA OEO6997, CHASSI: 9C2HB0210CR035724, RENAVAM, REGISTRADA EM NOME DA MESMA VÍTIMA JÁ MENCIONADA, VINDO PELA RODOVIA PEDRO ALMEIDA VALADARES, ~SENTIDO ESTA CIDADE, E NAS IMEDIAÇÕES DO AUTO POSTO TAVARES, COLIDIU FRONTALMENTE COM A OUTRA MOTO, DESCRITA NO HISTÓRICO ACIMA, A QUAL EFETUOU UMA ULTRAPASSAGEM PELA CONTRA MÃO DE DIREÇÃO, VINDO A ATINGIR EM CHEIO A MOTO CONDUZIDA POR DENISON; QUE DA COLISÃO RESTARAM DANOS MATERIAIS E LESÕES EM DENISON, INCLUSIVE TEVE FRATURADO O FÊMUR, QUADRIL E

Ademais, se deve frisar o caráter social do Seguro DPVAT, evidenciado pela destinação do prêmio pago pelos proprietários de veículos automotores. Digno de destaque, que o valor pago a título de prêmio é rateado de forma que 45% dos valores arrecadados são direcionados ao Fundo Nacional de Saúde – FNS, para custeio de tratamento de vítimas de acidente na rede pública, no Sistema Único de Saúde-SUS e 5% são destinados aos programas educativos que buscam prevenir a ocorrência de novos acidentes, através do DENATRAN.

Frise-se que a ausência de pagamento pelo proprietário gera um prejuízo a toda sociedade, na medida, em caso de inadimplência do seguro, os valores não são repassados aos programas sociais, programa saúde pública e programas educadores de prevenção de acidentes.

Conforme antedito, o Seguro DPVAT exclui da cobertura o sinistrado, quando este for o proprietário do veículo e se encontrar inadimplente em relação ao pagamento do prêmio, quando da ocorrência do acidente. Por certo, a exclusão da cobertura restringe-se somente ao acidentado-proprietário inadimplente, mantendo-se toda a cobertura no que tange a terceiros.

É exatamente este o entendimento que ensejou a edição do verbete sumular nº 257 do STJ, posto que os casos concretos que foram julgados naquela corte tratavam de situações onde a vítima não era o proprietário do veículo, sendo, portanto, prescindível a discussão acerca do pagamento ou não do prêmio, uma vez que, indiscutivelmente, aqueles acidentados tinham direito ao recebimento da indenização.

Assim, o posicionamento do Superior Tribunal de Justiça buscou, tão somente, resguardar o direito de terceiros quando não realizado o pagamento do prêmio pelo causador do sinistro.

Portanto, feita a devida análise nos precedentes da súmula 257, STJ, quais sejam: REsp 200838/GO; REsp 67763/RJ; e REsp 144583/SP, temos que a mesma trata de situações jurídicas distintas, quando confrontado ao teor Resolução 273/2012 do CNSP, conforme quadro comparativo que segue:

RESOLUÇÃO 273 /2012 DO CNSP	SÚMULA 257, STJ
Exclui da cobertura a vítima, quando esta for proprietária do veículo causador do acidente, estando este inadimplente.	Garante o recebimento do seguro a TERCEIROS vítimas de sinistro causado por proprietário de veículo inadimplente.

Consigne-se, por oportuno, que a interpretação que deve ser dada à Súmula 257, STJ, corroborando com a exegese do art.7º, §1º da Lei 6.194/74^x, garante à seguradora consorciada o direito de regresso em face do proprietário inadimplente em caso de eventuais valores que se desembolsem com as vítimas de sinistros quando o evento for causado por proprietários inadimplentes.

Ora, se o §1º do art. 7º da Lei 6.194/74 prevê o direito de regresso em face do proprietário inadimplente, e houvesse condenação da Seguradora em indenizar o referido proprietário, a parte autora figuraria tanto como credora, como devedora dos valores indenizatórios. Deste modo, forçoso aplicar o instituto da compensação e a consequente extinção das obrigações, de acordo com o Art. 368 do Código Civil.

Este vem sendo o entendimento de alguns tribunais, vejamos:

SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. ACIDENTE. AUTOLESÃO DO PRÓPRIO SEGURADO E CONDUTOR DO VEÍCULO. PRÊMIO DO SEGURO VENCIDO E NÃO PAGO ATÉ A DATA DO SINISTRO. DEVER DE INDENIZAR. AUSÊNCIA.

1. O DPVAT é um seguro e como tal tem um prêmio a ser pago pelo proprietário/possuidor do veículo automotor terrestre.

2. Como um seguro de solidariedade nacional, o pagamento do prêmio do DPVAT, pelo proprietário do veículo, não é condição para o pagamento de indenização aos terceiros vitimados em acidentes de trânsito constitutivos do sinistro, inclusive aos que não estão dentro dos veículos sinistrados.

3. Não se estende, contudo, ao segurado em mora, o próprio devedor do prêmio do DPVAT, essa solidariedade nacional, nos casos de autolesão produzida com o veículo gerador da obrigação securitária em mora.

4. Não terá direito a indenização o segurado que estiver em mora no pagamento do prêmio, se ocorrer o sinistro antes de sua purgação (CC, a Art. 763).

5. Recurso conhecido e provido.

(Acórdão n.1051059, 20160111124918APC, Relator: ANA CANTARINO, Relator Designado: DIAULAS COSTA RIBEIRO 8ª TURMA CÍVEL, Data de Julgamento: 21/09/2017, Publicado no DJE: 06/10/2017. Pág.: 385/393)

Pelo exposto, não deve ser imputada à Seguradora Ré qualquer dever de indenizar a parte autora pelos supostos danos, eis que ausentes os elementos ensejadores da obrigação indenizatória.

DA APLICABILIDADE DA SÚMULA 474 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Com advento da Medida Provisória nº 451/08, convertida na Lei nº 11.945/2009, estabeleceu-se percentuais indenizatórios aos danos corporais, subdividindo-os em totais e parciais, de modo que se impõe a graduação da lesão para fins indenizatórios.

Em continuidade, tem-se a aludida Lei prevê graus diferenciados de invalidez permanente, classificando-a em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, o que de certo deverá ser observado por esse Nobre Magistrado.

A referida inovação legal trouxe a figura da invalidez parcial incompleta. Portanto, para dirimir o percentual indenizável no caso concreto, é imprescindível a realização de prova pericial, ocasião em que se verificará se a lesão suportada pela parte autora é parcial incompleta, apontando sua respectiva repercussão geral⁵.

No mesmo sentido, o Superior Tribunal de justiça editou a Súmula 474 pacificando o entendimento que no caso de invalidez a indenização do Seguro Obrigatório DPVAT deverá ser paga em conformidade com o grau da invalidez da vítima⁶.

Frisa-se que a Suprema Corte firmou posicionamento sobre a constitucionalidade da inovação legal trazida originariamente pela MP 451/08, conforme se verifica no julgamento da ADI 4627/DF.

Assim, para se chegar ao valor indenizável devido, na hipótese de invalidez parcial incompleta, devem ser observadas duas etapas:

Identifica-se o tipo de dano corporal segmentar na Tabela, aplicando-se o respectivo percentual de perda; e

Sobre o valor encontrado, aplica-se os percentuais de acordo com o grau de repercussão: intensa – 75%; média – 50%; leve – 25%; e sequela residual – 10%.

Evidente, pois, inexistir qualquer direito de indenização integral a parte Autora, devendo ser respeitada a proporcionalidade do grau de invalidez.

Sendo assim, na hipótese de condenação da seguradora, o valor indenizatório deverá ser apontado após a realização de perícia médica, constatando a extensão da lesão do autor, observando-se o método de cálculo apresentado.

DOS JUROS DE MORA E DA CORREÇÃO MONETÁRIA

Em relação aos juros de mora, o Colendo Superior Tribunal de justiça editou a Súmula nº 426 pacificando a incidência dos juros a partir da citação⁷.

⁵RECURSO CÍVEL. SEGURO DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO. i) EM CASO DE INVALIDEZ PARCIAL, O PAGAMENTO DO SEGURO DPVAT DEVE, POR IGUAL, OBSERVAR A RESPECTIVA PROPORCIONALIDADE. É VÁLIDA A UTILIZAÇÃO DE TABELA PARA REDUÇÃO PROPORCIONAL DA INDENIZAÇÃO A SER PAGA POR SEGURO DPVAT, EM SITUAÇÕES DE INVALIDEZ PARCIAL, AINDA QUE O ACIDENTE TENHA OCORRIDO ANTES DA LEI N.º 11.945/09. ii) INDENIZAÇÃO INDEVIDA. HIPÓTESE EM QUE A PARTE AUTORA NÃO FAZ JUS À COMPLEMENTAÇÃO DA INDENIZAÇÃO, POIS NÃO HOUE A DEMONSTRAÇÃO DE QUE A LESÃO SOFRIDA TENHA SIDO DE MAIOR GRAVIDADE DO QUE A INDENIZADA ADMINISTRATIVAMENTE. iii) APLICAÇÃO DA SÚMULA 474 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez. iv) RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.

⁶**Súmula 474 | Superior Tribunal de Justiça** “A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.”

⁷“SÚMULA N. 426: Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação.”

Com relação à correção monetária, é curial que seja analisada questão acerca a forma da Lei 6.899/1981, ou seja, a partir da propositura da ação⁸

Assim sendo, na remota hipótese de condenação, requer que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação, bem como a correção monetária seja computada a partir do ajuizamento da presente ação.

DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Observar-se que o parte autora litiga sob o pálio da Gratuidade de Justiça e, em caso de eventual condenação, os honorários advocatícios deverão ser limitados ao patamar **máximo** de 15% (quinze por cento), nos termos do § 1º Art. 1º da Lei nº 1.060/50.

Contudo, a demanda não apresentou nenhum grau de complexidade nem mesmo exigiu um grau de zelo demasiado pelo patrono da parte autora, pelo que se amolda nos termos do art. 85, §2º do Código de Processo Civil, às hipóteses de casos de “fácil” instrução.

Desta feita, na remota hipótese de condenação da Ré, requer que o pagamento dos honorários advocatícios seja arbitrado na monta de 10% (Dez por cento), conforme supracitado.

CONCLUSÃO

Ex Positis, requer seja extinto o feito com julgamento do mérito, com fulcro no art. 487, inciso II do Código de Processo Civil c/c 206, § 3º, inciso IX do Código Civil, por **absolutamente prescrita**.

Ante o exposto, reafirma o desinteresse na audiência de conciliação, conforme amplamente demonstrado no corpo da presente peça.

Em caso de eventual condenação, pugna a Ré, pela aplicação da tabela de quantificação da extensão da invalidez permanente, conforme preconiza a Sumula 474 do STJ.

Na remota hipótese de condenação, pugna-se para que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação válida, a correção monetária na forma da fundamentação da peça de bloqueio e honorários advocatícios sejam limitados ao percentual máximo de 10%, consoante a previsão do art. 11, § 1º, da Lei 1.060/50.

Por se tratar de ônus da prova da parte autora, pugna-se pela realização da prova pericial pelo IML com o fito de auferir o nexo de causalidade entre a lesão da vítima e o suposto acidente automobilístico, bem como se há valor indenizável a ser pago. Caso Vossa Excelência assim não entenda, requer que os custos da realização da prova pericial sejam arcados pela parte autora ou pelo Estado, eis que imprescindível a produção da prova para o deslinde da demanda.

Requer, outrossim, a produção de prova documental suplementar e haja vista a necessidade de elucidar aspectos que contribuam com a veracidade dos fatos alegados na exordial requer o depoimento pessoal da vítima para que esclareça:

- Queira a vítima esclarecer a dinâmica do acidente, os veículos envolvidos e suas características, o membro ou segmento do corpo afetado e se houve encaminhamento ao hospital;
- Queira esclarecer se houve requerimento administrativo em razão do sinistro narrado na inicial ou outro sinistro;
- Se a vítima recebeu algum valor referente a este ou outro sinistro.

⁸art. 1º. (...)

§2º Nos demais casos, o cálculo far-se-á a partir do ajuizamento da ação.

Para fins do exposto no artigo 106, inciso I, do Código de Processo Civil, requer que todas as intimações sejam encaminhadas ao escritório de seus patronos, sito na Rua São José, nº 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20010-020 e que as publicações sejam realizadas, exclusivamente, em nome do patrono **KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ**, inscrito sob o nº **2592 - OAB/SE**, sob pena de nulidade das mesmas.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

POCO VERDE, 5 de abril de 2019.

JOÃO BARBOSA
OAB/SE 780-A

KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ
2592 - OAB/SE

QUESITOS DA RÉ

- 1 - Queira o Sr. Perito informar se há nexo de causalidade entre o acidente narrado na petição inicial e a lesão apresentada pelo autor. Caso haja, informar se da referida lesão resultou invalidez permanente ou temporária;
- 2 - Queira o Sr. Perito informar se a invalidez permanente é notória ou de fácil constatação;
- 3 - Queira o Sr. Perito esclarecer quando a vítima teve ciência de sua incapacidade com base nos documentos médicos acostados aos autos;
- 4 - Queira o Sr. Perito informar se a vítima encontra-se em tratamento ou já se esgotaram todas as possibilidades existentes na tentativa de minimizar o dano;
- 5 - Queira o Sr. Perito informar se à época do acidente o membro afetado já contava com alguma sequela oriunda de circunstância anterior;
- 6 - Queira o Sr. Perito informar se a lesão apresenta caráter parcial ou total. Sendo a invalidez parcial incompleta, queira o Ilustre Perito informar o membro afetado e se a redução proporcional da indenização corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, 10% (dez por cento) para as de sequelas residuais, consoante o disposto no Art. 3º, inciso II, da Lei 6.194/74;
- 7 - Queira o Sr. Perito esclarecer todo e qualquer outro elemento necessário ao deslinde da causa.

TABELA DE GRADAÇÃO

Danos Corporais Previstos na Lei	Total (100%)	Intensa (75%)	Média (50%)	Leve (25%)	Residual (10%)
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	R\$ 13.500,00	R\$ 10.125,00	R\$ 6.750,00	R\$ 3.375,00	R\$ 1.350,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior					
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral					
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica					
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	R\$ 9.450,00	R\$ 7.087,50	R\$ 4.725,00	R\$ 2.362,50	R\$ 945,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	R\$ 6.750,00	R\$ 5.062,50	R\$ 3.375,00	R\$ 1.687,50	R\$ 675,00
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho					
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	R\$ 3.375,00	R\$ 2.531,25	R\$ 1.687,50	R\$ 843,75	R\$ 337,50
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo					
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral					
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	R\$ 1.350,00	R\$ 1.012,50	R\$ 675,00	R\$ 337,50	R\$ 135,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé					
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço					

SUBSTABELECIMENTO

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/SE 780-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa da advogada KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ, inscrito na 2592 - OAB/SE, com escritório na RUA PACATUBA, N.º 254, SALA 210, CENTRO. ARACAJU/SE, os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **DENISON PAIXAO RABELO DE SANTANA**, em curso perante a **ÚNICA VARA CÍVEL** da comarca de **POCO VERDE**, nos autos do Processo nº 00003791820198250061.

Rio de Janeiro, 5 de abril de 2019.



JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/SE 780-A

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819

**SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.**

NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2017**

1. DATA, HORA E LOCAL: Aos 14 (quatorze) dias do mês de dezembro de 2017, às 10 horas, na Rua da Assembleia, nº 100 - 26º andar – Sala de Reunião do Conselho de Administração, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

2. CONVOCAÇÃO: Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 07 de dezembro de 2017.

3. PRESENÇA: Presentes os conselheiros titulares: Roberto Barroso, Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre, Rosana Techima Salsano, Ivan Luiz Gontijo Júnior, Alfredo Lalia Neto, Marcelo Goldman, Bernardo Dieckmann, João Gilberto Possiede, Nicolás Jesus Di Salvo, Paulo de Oliveira Medeiros, João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo e Paulo Augusto Freitas de Souza, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia. Presentes, ainda, os conselheiros suplentes Leonardo F. Semenovitch, Sidney Aparecido Pariz, Anderson Fernandes Peixoto e Maurício Bernardes, que, por força da presença dos respectivos Conselheiros titulares, atenderam à reunião sem direito a voto nas matérias da ordem do dia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia.

4. MESA: Presidente: Roberto Barroso; Secretária: Isabella Maria Azevedo da Cunha.

5. ORDEM DO DIA: deliberar sobre:

- (i) reeleição de Diretores Estatutários; e
- (ii) eleição de membro para o Comitê de Auditoria.

6. DELIBERAÇÕES: Iniciados os trabalhos pelo item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, reeleger para um mandato de 01 (um) ano os seguintes membros da Diretoria da Companhia: **(a) JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor Presidente da Companhia; **(b) HELIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor sem designação específica da

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do
Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas
Página 1 de 3

Companhia; e (c) **CRISTIANE FERREIRA DA SILVA**, brasileira, solteira, securitária, titular do documento de identidade nº 16.482.014-0, expedido pela SSP-SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 060.179.048-09, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretora sem designação específica. A posse dos diretores ora eleitos dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia, permanecendo nos respectivos cargos até a investidura dos seus sucessores. Os Diretores ora eleitos aceitaram e declararam, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer o comércio ou a administração de sociedade mercantis em virtude de condenação criminal, tampouco estão impedidos, por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, não estando incurso em quaisquer dos crimes previstos em lei ou nas restrições legais que possam impedi-los de exercer atividades mercantis, em desacordo com o disposto no art. 37, inciso II, da Lei nº. 8.934, 18 de dezembro de 1994 e no art. 147 da Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, ciente de que qualquer declaração falsa importará em responsabilidade criminal. Os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, retirar o item (ii) da ordem do dia de pauta. Em decorrência do item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, rerratificar as funções específicas perante à SUSEP atribuídas aos membros da Diretoria Executiva, conforme segue. Deixa-se de atribuir as funções de que tratam os itens 1.2.1.5, 1.2.1.6, e 1.2.1.7, da Carta Circular nº 1/2016/Susep-Cgrat, tendo em vista inexistirem as referidas atividades na Companhia;

N	MEMBRO	RCA	MANDATO	FUNÇÃO ESPECÍFICAS PERANTE À SUSEP
1	José Ismar Alves Tórres	14.12.2017	13.12.2018	Diretor Presidente
2	Helio Bitton Rodrigues	14.12.2017	13.12.2018	sem função específica
3	Cristiane Ferreira da Silva	14.12.2017	13.12.2018	Diretor responsável técnico (Circular SUSEP nº 234/03 e Resolução CNSP nº 321/15) (executiva ou operacional)
4	Milton Bellizia	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelas relações com a SUSEP (executiva ou operacional)
				Diretor responsável administrativo-financeiro (executiva ou operacional)
				Diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade (executiva ou operacional)
5	Andrea Louise Ruano Ribeiro	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (Circulares SUSEP nº 234/03 e 445/12) (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes (fiscalização ou controle)

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas
Página 2 de 3

[Assinaturas manuscritas]

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: CO-2018/011153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICADO DE ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 07003149059 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD6974386FA4822CCFDE4B56AFAD8E0CF8FFD5CF68743F233E496AFDA80E1FB8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerjia.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.

Pág. 4/13



7. ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA: Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes.

8. ASSINATURAS: A presente ata foi assinada por: Roberto Barroso – Presidente (ass.), Isabella Maria Azevedo da Cunha – Secretária (ass.), Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre (ass.), Rosana Techima Salsano (ass.), Ivan Luiz Gontijo Junior (ass.), Alfredo Lalia Neto (ass.), Marcelo Goldman (ass.), Bernardo Dieckmann (ass.), João Gilberto Possiede (ass.), Nicolás Jesus Di Salvo (ass.), Paulo de Oliveira Medeiros (ass.), João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo (ass.) e Paulo Augusto Freitas de Souza (ass.).

Certifico que a presente é cópia fiel da Ata original lavrada no Livro de Atas do Conselho de Administração da Companhia.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017


Roberto Barroso
Presidente


Isabella Maria Azevedo da Cunha
Secretária

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do
Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas
Página 3 de 3

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.2028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 02003149053 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: F76974386FA48220CFDE4B56AFAD85ECF8FFD5CF58740F233E496AFDA80E1FB8



SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.
NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Rua Presidente Alfonso Lopes, nº 25, apto 402 – Lagoa, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22071-050, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017


JOSE ISMAR ALVES TORRES

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003143055 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: PD6974386FA48220C7DE4B56AFAD5E0CF8FFD5CF5E740F233E495AEDA80E1FB8

Para validar o documento acesse <http://www.jucarja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.

Pag. 8/13



SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.
NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

HÉLIO BITTON RODRIGUES, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Rua Visconde de Pirajá, 228, apto 203, Ipanema, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22410-000, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017


HÉLIO BITTON RODRIGUES

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: DO-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NOME 02003149053 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: F06974386FA48220CFDE4B56AFAD25ECF8FDE5CF68743F233E496AFDA80E1FB8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja-rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, Informe o nº de protocolo.

Pag: 10/13





PORTARIA Nº 755, DE 22 DE JANEIRO DE 2018

O DIRETOR SUBSTITUTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n.º 632, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto na alínea c do artigo 36 do Decreto-Lei n.º 73, de 23 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep 13414.62581/2017-59, resolve:

Art. 1º Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelas assembleias de ALM SEGURADORA S.A. - MICROSEGURADORA, CNPJ n.º 23.694.711/0001-80, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, na assembleia geral extraordinária realizada em 30 de junho de 2017:

I - Aumento do capital social em R\$ 450.164,100, elevando-o para R\$ 5.155.343,91, dividido em 179.246.992 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal; e

II - Reforma do estatuto social.

Art. 2º Decretar que a presente no RS 190.40.01 da carteira de capital subscrito deverá ser integralizada até 30 de junho de 2018.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO DOS SANTOS

PORTARIA Nº 756, DE 22 DE JANEIRO DE 2018

O DIRETOR SUBSTITUTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n.º 632, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto na alínea c do artigo 36 do Decreto-Lei n.º 73, de 23 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep 13414.62581/2017-59, resolve:

Art. 1º Aprovar a eleição de administração de SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO PRIVAT S.A. CNPJ n.º 23.694.711/0001-80, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, conforme deliberado no relatório do conselho de administração realizado em 14 de dezembro de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO DOS SANTOS

PORTARIA Nº 757, DE 22 DE JANEIRO DE 2018

O DIRETOR SUBSTITUTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n.º 632, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto na alínea c do artigo 36 do Decreto-Lei n.º 73, de 23 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep 13414.62581/2017-59, resolve:

Art. 1º Aprovar a eleição de membros do conselho de administração de IRB BRASIL RESEGUROS S.A., CNPJ n.º 33.376.959/0001-91, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, conforme deliberado na reunião do conselho de administração realizada em 24 de maio de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO DOS SANTOS

RETIFICAÇÃO

No artigo 1º da Portaria Susep/Direp n.º 721, de 3 de janeiro de 2018, publicada no Diário Oficial da União, de 3 de janeiro de 2018, página 148, seção 1, onde se lê: "... na reunião do conselho de administração realizada em 1º de novembro de 2017", leia-se: "... na assembleia geral extraordinária realizada em 1º de novembro de 2017."

Ministério da Indústria,
Comércio Exterior e ServiçosINSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA,
QUALIDADE E TECNOLOGIA

PORTARIA Nº 38, DE 19 DE JANEIRO DE 2018

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, no uso de suas atribuições, conferidas no § 3º do art. 4º da Lei n.º 1.964, de 13 de dezembro de 1973, no inciso I e IV do art. 3º da Lei n.º 9.933, de 20 de dezembro de 1999, e no inciso V do art. 1º da Lei n.º 12.544, de 18 de maio de 2012, aprovada pelo Decreto n.º 175, de 28 de novembro de 2017, resolve:

Art. 1º Aprovar o Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos.

Considerando a Portaria Interam n.º 16, de 14 de janeiro de 2018, que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Tanques de Carga Rodoviária Destinados ao Transporte de Produtos Perigosos, publicada no Diário Oficial da União de 14 de janeiro de 2018, seção 01, página 46;

Considerando que o item em anexo per se não atende ao disposto no § 1º do art. 1º do Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos, deve ser ajustado e adaptado aos veículos e aos equipamentos rodoviários destinados a este fim;

Considerando a necessidade de substituição da Comissão de Inspeção para o Transporte de Produtos Perigosos (CTPP) pelo novo Comitê para o Transporte de Produtos Perigosos (CTPP), aprovado conforme a necessidade de construção de tanques de carga rodoviários;

Considerando a necessidade de ajustes dos Requisitos de Avaliação da Conformidade aprovados pela Portaria Interam n.º 16/2018, resolve:

Art. 1º Ficar aprovados os ajustes dos Requisitos de Avaliação da Conformidade para Tanques de Carga Rodoviária destinados ao Transporte de Produtos Perigosos, publicados pela Portaria Interam n.º 16, de 14 de janeiro de 2018, conforme disposto no Anexo desta Portaria, disponibilizado no site www.inmetro.gov.br ou no endereço abaixo:

Internet Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro

Diretoria de Avaliação da Conformidade - Doconf
Rua Santa Alexandrina, nº 416 - 2º andar - Rio de Janeiro

Cep 20.261-232 - Rio de Janeiro - RJ

Art. 2º Ficam substituídos os Anexos A e D da Portaria Interam n.º 16/2018 pelos Anexos A e D anexos a esta Portaria.

Art. 3º Ficam incluídos na Portaria Interam n.º 16/2018 os Anexos F e G anexos a esta Portaria.

Art. 4º Ficam inseridos, no art. 4º da Portaria Interam n.º 16/2018, os seguintes parágrafos:

SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR

CIRCULAR Nº 4, DE 22 DE JANEIRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR, SUBSTITUTO DO MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o conteúdo da Anvisa, as propostas de modificação da Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM e da Tarifa Externa Comum em anexo pelo Departamento de Negociações Internacionais (DNI), com o objetivo de obter subsídios para a elaboração de pareceres técnicos do governo brasileiro no âmbito da coordenação da Comissão Técnica n.º 1, de Tarifas, Nomenclatura e Classificação de Mercadorias, da Mercosul (CT-1).

1. Manifestações sobre as propostas deverão ser dirigidas ao DENT por meio do Protocolo-Geral do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, situado na Esplanada dos Ministérios, Bloco "P", Térreo, CEP 70035-900, Brasília (DF). As manifestações deverão fazer referência ao número desta Circular e ser encaminhadas no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação desta Circular no Diário Oficial da União.

2. As informações relativas às propostas deverão ser apresentadas mediante o preenchimento integral do modelo padrão, disponível na página do site Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MINEC) REPOSITÓRIO/DOCONF/DECONF/CTC_2018/Ministerio-de-Comercio-Ext-2018. O formulário também pode ser solicitado pelo telefone (61) 2027-1310 e 2027-1315 ou pelo e-mail do setor de atendimento CT-1@mdc.gov.br.

3. O acompanhamento sobre a análise das propostas poderá ser realizado por meio do endereço eletrônico <http://www.mdc.gov.br/ctc> ou pelo e-mail atendimento-ctc@mdc.gov.br.

4. Caso haja, posteriormente, ajustes de texto realizados pelas instituições de nomenclatura do CT-1, eventuais manifestações a respeito deverão ser encaminhadas a esta Secretaria mediante os procedimentos previstos nesta Circular.

RENATO AGOSTINHO DA SILVA

SITUAÇÃO ATUAL	SITUAÇÃO PROPOSTA
2017.20.58	2017.20
Acidos policarboxílicos cíclicos, derivados de ciclopentanóis, seus análogos, hálógenos, peróxidos e seus derivados	Acidos Policarboxílicos, cíclicos, cíclicos ou dicloroparísicos, seus análogos, hálógenos, peróxidos e seus derivados
	2017.20.1
	2017.20.10
	2017.20.15
	2017.20.20
	2017.20.25
	2017.20.30
	2017.20.35
	2017.20.40
	2017.20.45
	2017.20.50
	2017.20.55
	2017.20.60
	2017.20.65
	2017.20.70
	2017.20.75
	2017.20.80
	2017.20.85
	2017.20.90
	2017.20.95
	2017.21
	2017.21.1
	2017.21.10
	2017.21.15
	2017.21.20
	2017.21.25
	2017.21.30
	2017.21.35
	2017.21.40
	2017.21.45
	2017.21.50
	2017.21.55
	2017.21.60
	2017.21.65
	2017.21.70
	2017.21.75
	2017.21.80
	2017.21.85
	2017.21.90
	2017.21.95
	2017.22
	2017.22.1
	2017.22.10
	2017.22.15
	2017.22.20
	2017.22.25
	2017.22.30
	2017.22.35
	2017.22.40
	2017.22.45
	2017.22.50
	2017.22.55
	2017.22.60
	2017.22.65
	2017.22.70
	2017.22.75
	2017.22.80
	2017.22.85
	2017.22.90
	2017.22.95
	2017.23
	2017.23.1
	2017.23.10
	2017.23.15
	2017.23.20
	2017.23.25
	2017.23.30
	2017.23.35
	2017.23.40
	2017.23.45
	2017.23.50
	2017.23.55
	2017.23.60
	2017.23.65
	2017.23.70
	2017.23.75
	2017.23.80
	2017.23.85
	2017.23.90
	2017.23.95
	2017.24
	2017.24.1
	2017.24.10
	2017.24.15
	2017.24.20
	2017.24.25
	2017.24.30
	2017.24.35
	2017.24.40
	2017.24.45
	2017.24.50
	2017.24.55
	2017.24.60
	2017.24.65
	2017.24.70
	2017.24.75
	2017.24.80
	2017.24.85
	2017.24.90
	2017.24.95
	2017.25
	2017.25.1
	2017.25.10
	2017.25.15
	2017.25.20
	2017.25.25
	2017.25.30
	2017.25.35
	2017.25.40
	2017.25.45
	2017.25.50
	2017.25.55
	2017.25.60
	2017.25.65
	2017.25.70
	2017.25.75
	2017.25.80
	2017.25.85
	2017.25.90
	2017.25.95
	2017.26
	2017.26.1
	2017.26.10
	2017.26.15
	2017.26.20
	2017.26.25
	2017.26.30
	2017.26.35
	2017.26.40
	2017.26.45
	2017.26.50
	2017.26.55
	2017.26.60
	2017.26.65
	2017.26.70
	2017.26.75
	2017.26.80
	2017.26.85
	2017.26.90
	2017.26.95
	2017.27
	2017.27.1
	2017.27.10
	2017.27.15
	2017.27.20
	2017.27.25
	2017.27.30
	2017.27.35
	2017.27.40
	2017.27.45
	2017.27.50
	2017.27.55
	2017.27.60
	2017.27.65
	2017.27.70
	2017.27.75
	2017.27.80
	2017.27.85
	2017.27.90
	2017.27.95
	2017.28
	2017.28.1
	2017.28.10
	2017.28.15
	2017.28.20
	2017.28.25
	2017.28.30
	2017.28.35
	2017.28.40
	2017.28.45
	2017.28.50
	2017.28.55
	2017.28.60
	2017.28.65
	2017.28.70
	2017.28.75
	2017.28.80
	2017.28.85
	2017.28.90
	2017.28.95
	2017.29
	2017.29.1
	2017.29.10
	2017.29.15
	2017.29.20
	2017.29.25
	2017.29.30
	2017.29.35
	2017.29.40
	2017.29.45
	2017.29.50
	2017.29.55
	2017.29.60
	2017.29.65
	2017.29.70
	2017.29.75
	2017.29.80
	2017.29.85
	2017.29.90
	2017.29.95
	2017.30
	2017.30.1
	2017.30.10
	2017.30.15
	2017.30.20
	2017.30.25
	2017.30.30
	2017.30.35
	2017.30.40
	2017.30.45
	2017.30.50
	2017.30.55
	2017.30.60
	2017.30.65
	2017.30.70
	2017.30.75
	2017.30.80
	2017.30.85
	2017.30.90
	2017.30.95
	2017.31
	2017.31.1
	2017.31.10
	2017.31.15
	2017.31.20
	2017.31.25
	2017.31.30
	2017.31.35
	2017.31.40
	2017.31.45
	2017.31.50
	2017.31.55
	2017.31.60
	2017.31.65
	2017.31.70
	2017.31.75
	2017.31.80
	2017.31.85
	2017.31.90
	2017.31.95
	2017.32
	2017.32.1
	2017.32.10
	2017.32.15
	2017.32.20
	2017.32.25
	2017.32.30
	2017.32.35
	2017.32.40
	2017.32.45
	2017.32.50
	2017.32.55
	2017.32.60
	2017.32.65
	2017.32.70
	2017.32.75
	2017.32.80
	2017.32.85
	2017.32.90
	2017.32.95
	2017.33
	2017.33.1
	2017.33.10
	2017.33.15
	2017.33.20
	2017.33.25
	2017.33.30
	2017.33.35
	2017.33.40
	2017.33.45
	2017.33.50
	2017.33.55
	2017.33.60
	2017.33.65
	2017.33.70
	2017.33.75
	2017.33.80
	2017.33.85
	2017.33.90
	2017.33.95
	2017.34
	2017.34.1
	2017.34.10
	2017.34.15
	2017.34.20
	2017.34.25
	2017.34.30
	2017.34.35
	2017.34.40
	2017.34.45
	2017.34.50
	2017.34.55
	2017.34.60
	2017.34.65
	2017.34.70
	2017.34.75
	2017.34.80
	2017.34.85
	2017.34.90
	2017.34.95
	2017.35
	2017.35.1
	2017.35.10
	2017.35.15
	2017.35.20
	2017.35.25
	2017.35.30
	2017.35.35
	2017.35.40
	2017.35.45
	2017.35.50
	2017.35.55
	2017.35.60
	2017.35.65
	2017.35.70
	2017.35.75
	2017.35.80
	2017.35.85
	2017.35.90
	2017.35.95
	2017.36
	2017.36.1
	2017.36.10
	2017.36.15
	2017.36.20
	2017.36.25
	2017.36.30
	2017.36.35
	2017.36.40

12/10

ANEXO I À ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., REALIZADAS EM 17 DE MARÇO DE 2016



4886507

**"SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.
ESTATUTO SOCIAL**

CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

Artigo 1º - A SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A. (a "Companhia") é uma sociedade por ações, de capital fechado, que se rege por este Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis.

Artigo 2º - A Companhia tem por objeto operar nos ramos de seguros de danos e de pessoas, podendo participar de consórcios como líder, como previsto na regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Artigo 3º - A Companhia tem sede na cidade de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14 e 15 andares, podendo criar, modificar e encerrar, mediante decisão da Diretoria, filiais, agências, sucursais, escritórios e representações em qualquer localidade do País.

Artigo 4º - A Companhia terá prazo indeterminado de duração.

CAPÍTULO II - CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

Artigo 5º - O capital social é de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), totalmente subscrito e integralizado, sendo dividido em 15.000.000 (quinze milhões) de ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal.

Parágrafo Primeiro - Cada ação ordinária confere a seu titular direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Artigo 6º - Respeitadas as disposições legais aplicáveis, a Companhia poderá efetuar resgate total ou parcial de ações de qualquer espécie ou classe ou adquiri-las para mantê-las em Tesouraria, pelo valor patrimonial da ação do último balanço auditado, cabendo ao Conselho de Administração fixar as demais características da operação.

CAPÍTULO III - ASSEMBLEIA GERAL

ARTIGO 7º - A Assembleia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento, sempre por maioria absoluta de votos, excetuados os casos expressos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 1 de 10

Bernardo F. S. Bervanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020183575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE92D8296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



4898508

ARTIGO 8º - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 3 (três) primeiros meses após o encerramento do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem.

Parágrafo Primeiro - A Assembleia Geral será convocada na forma da lei. Independentemente das formalidades de convocação, também será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas.

Parágrafo Segundo - A mesa da Assembleia Geral será presidida por um acionista, diretor ou não, escolhido dentre os presentes por aclamação para dirigir os trabalhos, o qual poderá nomear até 2 (dois) secretários, que poderão ser acionistas ou não, para assessorá-lo a dirigir os trabalhos, manter a ordem, suspender, adiar e encerrar as reuniões e reduzir a termo o que foi deliberado, produzindo a competente ata.

Parágrafo Terceiro - Os representantes legais e os procuradores constituídos, para que possam comparecer às Assembleias, deverão fazer a entrega dos respectivos instrumentos de representação ou mandato na sede da Companhia, até 48 (quarenta e oito) horas antes da reunião acontecer.

Parágrafo Quarto - Ressalvadas as exceções previstas em lei, a Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, ¼ (um quarto) do capital social com direito a voto, e em segunda convocação instalar-se-á com qualquer número.

Parágrafo Quinto - As decisões da Assembleia Geral serão formalizadas através de ata que deverá conter a transcrição das deliberações tomadas. Da ata tirar-se-ão certidões ou cópias autenticadas para os fins legais.

Parágrafo Sexto - Somente será aprovada a modificação do objeto social da Companhia com a aprovação de 2/3 (dois terços) das ações ordinárias.

CAPÍTULO IV - ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

ARTIGO 9º - A Companhia terá um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva.

Parágrafo Primeiro - Os Conselheiros e os Diretores serão investidos, após a aprovação de sua eleição pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, em seus cargos mediante assinatura do termo de posse no Livro de Atas do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva, conforme o caso.

Parágrafo Segundo - O prazo de gestão dos Conselheiros e dos Diretores estender-se-á até a investidura dos respectivos sucessores.

Parágrafo Terceiro - As atas das reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva serão lavradas em livro próprio e serão assinadas pelos Conselheiros e pelos Diretores presentes, conforme o caso.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 2 de 10


Bernardo P.S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCÍOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C81B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7646C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



4896509

Parágrafo Quarto – Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva ficam dispensados de prestar caução como garantia de sua gestão.

Parágrafo Quinto – Caberá à Assembleia Geral fixar o montante global da remuneração dos Administradores, a qual será distribuída e destinada conforme deliberação do Conselho de Administração.

CAPÍTULO V - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ARTIGO 10 – A Companhia será administrada por um Conselho de Administração, composto por, no mínimo, 9 (nove) membros, e no máximo, 15 (quinze) membros, e igual número de suplentes, todos acionistas, residentes no País ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, e com mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição.

Parágrafo Primeiro – Os membros do Conselho de Administração terão as seguintes denominações: Conselheiro Presidente, Conselheiro Vice-Presidente e demais conselheiros sem designação específica.

Parágrafo Segundo – O membro do Conselho de Administração, que tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia, não poderá ter acesso a informações nem participar e exercer o direito de voto nas deliberações do Conselho de Administração que configurem tal impedimento. Poderá, todavia, ser substituído por seu suplente, desde que este não esteja igualmente impedido.

Parágrafo Terceiro – O primeiro mandato dos membros do Conselho de Administração poderá ser superior a 1 (um) ano, se estendendo até a Assembleia Geral Ordinária que se realizar em 2009, referente ao exercício de 2008.

ARTIGO 11 – Eleito pela Assembleia Geral o Conselho de Administração, caberá a este a eleição do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho, por maioria de votos. O Vice-Presidente substituirá o Presidente nas suas ausências e impedimentos temporários.

ARTIGO 12 – Na hipótese de ausências e impedimentos temporários de membro do Conselho de Administração, caberá ao seu suplente substituí-lo, e, no caso de vacância de cargo do Conselho de Administração, o conselheiro ausente será substituído por seu suplente até que seja eleito novo membro e seu respectivo suplente pela primeira Assembleia Geral.

ARTIGO 13 – Todas as deliberações do Conselho de Administração, feitas nas competentes reuniões e devidamente lavradas em atas, serão tomadas pela maioria de votos dos presentes.

Parágrafo Primeiro – O Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração terão direito a voto, cabendo, ainda, ao Presidente em exercício, na hipótese de empate nas deliberações, o voto de desempate.

Parágrafo Segundo – Para que as reuniões do Conselho de Administração possam se instalar e validamente deliberar será necessário a presença da maioria de seus membros em exercício (titulares ou suplentes), desde que a reunião tenha sido regularmente

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 3 de 10


Bernardo P. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C81B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

13/4

convocada.



4986510

Parágrafo Terceiro - Caberá ao Presidente do Conselho de Administração presidir as reuniões do aludido Conselho de Administração, e escolher o secretário da reunião, que poderá não ser membro do Conselho de Administração.

ARTIGO 14 – O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, 1 (uma) vez por mês e, extraordinariamente, quando necessário, mediante convocação de seu Presidente ou, conjuntamente, por 3 (três) de seus membros.

Parágrafo Primeiro – Os membros da Diretoria Executiva participarão das reuniões do Conselho de Administração, quando convocados pelo Presidente do Conselho de Administração a pedido de qualquer de seus membros, para esclarecer sobre quaisquer assuntos de interesse da Companhia.

Parágrafo Segundo - As reuniões do Conselho de Administração deverão ser convocadas, por escrito, mediante carta, telegrama ou e-mail a cada um dos seus membros, e dos membros da Diretoria Executiva quando for o caso, com 5 (cinco) dias úteis de antecedência da data de sua realização. O local de realização das reuniões do Conselho de Administração deverá constar do competente anúncio de convocação, juntamente com o horário, a data de realização e a ordem do dia.

Parágrafo Terceiro - Independentemente das formalidades relativas à convocação, considerar-se-á regular a reunião a que comparecerem todos os membros titulares do Conselho de Administração ou seus suplentes, expressamente autorizados pelos respectivos titulares.

ARTIGO 15 – Compete ao Conselho de Administração, além das atribuições que lhe são conferidas por lei:

- a) convocar as Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias;
- b) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e aprovar as diretrizes políticas empresariais e objetivos básicos para todas as áreas principais da atuação da Companhia, bem como a sua política de investimentos financeiros;
- c) aprovar o orçamento anual, o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- d) eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições através de um Regimento da Diretoria Executiva, bem como atribuir, dentro do montante global da remuneração fixada pela Assembleia Geral, os honorários mensais de cada um dos membros da Administração da Companhia;
- e) eleger, destituir e fixar a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria da Companhia;
- f) fiscalizar a gestão dos Diretores, podendo examinar a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitar informações sobre quaisquer atos celebrados ou em vias de celebração pela Diretoria Executiva;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 4 de 10

Bernardo F. S. Borwenger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C81B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C895
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

13/11



4596511

- g) manifestar-se, previamente, sobre o relatório da Administração, as contas da Diretoria Executiva, as demonstrações financeiras do exercício e examinar os balancetes mensais;
- h) por proposta da Diretoria Executiva, deliberar sobre a declaração de dividendos à conta de lucros apurados em balanços semestrais e submeter à Assembleia Geral a proposta de destinação do lucro líquido do exercício;
- i) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, contratos de marketing, etc.), bem como contrato financeiro, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e de locação cujo valor exceder o limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;
- j) autorizar a concessão de qualquer garantia, pela Companhia, qualquer que seja o montante, vedada a concessão de garantias para negócios estranhos aos interesses sociais;
- k) a aprovação de qualquer transação para pôr término a litígio de valor superior ao limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;
- l) estabelecer, por proposta da Diretoria Executiva, critérios gerais de remuneração e a política de benefícios, diretos e indiretos, do quadro de funcionários;
- m) decidir sobre a aquisição das próprias ações da companhia para cancelamento ou permanência em tesouraria e, neste último caso, deliberar sobre a sua eventual alienação, observadas as disposições legais aplicáveis;
- n) nomear e destituir os auditores independentes da Companhia, analisando e homologando os resultados de seus trabalhos;
- o) contribuir para o desenvolvimento de modelos, metodologias e processos de gestão, recomendando à Diretoria Executiva o alinhamento da companhia às melhores práticas, atuando como agente de modernização;
- p) analisar e aprovar as propostas para novos investimentos em equipamentos, os compromissos de parcerias e associações e os assumidos com colaboradores;
- q) definir diretrizes para o planejamento estratégico;
- r) aprovar dotações orçamentárias para cada área e projetos, avaliando e aprovando os resultados a serem atingidos e seus ajustes;
- s) manter-se devidamente atualizado sobre os riscos dos negócios;
- t) aprovar a contratação de serviços de regulação e de liquidação de sinistros.
- u) aprovar e fazer cumprir o Código de Ética da Companhia; e
- v) resolver sobre os casos omissos no Estatuto Social e exercer outras atribuições que a

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 5 de 10

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

15/14

lei ou este Estatuto não confirmam a outro órgão da Companhia.



4995512

ARTIGO 16 – São atribuições específicas do Presidente do Conselho de Administração:

- a) fixar as datas para as reuniões ordinárias e convocar as reuniões extraordinárias do Conselho;
- b) presidir as reuniões e supervisionar os serviços administrativos do Conselho;
- c) dar o voto de qualidade em caso de empate, além de seu próprio voto; e
- d) zelar pela preservação do estatuto social, e pelo cumprimento das atribuições que cabem ao Conselho de Administração;

Parágrafo Único – Incumbe ao Vice-Presidente do Conselho de Administração substituir o Presidente durante as suas ausências ou impedimentos.

CAPÍTULO VI - COMITÊ DE AUDITORIA

ARTIGO 17 – A Companhia terá um Comitê de Auditoria.

ARTIGO 18 - O Comitê de Auditoria será composto por 3 (três) membros e se regerá, em todos os seus aspectos, pelo previsto na legislação do Conselho Nacional de Seguros Privados e da Superintendência de Seguros Privados.

Parágrafo único - Os membros do Comitê de Auditoria serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a sua reeleição na forma da legislação em vigor, e receberão, a título de remuneração, o estabelecido pelo Conselho de Administração.

CAPÍTULO VI – DIRETORIA EXECUTIVA

ARTIGO 19 - A Diretoria Executiva é o órgão de representação da Companhia, a quem compete praticar todos os atos de gestão dos negócios sociais e será composta pelo Diretor Presidente e por 4 (quatro) Diretores sem designação específica, dentre eles um responsável pelos controles internos e que terá as atribuições da Lei nº 9.613/98, outro que será o responsável técnico e responsável pela prevenção de fraudes, outro que será responsável pelo relacionamento com a SUSEP e, dentre eles, ainda, um diretor responsável administrativo-financeiro, que também será responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade, tudo conforme o que dispõe a regulamentação em vigor, com as demais atribuições estabelecidas pelo Conselho de Administração da Companhia

Parágrafo Primeiro – Os Diretores serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a reeleição.

Parágrafo Segundo – Na hipótese das ausências e impedimentos dos Diretores caberá ao Diretor-Presidente indicar, entre os demais Diretores, o substituto, sendo atribuição do Conselho de Administração tomar as medidas necessárias em caso de ausência

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 6 de 10


Bernardo F. S. Benveniste
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
NIRE: 33300284796
Protocolo: 0020163575165 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C66883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

16/7

temporária do Diretor-Presidente, bem como deliberar sobre o preenchimento da vaga em caso de vacância de qualquer um dos Diretores.



4886613

ARTIGO 20 – Cabe aos integrantes da Diretoria Executiva, em conjunto, supervisionar e controlar todos os assuntos da Companhia, de acordo com as diretrizes e políticas determinadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral, competindo-lhe ainda:

- a) administrar os bens e serviços da Companhia;
- b) gerir as atividades da Companhia, obedecendo rigorosamente às diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;
- c) zelar pelo fiel cumprimento do presente estatuto social;
- d) cumprir e fazer cumprir as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- e) elaborar e apresentar anualmente, ao Conselho de Administração, relatório circunstanciado de suas atividades, balanço e prestação de contas do exercício findo, bem como a sua compatibilidade com o planejamento estratégico e orçamento plurianual da Companhia;
- f) preparar e submeter ao Conselho de Administração o orçamento anual e o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- g) elaborar e escriturar o balanço e os livros contábeis referentes às demonstrações do exercício findo, para oportuna manifestação do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- h) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, convênios), bem como contratos financeiros, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e locação dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- i) aprovar qualquer transação para pôr término a litúgio dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- j) admitir e dispensar o pessoal administrativo;
- h) representar a Companhia em juízo ou fora dele.

ARTIGO 21 - Compete ao Diretor Presidente, além de coordenar a ação dos Diretores e de dirigir as atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia:

- a) convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;
- b) executar a política, as diretrizes e as atividades de administração da Companhia, conforme especificado pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 7 de 10

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86683B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



4896514

c) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades da Companhia, através da apresentação mensal de balancete econômico-financeiro e patrimonial da Companhia;

d) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades do Seguro DPVAT e o andamento de suas operações;

e) propor um código de ética para a Companhia, consistente com o código de ética aprovado pelo órgão de representação sindical superior das empresas de seguro;

f) avaliar periodicamente o desempenho dos Diretores, informando a sua conclusão ao Conselho de Administração;

g) delegar para qualquer um dos Diretores a execução das atribuições que estejam dentro de sua alçada; e

i) exercer outras funções que lhe forem cometidas pelo Conselho de Administração.

ARTIGO 22 – Como regra geral, a Companhia se obrigará validamente sempre que representada por:

a) dois Diretores;

b) qualquer Diretor em conjunto com um procurador;

c) dois procuradores com poderes especiais.

Parágrafo Primeiro – Na constituição de procuradores, observar-se-ão as seguintes regras:

a) todas as procurações serão outorgadas pelo Diretor Presidente, em conjunto com outro Diretor. Na ausência do Diretor-Presidente, as procurações serão outorgadas por dois Diretores em conjunto;

b) quando a procuração tiver por objeto a prática de atos que dependam de prévia autorização da Diretoria Executiva, a sua outorga ficará sujeita ao disposto no Parágrafo Segundo desta Cláusula.

Parágrafo Segundo – O prazo de mandato contido nas procurações outorgadas pela Companhia não poderá exceder o prazo de mandato da Diretoria Executiva, exceto para as procurações judiciais, que terão o prazo correspondente à duração da respectiva ação judicial ou, se inaplicável, prazo indeterminado.

CAPÍTULO VIII - CONSELHO FISCAL

ARTIGO 23 – A Companhia terá um Conselho Fiscal cujos deveres, competências e responsabilidades serão os definidos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 8 de 10


Bernardo F.S. Berwanger
Secretaria Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



4298515

Parágrafo Primeiro – O Conselho Fiscal é composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral.

Parágrafo Segundo – O Conselho Fiscal poderá reunir-se, sempre que necessário, mediante convocação de qualquer de seus membros, lavrando-se em ata suas deliberações.

CAPÍTULO IX – EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E LUCROS

ARTIGO 24 – O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Ao término de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei.

ARTIGO 25 – Em cada exercício, os acionistas terão direito a receber, a título de dividendos, um percentual do lucro líquido do exercício, obedecido o mínimo obrigatório de 25% sobre aquele lucro líquido, com os seguintes ajustes:

- a) o acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas;
- b) o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal e de reservas para contingências;
- c) sempre que o montante do dividendo mínimo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Diretoria Executiva poderá propor, e o Conselho de Administração e a Assembleia Geral aprovarem, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar (artigo 197 da Lei nº 6.404/76, com a redação dada pela Lei nº 10.303/01).

ARTIGO 26 – A Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços. A Companhia poderá ainda declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

Parágrafo Único – Os dividendos distribuídos nos termos deste artigo poderão ser imputados ao dividendo obrigatório.

ARTIGO 27 – A Companhia poderá pagar ou creditar juros sobre o capital próprio.

Parágrafo Único – A remuneração paga nos termos deste artigo poderá ser imputada ao dividendo obrigatório.

CAPÍTULO X - LIQUIDAÇÃO

ARTIGO 28 – A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, observadas as disposições contidas no artigo 68 e seguintes do Decreto nº 60.459, de 13

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 9 de 10


Bernardo P. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

de março de 1967.

13/4



4996616

XI - DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 29 - É vedado à Companhia conceder financiamento ou garantias de qualquer espécie a terceiros, sob qualquer modalidade, para negócios estranhos aos interesses sociais da Companhia.

ARTIGO 30 - A Companhia observará todos os acordos de acionistas registrados na forma do artigo 118 da Lei nº 6.404/76, cabendo à administração abster-se de registrar as transferências de ações contrárias aos seus respectivos termos e cabendo ao Presidente da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, abster-se de computar os votos proferidos com infração dos mencionados acordos de acionistas.

ARTIGO 31 - A Companhia assegurará a seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais, presentes e passados, nos casos em que não houver incompatibilidade com os interesses da Companhia e na forma definida pela Diretoria Executiva a defesa em processos judiciais e administrativos contra eles instaurados pela prática de atos no exercício de cargo ou função na Companhia.

Parágrafo Único - Sem prejuízo para o disposto no caput, a Companhia manterá contrato de seguro de responsabilidade civil (seguro D&O) permanente em favor de seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais para resguardá-los de quaisquer atos ou fatos pelos quais eventualmente venham a ser responsabilizados, cobrindo todo o período de exercício de seus respectivos mandatos.

ARTIGO 32 - Fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir todas as questões oriundas deste Estatuto Social com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja."

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 10 de 10

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração a **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, parte, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP 20031-205, inscrita no CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, por seu Diretor Presidente, **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, CPF/MF nº 186.088.769-49, RG 2.237.060, SSP-DF, e por seu Diretor Jurídico, **HÉLIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, CPF/MF nº 990.536.407-20 e OAB/RJ nº 71.709; nomeia e constitui seus bastantes procuradores, os advogados **MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS**, brasileira, CPF/MF nº 082.587.197-26 e OAB/RJ nº 135.132; **THEREZINHA COIMBRA FRANÇA**, brasileira, CPF/MF nº 542.587.407-30 e OAB/RJ nº 62.420; **JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**, brasileiro, CPF/MF nº 110.916.708-38 e OAB/SP nº 111.807; **ANA CAROLINA MARTINS GUIMARÃES DE SOUZA**, brasileira, CPF/MF nº 079.914.007-43 e OAB/RJ nº 111.545; **ANDRÉ SCHIESARI DE MIRANDA**, brasileiro, CPF/MF nº 012.941.857-99 e OAB/RJ nº 83.969; **FERNANDA JOSÉ DA SILVA FREIRE**, brasileira, CPF/MF nº 037.242.447-38 e OAB/RJ nº 161.160; **JULIO CEZAR DE AZEVEDO FARIA**, brasileiro, CPF/MF nº 532.246.397-68 e OAB/RJ nº 63.359; **LEILA MARCIA NOGUEIRA DA COSTA CAIRES**, brasileira, CPF/MF nº 034.062.507-42 e OAB/RJ nº 125.974; **PAULO LEITE DE FARIAS FILHO**, brasileiro, CPF/MF nº 029.186.977-70 e OAB/RJ nº 113.674; **JULIANA DANTAS BORGES**, brasileira, CPF/MF nº 055.255.997-08 e OAB/RJ nº 135.435, **DANIELA FERREIRA MENDES DE OLIVEIRA CASTRO**, brasileira, CPF/MF nº 088.398.387-75 e OAB/RJ nº 135.731, **DAVID SANTOS DA CRUZ**, brasileiro, CPF/MF nº 115.998.867-66 e OAB/RJ nº 174.217; todos com endereço profissional à Rua da Assembléia, nº 100, 26º andar, Centro, CEP 20011-904, no Município do Rio de Janeiro - RJ, conferindo os poderes da cláusula *Ad Judicia et Extra* para atuar no foro em geral, em qualquer Juízo, Instância, Tribunal e Órgãos de Proteção e Defesa do Consumidor, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, atuar em processos físicos e eletrônicos, realizar cadastro e acessar sistemas digitais, nomear prepostos, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos ao fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte, com reservas de poderes, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, autorizados, desde já, a receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, devendo todo e qualquer levantamento judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016, tendo prazo de validade indeterminado.

Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 2018.


JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES
DIRETOR PRESIDENTE


HÉLIO BITTON RODRIGUES
DIRETOR

17º Ofício de Notas
DA CAPITAL

Tabellião: Carlos Alberto Firmino Oliveira
Rua do Carmo, 61 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel: 2107-9300

ADB2B590
088674

Reconheço por AUTENTICAÇÃO as firmas de: **HELIO BITTON RODRIGUES** e
JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES (X000005294531)
Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 2018.
Em testemunho _____ da verdade.

Conf. por: _____
Serventia _____
TJHFUNDOS _____
Total _____

Paula Cristina A. D. Gaspar - Aut.
ECLF nº 631 HDE, DELI-56882 BRS
Consulte em <https://www3.tjri.jus.br/sitepublico>

CARTÓRIO 17º OFÍCIO DE NOTAS RJ
Paula Cristina A. D. Gaspar
: 3,2% Escrevente
: CTRB 46062 série 09077 ME
Aut. 2013 3ª Lei 9.985/04

SUBSTABELECIMENTO

Na qualidade de procurador da **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º andar – Centro – RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado pelo **Dr. JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 111.807 e no CPF/MF sob o nº 110.916.708-38, doravante denominada Outorgante, substabeleço, com reserva de iguais, nas pessoas dos **Drs. CARLOS EDUARDO DE SOUZA CABRAL**, brasileiro, casado, OAB/RJ 189.997; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, OAB/RJ 152.629; **JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, OAB/RJ 134.307; **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, casado, OAB/RJ 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, OAB/RJ 140.522; **RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO MENEZES**, brasileira, casada, OAB/RJ 185.681; **TODOS INTEGRANTES DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS DENOMINADA JOÃO BARBOSA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita na OAB/RJ sob o nº 32.203/2005, com escritório situado na Rua São José, número 90, oitavo andar, CEP: 20010-901 Tel.: (21) 3265-5600, aos quais, independentemente de ordem ou nomeação, conferem plenos poderes para o foro em geral, com a cláusula *Ad Judicia*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações e recursos competentes e defender a Outorgante nos contrários, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, conciliar nos termos dos artigos 105 e seguintes do Código de Processo Civil, nomear prepostos para representá-la judicialmente, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer, tudo

com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, ficando, desde já, **VEDADO** receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1912-7, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº09.248.608/0001-04 nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016.

Rio de Janeiro, 01 de abril de 2018.

JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA
OAB/SP 111.807



Rio de Janeiro, 05 de Agosto de 2015

Carta nº 7555564

a/c: DENISON PAIXAO RABELO DE SANTANA

Sinistro: 3150110944
Vitima: DENISON PAIXAO RABELO DE SANTANA
Data Acidente: 11/08/2014
Natureza: INVALIDEZ
Procurador:

Assunto: NEGATIVA POR AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DOCUMENTAL

Prezado(a) Senhor(a),

Até a presente data, não recebemos a documentação complementar solicitada para prosseguimento da análise do seu pedido de indenização DPVAT, nem qualquer manifestação no sentido de que estivessem sendo tomadas providências para sua obtenção.

Tendo em vista que a(s) pendência(s) indicadas não foi(ram) sanada(s), e não houve qualquer nova manifestação sua nesse processo de sinistro por um período superior a 180 dias, informamos que a análise do seu pedido de indenização DPVAT foi finalizada com a recusa da indenização por falta de comprovação documental da cobertura para o sinistro.

A documentação original permanecerá arquivada, podendo ser retirada pelo senhor(a), ou por procurador devidamente constituído para este fim, conforme instruções contidas em nosso site www.dpvatsegurodotransito.com.br.

Em caso de dúvida, favor acessar nosso site ou entrar em contato conosco gratuitamente por meio do SAC 0800 022 12 04.

Atenciosamente.

Seguradora Líder-DPVAT



Rio de Janeiro, 19 de Julho de 2017

Carta nº: 11336704

A/C: DENISON PAIXAO RABELO DE SANTANA

Sinistro/Aviso Sinistro Líder: 3170386052 ASL-0272160/17
Vitima: DENISON PAIXAO RABELO DE SANTANA
Data Acidente: 11/08/2014
Natureza: INVALIDEZ
Procurador:

Ref.: AVISO DE SINISTRO

Prezado(a) Senhor(a),

Informamos que consta em nossos registros, a abertura do pedido de indenização.

Para acompanhar o seu processo, acesse o site www.seguradoralider.com.br, ou ligue para a SAC DPVAT 0800 022 12 04.

Para fazer a consulta, tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário. Ao digitar qualquer um desses números no site www.seguradoralider.com.br, não utilize barras, pontos ou traços.

Outras informações importantes sobre o seu pedido de indenização:

- O prazo para recebimento da indenização é de até 30 dias. Durante a análise do seu pedido, podem ser solicitados documentos ou informações complementares.
- Quando isso ocorre, o prazo de 30 dias é interrompido e se reinicia a partir da apresentação dos documentos ou das informações complementares.
- O Valor da garantia é de R\$ 13.500,00 para a Natureza Morte, até R\$ 2.700,00 para reembolso de despesas médicas para a Natureza DAMS, e, para Natureza de Invalidez, é proporcionalmente ao grau da lesão sofrida e, na forma da lei, pode alcançar o limite máximo de R\$ 13.500,00.

ATENÇÃO:

Você não precisa recorrer a intermediários para solicitar ou receber a indenização do Seguro DPVAT. Acompanhe seu processo do início ao fim e cuide você mesmo do recebimento da indenização. É SIMPLES E FÁCIL!

Solicitamos que os documentos sejam encaminhados à Investprev Seguradora S/A onde o sinistro foi cadastrado.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT



Rio de Janeiro, 19 de Julho de 2017

Carta nº: 11336886

A/C: DENISON PAIXAO RABELO DE SANTANA

Sinistro/Aviso Sinistro Líder: 3170386052 ASL-0272160/17

Vitima: DENISON PAIXAO RABELO DE SANTANA

Data Acidente: 11/08/2014

Natureza: INVALIDEZ

Procurador:

Ref.: EXIGÊNCIA DOCUMENTAL

Prezado(a) Senhor(a),

Recebemos em **14/07/2017** a documentação relativa ao acidente ocorrido em **11/08/2014**. Realizada a análise preliminar, constatamos a necessidade de regularização ou complementação da documentação e/ou informações, conforme descrevemos a seguir:

- Autorização de pagamento não conclusivo
- Comprovante de residência não conclusivo
- Declaração de Inexistência de IML não conclusivo
- DUT faltando página

Esclarecemos que o prazo de regulação do processo aberto encontra-se interrompido e se reiniciará a partir do recebimento da documentação acima indicada, juntamente com cópia da presente correspondência, na **Investprev Seguradora S/A** onde o aviso de sinistro foi registrado.

Caso a documentação não seja entregue em até 180 dias, a contar do recebimento desta correspondência, ou não haja qualquer manifestação sua por escrito, o seu pedido de indenização será negado por ausência de comprovação documental.

NÃO PERCA TEMPO!

PROVIDENCIE A DOCUMENTAÇÃO PARA COMPROVAR SEU DIREITO À INDENIZAÇÃO DPVAT;

Em caso de dúvida, entre em contato conosco pelo SAC DPVAT 0800 022 12 04 ou através do nosso site www.seguradoralider.com.br.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT



Rio de Janeiro, 25 de Agosto de 2017

Carta nº: 11549621

A/C: DENISON PAIXAO RABELO DE SANTANA

Sinistro/Aviso Sinistro Líder: 3170386052 ASL-0272160/17

Vitima: DENISON PAIXAO RABELO DE SANTANA

Data Acidente: 11/08/2014

Natureza: INVALIDEZ

Procurador:

Ref.: EXIGÊNCIA DOCUMENTAL

Prezado(a) Senhor(a),

Recebemos em **22/08/2017** a documentação relativa ao acidente ocorrido em **11/08/2014**. Realizada a análise preliminar, constatamos a necessidade de regularização ou complementação da documentação e/ou informações, conforme descrevemos a seguir:

- Autorização de pagamento não conclusivo

Esclarecemos que o prazo de regulação do processo aberto encontra-se interrompido e se reiniciará a partir do recebimento da documentação acima indicada, juntamente com cópia da presente correspondência, na **Investprev Seguradora S/A** onde o aviso de sinistro foi registrado.

Caso a documentação não seja entregue em até 180 dias, a contar do recebimento desta correspondência, ou não haja qualquer manifestação sua por escrito, o seu pedido de indenização será negado por ausência de comprovação documental.

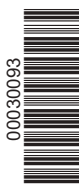
NÃO PERCA TEMPO!

PROVIDENCIE A DOCUMENTAÇÃO PARA COMPROVAR SEU DIREITO À INDENIZAÇÃO DPVAT;

Em caso de dúvida, entre em contato conosco pelo SAC DPVAT 0800 022 12 04 ou através do nosso site www.seguradoralider.com.br.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT





Seguradora Líder - DPVAT

AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT

Nº DO SINISTRO _____

CAMPO PREENCHER



Este formulário deve ser preenchido exclusivamente com dados do beneficiário da indenização do Seguro DPVAT, nunca com dados de terceiros, ainda que estes sejam procuradores. Recomenda-se o preenchimento em letra de forma e sem rasuras, para evitar atraso no recebimento da indenização no banco.

EU, DENISON FAIXÃO RABELO DE SANTANA
 PORTADOR(A) DO RG Nº 24.290840 EXPEDIDO POR SSP/SE EM 24/11/06
 CPF 00022010905-22 / CNPJ 000000000-00000-00 PROFISSÃO _____
 E RENDA MENSAL DE R\$ _____ (*) NA QUALIDADE DE BENEFICIÁRIO(A) DO VALOR REFERENTE A INDENIZAÇÃO / REEMBOLSO DO
 SEGURO DPVAT DA VÍTIMA DENISON FAIXÃO R. DE SANTANA AUTORIZO A SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO
 DPVAT A EFETUAR O CRÉDITO, DE ACORDO COM AS INFORMAÇÕES ABAIXO PRESTADAS

(*) A Circular Susesp nº 415/2012, que trata da prevenção à lavagem de dinheiro no mercado segurador, determina que todas as seguradoras são obrigadas a construir (cadastro de todas as pessoas envolvidas no pagamento da indenização. Este cadastro deve conter, além dos documentos de identificação pessoal, informações acerca da profissão e da faixa de renda mensal.

Para evitar reprogramação de um pagamento, lembre-se que os documentos abaixo relacionados não devem ser informados para a abertura da conta:

- Conta salário e/ou benefício - nos documentos aparecem termos tais como: INSS ou PREVIDÊNCIA SOCIAL, ou Salário ou Funcional
- Conta Empresarial - nos documentos aparecem termos tais como: CNPJ ou ME, ME (micro empresa), ou LTDA
- Conta conjunta quando o beneficiário/vítima não for titular
- Conta tipo FÁCIL, atenção para o limite de movimentação financeira mensal;
- Conta tipo FÁCIL operação 023 da CEF (Caixa Econômica Federal);
- Conta POUANÇA operação 013 da CEF aberta em Unidade Lotéricas com limite de movimentação financeira mensal de até R\$ 2.000,00;
- Conta bloqueada, inativa ou em proposta (neste momento revoga-se a aceitação de proposta de abertura de conta como documento comprobatório dos dados bancários);
- CPF do beneficiário/vítima inválido ou pendente de regularização ou cancelado (recomendamos a consulta no site da RECEITA FEDERAL www.receita.fazenda.gov.br), bem como o CPF cadastrado no SISDPVAT Sinistros que não é o mesmo da conta informada para depósito;
- Contas não pertencentes à vítima/beneficiários.

IMPORTANTE: Também, não devem ser apresentados documentos que comprovem os dados bancários com imagem digitalizada/scanner colorido, escritas à mão, por meio de extratos bancários informando a movimentação financeira da conta ou cópia do verso do cartão múltiplo com informação de código de segurança.

PARA CRÉDITO EM CONTA CORRENTE (TODOS OS BANCOS)

Nº do BANCO _____ N° da AGÊNCIA (com dígito, se existir) _____ N° da CONTA (com dígito, se existir) _____

PARA CRÉDITO EM CONTA POUANÇA (SOMENTE BANCOS BRABESCO, ITAU, BANCO DO BRASIL E CAIXA ECONÔMICA FEDERAL)

Nº do BANCO _____ N° da AGÊNCIA (com dígito, se existir) _____ N° da CONTA (com dígito, se existir) _____

DECLARO QUE A CONTA ACIMA MENCIONADA É DE MINHA TITULARIDADE. UMA VEZ EFETUADO O PAGAMENTO/CRÉDITO DA INDENIZAÇÃO, DE ACORDO COM AS INFORMAÇÕES DESCRITAS, RECONHEÇO O RECEBIMENTO E DOU COMO QUITADO O VALOR DA REFERIDA INDENIZAÇÃO.

 LOCAL E DATA

Denson Faixão R. de Santana
 ASSINATURA DO BENEFICIÁRIO

ATENÇÃO

- O Seguro DPVAT garante indenização de R\$13.500,00 em caso de morte (valor que será pago aos legítimos beneficiários obedecendo a legislação vigente na data do acidente); indenização de até R\$13.500,00 em caso de invalidez permanente (valor que varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na Lei nº 943/2005); e reembolso de até R\$ 2.700,00 em caso de despesas médicas/hospitalares.
- Para acompanhar o processo de análise do pedido de indenização, acesse www.dpvatseguradordobrasil.com.br ou ligue para o SAC DPVAT 0800-0221204



Nº DO SINISTRO _____

CAMPO PREENCHIDO PELA SEGURADORA

Este formulário deve ser preenchido exclusivamente com dados da ocorrência da indenização do Seguro DPVAT, nunca com dados de terceiros, ainda que estes sejam procuradores. Responder-se o preenchimento em letra de forma e sem rasuras, para evitar atraso no recebimento da indenização na banca.

EU DENISON PAIXÃO RIBEIRO DE SANTANA

PORTADOR(A) DO RG Nº 2.429.084-0 EXPEDIDO POR SP EM 06/10/2016 E

CPF 062311945-7 NOME _____ PROFISSÃO RECLAMADO

E RENDA MENSAL DE R\$ RECLAMADO (*) NA QUALIDADE DE BENEFICIÁRIO(A) DO VALOR REFERENTE À INDENIZAÇÃO / REEMBOLSO DO SEGURO DPVAT DA VÍTIMA DENISON PAIXÃO RIBEIRO DE SANTANA AUTORIZO A SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT A EFETUAR O CRÉDITO, DE ACORDO COM AS INFORMAÇÕES ABaixo PRESTADAS.

(*) A Circular Sesp nº 445/2012, que trata da prevenção à lavagem de dinheiro no mercado segurador, determina que todas as seguradoras são obrigadas a constituir cadastro de todas as pessoas envolvidas no pagamento da indenização. Este cadastro deve conter, além dos documentos de identificação pessoal, informações acerca da profissão e da fonte de renda mensal.

Para evitar reapropriação de um pagamento, lembre-se que os documentos abaixo relacionados não devem, de forma alguma, ser apresentados:

- Conta salário ou benefício - nos documentos apareçam termos tais como: DISS ou PREVIDÊNCIA SOCIAL, ou Salário ou Funcional;
- Conta Empresarial - nos documentos apareçam termos tais como: CNPJ ou ME, ME (micro-empresa) ou S/A (sociedade S/A);
- Conta conjunta quando o beneficiário/vítima não for titular;
- Conta tipo FÁCI, atenção peso o limite de movimentação financeira mensal;
- Conta tipo FÁCI, operação 013 da CEF (Caixa Econômica Federal);
- Conta POUPIANÇA operação 013 da CEF aberta em Unidade Lotérica com limite de movimentação financeira mensal de até R\$ 2.000,00;
- Conta bloqueada, inativa ou em proposta (este documento revoga-se a aceitação de proposta de abertura de conta como documento comprobatório dos dados bancários);
- CPF do beneficiário/vítima inexistente ou pendente de regularização ou cancelado (recomendamos a consulta no site da RECEITA FEDERAL, www.receita.fazenda.gov.br), bem como o CPF cadastrado no SDDPVAT Sinistros que não é o mesmo da conta informada para depósito;
- Contas não pertencentes à vítima/beneficiário(s).

IMPORTANTE: Também não devem ser apresentados documentos que comprovem os dados bancários com imagem digitalizada/escaner colada, escritos à mão, por meio de extratos bancários informando a movimentação financeira da conta ou cópia do verso da cartão múltiplo com informação do código de segurança.

PARA CRÉDITO EM CONTA CORRENTE (TODOS OS BANCOS)

Nº do BANCO 237 Nº da AGÊNCIA (com dígitos, se existir) 5483 Nº da CONTA (com dígitos, se existir) 0002582-8

PARA CRÉDITO EM CONTA POUPIANÇA (SOMENTE BANCOS BRADESCO, ITAÚ, BANCO DO BRASIL E CAIXA ECONÔMICA FEDERAL)

Nº do BANCO _____ Nº da AGÊNCIA (com dígitos, se existir) _____ Nº da CONTA (com dígitos, se existir) _____

DECLARO QUE A CONTA ACIMA MENCIONADA É DE MINHA TITULARIDADE. UMA VEZ EFETUADO O PAGAMENTO/CRÉDITO DA INDENIZAÇÃO, DE ACORDO COM AS INFORMAÇÕES DESCRITAS, RECONHEÇO O RECEBIMENTO E DOU COMO QUITADO O VALOR DA REFERIDA INDENIZAÇÃO.

A. G. SILVA / sc 09 de Agosto de 2017
LOCAL E DATA

Denison Paixão Ribeiro de Santana
ASSINATURA DO BENEFICIÁRIO



ATENÇÃO

- O Seguro DPVAT garante indenização de R\$13.500,00 em caso de morte (valor que será pago aos legítimos beneficiários, observando a legislação vigente em data do acidente), indenização de até R\$13.500,00 em caso de invalidez permanente (valor que varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de segurtas prevista no Lei 11.945/2009) e reembolso de até R\$ 2.700,00 em caso de despesas médicas-hospitalares.
- Para acompanhar o processo de análise da pedido de indenização, acesse www.dpvatsegurosbrasil.com.br ou ligue para o SAC DPVAT 0800-0221204.

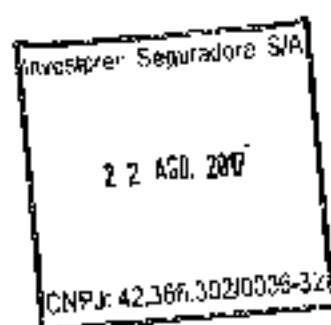


Bradesco

Dia & Noite

[BON - BRANCO DIA E NOITE
EXTRATO CONTA FACIL TERM.054682

DEWISON PATRICK RIBEIRO DE SANTANA 15:20 HAS
AGENCIA 5983 CONTA 0002582-B 04/ABR/2017



Nº DO SINISTRO _____

CAMPO PREENCHIDO F



Este formulário deve ser preenchido exclusivamente com dados do beneficiário da indenização do Seguro DPVAT, nunca com dados de terceiros, ainda que esses sejam procuradores. Recomenda-se o preenchimento em letra de forma e sem rasuras, para evitar atraso no recebimento da indenização no banco.

EU, DERISON PAIXÃO RIBEIRO DE SANTANA

PORTADOR(A) DO RG Nº 2.429.054-0 EXPEDIDO POR SSP EM 06/10/2016 E

CPF 016.123.717.415-2 / CNPJ 000000000000000000, PROFISSÃO PEÇEIRO

E RENDA MENSAL DE R\$ PEÇEIRO (*) NA QUALIDADE DE BENEFICIÁRIO(A) DO VALOR REFERENTE À INDENIZAÇÃO / REEMBOLSO DO

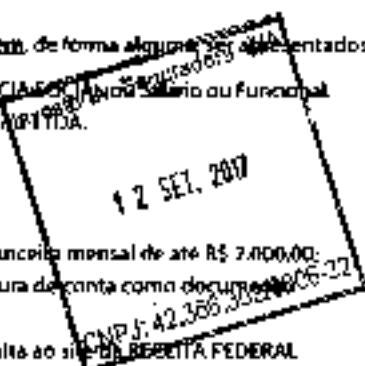
SEGURO DPVAT DA VÍTIMA DERISON PAIXÃO RIBEIRO DE SANTANA AUTORIZO A SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO

DPVAT A EFETUAR O CRÉDITO, DE ACORDO COM AS INFORMAÇÕES ABAIXO PRESTADAS

(*) A Circular Susep nº 495/2012, que trata da prevenção à lavagem de dinheiro no mercado segurador, determina que todas as seguradoras são obrigadas a construir cadastro de todas as pessoas envolvidas no pagamento da indenização. Este cadastro deve conter, além dos documentos de identificação pessoal, informações acerca da profissão e da taxa de renda mensal.

Para evitar reprogramação de um pagamento, lembre-se que os documentos abaixo relacionados não devem, de forma alguma, ser apresentados:

- Conta salário e/ou benefício - nos documentos aparecerem termos tais como: INSS ou PREVIDÊNCIA SOCIAL, Plano Salário ou Funcional
- Conta Empresarial - nos documentos aparecem termos tais como: CNPJ ou ME, ME (micro empresa) ou FORTISSA.
- Conta conjunta quando o beneficiário/vítima não for titular;
- Conta tipo FÁCIL, atenção para o limite de movimentação financeira mensal;
- Conta tipo FÁCIL operação 023 da CEF (Caixa Econômica Federal);
- Conta POUPANÇA operação 013 da CEF aberta em Unidade Lotéricas com limite de movimentação financeira mensal de até R\$ 7.000,00;
- Conta bloqueada, inativa ou em proposta (neste momento revoga-se a abertura de proposta de abertura de conta como documento comprobatório dos dados bancários);
- CPF do beneficiário/vítima inválido ou pendente de regularização ou cancelado (recomendamos a consulta ao site da RECEITA FEDERAL www.receita.fazenda.gov.br), bem como o CPF cadastrado no SISEDPVAT Sinistros que não é o mesmo da conta informada para depósito;
- Contas não pertencentes à vítima/beneficiários.



IMPORTANTE: Também não devem ser apresentados documentos que comprovem os dados bancários com imagem digitalizada/scanner colorido, escritos à mão, por meio de extratos bancários informando a movimentação financeira da conta ou cópia do verso do cartão múltiplo com informação de código de segurança.

PARA CRÉDITO EM CONTA CORRENTE (TODOS OS BANCOS)

Nº do BANCO _____ Nº da AGÊNCIA (sem dígito, se existir) _____ Nº da CONTA (com dígito, se existir) _____

PARA CRÉDITO EM CONTA POUPANÇA (SOMENTE BANCOS BRADESCO, ITAÚ, BANCO DO BRASIL E CAIXA ECONÔMICA FEDERAL)

Nº do BANCO 104 Nº da AGÊNCIA (com dígito, se existir) 4338 Nº da CONTA (com dígito, se existir) 4961-0

DECLARO QUE A CONTA ACIMA MENCIONADA É DE MINHA TITULARIDADE. UMA VEZ EFETUADO O PAGAMENTO/CRÉDITO DA INDENIZAÇÃO DE ACORDO COM AS INFORMAÇÕES DESCRITAS, RECONHEÇO O RECEBIMENTO E DOU COMO QUITADO O VALOR DA REFERIDA INDENIZAÇÃO.

ARAUJO/SE 04 de SETEMBRO de 2017
LOCAL E DATA

Derison Paixão Ribeiro de Santana
ASSINATURA DO BENEFICIÁRIO

ATENÇÃO

- O Seguro DPVAT garante indenização de R\$13.500,00 em caso de morte (valor que será pago ao(s) legítimo(s) beneficiário(s), obedecendo à legislação vigente na data do acidente), indenização de até R\$13.500,00 em caso de invalidez permanente (valor que varia conforme o grau da lesão de acordo com a tabela de seguro prevista na Lei 11.945/2009) e reembolso de até R\$ 2.700,00 em caso de despesas médico-hospitalares.
- Para acompanhar o processo de análise do pedido de indenização, acesse www.dpvatsegurodotransito.com.br ou ligue para o SAC DPVAT 0800-0221204.

CAIXA
Banco Brasileiro de Seguros e Previdência

AUTO-ATENDIMENTO - AG ARACAJU NORTE

DATA: 04/09/2017

HORA: 10:41:35

TERMINAL: 38361002

CONTROLE: 383610020147

CONTA CREDITADA:

4338.013.08809981-0

NOME:

DEMISOM PATRICK RABELO DE SANTANA



Conta
destino:

4338 / 013 . 00009961-0

Agência
destino:

POCO VERDE

Nome
destinatário:

DENISON PAIXAO RABELO DE SANTANA





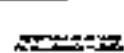
GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA CIVIL



BOLETIM DE OCORRÊNCIA

SUA VOZ PODE
CALAR O CRIME

SUA VOZ PODE CALAR O CRIME



DISQUE DENÚNCIA
181

DELEGACIA DE POLÍCIA DE POÇO VERDE

RUA 15 DE NOVEMBRO, CENTRO FONE: (35) 3549-1550

Boletim de Ocorrência 2014/06579.0-000415 - Alterado

DELEGACIA RESPONSÁVEL

Nome: DELEGACIA DE POLÍCIA DE POÇO VERDE

Endereço: RUA 15 DE NOVEMBRO, CENTRO FONE: (35) 3549-1550

FATO

Natureza: FATO ATÍPICO

Data e Hora do Fato: 11/08/2014 - 18:00 até 11/08/2014 - 18:00

Endereço: RODOVIA QUE LIGA POÇO VERDE A Número: Complemento: CEP: 49490-000

Bairro: Nação Cidade: POÇO VERDE - SE Circunscrição: DELEGACIA DE POLÍCIA DE POÇO VERDE

Tipo de local: VIA PÚBLICA Meio Empregado: NENHUM

NOTICIANTE

Nome: GICELIA RIBEIRO DE SANTANA

Nome do pai: JOSÉ CARLOS DE JESUS SANTANA Nome da mãe: VALDELICE SILVA RIBEIRO

Pessoa: Física CPF/CNPJ: 000.000-000-00 RG: 9568870 UF: SE Órgão expedidor:

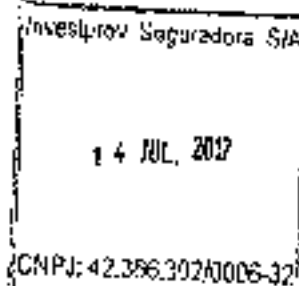
Naturalidade: POÇO VERDE Data de nascimento: 10/05/1973 Sexo: Feminino Cor da pele:

Profissão: PROFESSORA Estado civil: Não informado Grau de instrução:

Endereço: CONJUNTO JOÃO EMÍLIO DOS SANTOS Número: 91 Complemento:

CEP: 49490-000 Bairro: NAÇÃO Cidade: POÇO VERDE UF: SE

Proximidades: Telefone:



HISTÓRICO

Relata a noticiante que no dia, hora e local supracitados, seu filho JAMYSON DE SANTANA TRINDADE, portador do RG 14470725-02, nascido no dia 23/09/1996, com 18 anos de idade, foi vítima de acidente de trânsito envolvendo veículo HONDA/CG 125 FAN ES, placa QEP9327/POÇO VERDE/SE, ano/mod. 2012/2013, cor PRETA, ano/mod. 2012/2013, chassi 9C2JC4120DR507891, renavam 00484152832, em nome de MARIA JOSÉ FERREIRA MUNES. QUE o acidente ocorreu quando JAMYSON conduzia a citada motocicleta, em direção ao Conjunto João Emílio dos Santos, momento que vinha em direção contrária uma outra motocicleta, a qual invadiu a contramão, tendo inevitavelmente causado o acidente; QUE foi acionado a SAMU, a qual socorreu a vítima e encaminhou a Aracaju, QUE em decorrência do ocorrido JAMYSON sofreu quebra da tibia, fratura na perna esquerda e fratura em dois dedos da mão esquerda, mais algumas escoriações pelo corpo. Informa que JAMYSON não possui a CNH. NADA MAIS.

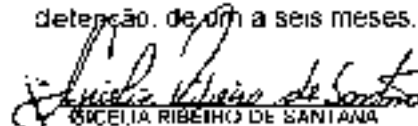
Apresentada por Jose Enaldo Ferreira dos Santos - 13/10/2015 às 15:23

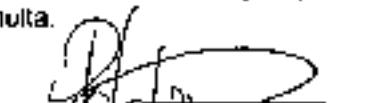
RELATA O NOTICIANTE: DENISON PAIXÃO RABELO DE SANTANA, RG. 2429084 O SSP/SE, NATURAL DE POÇO VERDE/SE, FILHO DE JOSÉ CORREIA DE SANTANA E MARIA DO CARMO RABELO DE SANTANA, RESIDENTE NA RUA JOÃO XXIII, Nº 28, CENTRO POÇO VERDE/SE, QUE FOI A OUTRA VÍTIMA DO ACIDENTE ACIMA NARRADO; QUE, CONDUZIA UMA MOTO, MARCA HONDA/POP 100, COR VERMELHA, PLACA QEO8997, CHASSI: 9C2HB0210CR035724, RENAVAM, REGISTRADA EM NOME DA MESMA VÍTIMA JÁ MENCIONADA, VINDO PELA RODOVIA PEDRO ALMEIDA VALAVERES, - SENT DO ESTA CIDADE, E NAS IMEDIÇÕES DO AUTO POSTO TAVARES, COLIDIU FRONTALMENTE COM A OUTRA MOTO, DESCRITA NO HISTÓRICO ACIMA, A QUAL EFETUOU UMA ULTRAPASSAGEM PELA CONTRA MÃO DE DIREÇÃO, VINDO A ATINGIR EM CHEIO A MOTO CONDUZIDA POR DENISON QUE DA COLISÃO RESTARAM DANOS MATERIAIS E LESÕES EM DENISON, INCLUSIVE TEVE FRATURADO O FÊMUR, QUADRIL E DIVERSOS FERIMENTOS; QUE APÓS O SINISTRO A VÍTIMA FOI SOCORRIDA POR UMA UNIDADE DA SAMU, QUE CONDUZIU A MESMA PARA O HUSE, NA CAPITAL SERGIPANA; QUE ATÉ A PRESENTE DATA SE ENCONTRA EM RECUPERAÇÃO, RESTANDO DEFICIÊNCIAS FÍSICAS DECORRENTES DO ACIDENTE EM TELA. NADA MAIS.

Data e hora da comunicação: 28/10/2014 às 09:17
Responsável pela Alteração: Jose Enbaldo Ferreira dos Santos

Ultima Alteração: 13/10/2015 às
15:23

OBS : As informações noticiadas pelo declarante/vítima são de sua inteira responsabilidade, cabendo inclusive, a responsabilização penal daquele que faltar com a verdade no fornecimento das informações, nos termos do artigo 340 do Código Penal Brasileiro, Art. 340 - Provocar a ação de autodefesa, comunicando-lhe a ocorrência de crime ou de contravenção que sabe não se ter verificado: Pena - detenção, de um a seis meses, ou multa.


LUCÉLIA RIBEIRO DE SANTANA
Responsável pela comunicação


Paulo Jose Barbosa da Silva
Delegado(a) de Polícia

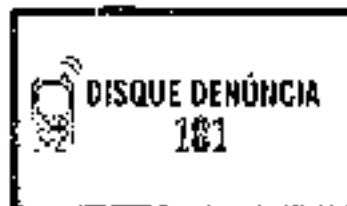

Jose Enbaldo Ferreira dos Santos
Responsável pelo preenchimento

SISTEMA LIGER (PCSA R 2.047/07) 10/17 - 01/10/15/15



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA CIVIL

SUA VOZ PODE
CALAR O CRIME



DELEGACIA DE POLÍCIA DE POÇO VERDE

RUA 15 DE NOVEMBRO, CENTRO FONE: (0) 3549-1550

RPO - Registro Policial de Ocorrência 2014/06579.0-000454

DELEGACIA RESPONSÁVEL

Nome: DELEGACIA DE POLÍCIA DE POÇO VERDE

Endereço: RUA 15 DE NOVEMBRO, CENTRO FONE: (0) 3549-1550

FATO

Data e Hora do Fato: 11/08/2014 - 19:00 às 11/08/2014 - 19:00

Endereço: PRÓXIMO AO LITO POETA TAVARES, Número: 000, Interseção: RODOVIA DUE LINDA E RUA CIDADE A TORIAS BARRETO, CEP: 46200-000

Bairro: Caracimã, Cidade: POÇO VERDE - SE, Circunscrição: DELEGACIA DE POLÍCIA DE POÇO VERDE

Tipo do local: VIA PÚBLICA, Meio Emprego: NENHUM

VEÍCULO NOTIFICANTE

Nome: JOSE CORDEIRA DE SANTANA

Nome da mãe: MARIA DO CARMO HASSELO DE SANTANA

Personalidade: FÍSICA, OFFÍCIO: 052 (11) 745-29, RG: 2490940, UF: SE, Órgão expedidor: SSP-SE

Naturalidade: POÇO VERDE, Data de nascimento: 05/01/1992, Sexo: MASCULINO, Estado civil: Solteiro

Profissão: EBI, Grau de instrução: 2ª, Grau de instrução: 2ª

Endereço: RUA JOÃO ANIL, Número: 20, Complemento: CASA

CEP: 46200, Bairro: CENTRO, Cidade: POÇO VERDE, UF: SE

Proximidade: Telefone: 79 32730305

Investigação Seguradora SIA

06 FEV. 2015

HISTÓRICO

RELATA O NOTIFICANTE QUE NA DATA HORA CUIDA ACIMA MENCIONADA, FOI VÍTIMA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO, O QUE RESULTOU EM OMERCAS LESÕES FÍSICAS E PSÍQUICAS, QUE CONDUZ O VEÍCULO DO OUTRO MOTOCICLISTA, HONDA POP 100, ANOMOD. 2010, COR VERMELHA, PLACA FF 0141, EBI 3593, CHASSI NC2HB3100P15124, CÓDIGO RENAVAM Nº 482646767, REGISTRADA EM NOME DO NOTIFICANTE, PELA MADRE DEFEITO DO RUA, E O MESMO ACARRO COLIDINDO COM OUTRA MOTOCICLETA, QUE VINHA EM SENTIDO CONTRÁRIO, E TENTOU ULTRAPASSAR UM AUTOMÓVEL, QUE NÃO SABE DIZER A MARCA E NEM O MODELO DA OUTRA MOTOCICLETA, POIS FICOU DESACORDADO APÓS O ACIDENTE, E TELA O QUE IMPOSSIBILITOU EM CONHECER O OUTRO CONDUTOR E OS DADOS DA MOTO QUE O ATINGIU, QUE PERMANECERU INTERNADO POR APROXIMADAMENTE TRÊS MESES, TENDO REALIZADO QUATRO CIRURSIAS, COM QUAIS ATÉ O MÉDICO APRESENTADO, NADA MAIS.

Classificação da ocorrência: 27/11/2014 x 0457

UF: SE, Assinatura: 27/11/2014, 14:57

Denison Peixes Hascelo de Santana
DELEGADO DE POLÍCIA DE POÇO VERDE
Endereço: Rua 15 de Novembro, 1550

Jose Vitor da Silva
Responsável pelo procedimento

DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML



Eu, DENISON PAIXÃO RIBEIRO DE SANTANA, portador da carteira de identidade nº 2.429.084-0 e inscrito no CPF/PAF sob o nº 062.311.745-22, residente e domiciliado na RUA JOÃO XXIII 28, Cidade POCO VERDE, Estado GOIÁS, declaro, sob as penas da lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal - IML para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT (Lei nº 6.194/74), uma vez que:

☒ Não há estabelecimento do IML no município da minha residência; ou

☐ O estabelecimento do IML localizado no Município em que resido não realiza perícias para fins de prova do Seguro DPVAT; ou

☐ O estabelecimento do IML localizado no Município em que resido realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do respectivo pedido;

Com o objetivo de permitir o exame do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, para a cobertura da invalidez permanente causada diretamente por veículo automotor de via terrestre, solicito que esta declaração permita o prosseguimento a análise da minha documentação sem a apresentação do laudo do Instituto Médico Legal-IML, concordando, desde já, em me submeter à perícia médica às custas da Seguradora Líder DPVAT para a correta avaliação da existência e aferição do grau da lesão, ou lesões, para os fins do §1º do art. 3º da Lei nº 6.194/74.

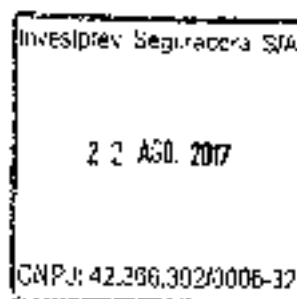
Declaro ainda estar ciente de que a autorização para a realização dessa perícia não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de impugná-la, caso discorde do seu conteúdo.

Denison Paixão Ribeiro de Santana

Assinatura do declarante
conforme documento de identificação

Amatuzo 09/08/2017

Local e data



ATO DECLARATÓRIO

Regulado as 10:50

MS/DATASUS

HOSPITAL GOVERNADOR JOAO ALVES FILHO

NO. DO PR: 1038411

DATA: 11/08/2014

HORA: 22:01

USUARIO: KJSDDORES

MS:

SINOPSE: 06 - SUTURA



IDENTIFICACAO DO PACIENTE

NOME : DENISON PATXAO RABELO DE SANTANA
 IDADE : 27 ANOS NASC: 17/04/1992
 ENDEREÇO : RUA G
 COMPLEMENTO :
 BAIRRO: CENTRO
 MUNICÍPIO: FOCO VERDE UF: SE CEP: :
 COF. PAZ/DAE : JOSE CORREIA DE SANTANA / MARIA DO CARMO RABELO DE
 REFORMAS: PAL SUS 70740304259176 TEL: : 79-
 PROFISSIONAL: FOCO VERDE
 ATRIBUICAO: ACIDENTE MOTOCICLISTICO (MOTOS)
 TARG. POLICIAL: NAO PLANO DE SAUDE: NAO TRAUMA: NAO
 ACID. TRABALHO: NAO VEIO DE AMBULANCIA: NAO

FA: [] X mmHg : PULSO: [] TEMPER.: [] PESO: []

EXAMES COMPLEMENTARES: [] RAYO X [] SANGUE [] URINA [] TC
 [] LIQUOR [] ECO [] ULTRASSONOGRAFIA

SUSPEITA DE VIOLENCIA OU MAUS TRATOS: [] SIM [] NAO

DADOS CLINICOS:

DATA PRIMEIROS SINTOMAS: 11/08/2014

Lesão de 1 cm 5

Trauma no crânio, no tórax

Ass. 1 OK

Investprev Seguradora S/A.

06 FEB 2015

INDICAÇÕES DA ENFERMAGEM:

*Fa 100ml soro coloidal
 Fa 100ml soro fisiológico*

DIAGNÓSTICO:

CID:

PRESCRIÇÃO

HORARIO DA MEDICACAO

*2.000ml EV
 1.000ml PP (pasta) Sutura de 3.0mm
 1.000ml soro coloidal y
 1.000ml soro fisiológico y*

DATA DA SAÍDA: 11/08/2014 HORA DA SAÍDA: :
 ALTA: [] DECISAO MEDICA [] A PEDIDO [] EVASAO [] DESISTENCIA
 [] ENCAMINHADO AO AMBULATORIO *Fa 1.000ml soro coloidal y*

INTERNAÇÃO NO PRÓPRIO HOSPITAL (SECTOR):
 TRANSFERÊNCIA (UNIDADE DE SAÚDE): *Ar 0.000ml soro coloidal y*

ASSINATURA DO PACIENTE/RESPONSÁVEL: ASSINATURA E CARIMBO DO MEDICO

— 502.077.001

— RX 09 2004 (E) — 2.005.001

— RX 108 2004 : AS

— RX 09 2004 2004 2004 — 2.005.001

— RX 09 2004 2004 — AS

Orlando Herrera Alvar
Orlando Herrera Alvar
Orlando Herrera Alvar



DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Eu DENISON PAIXÃO RABELO DE SANTANA

RG nº 24.29.084.0, data de expedição 24/11/06, Órgão SSP/SE

CPF nº 062.311.723-72 venho perante a este instrumento declarar que não possuo comprovante de endereço em meu nome, sendo certo e verdadeiro que resido no endereço abaixo descrito seguindo, em anexo, documento comprobatório em nome de terceiro:

Logradouro (Rua/Avenida/Praça)	<u>RUA G. SI / CONJ. JOSE EMILO</u>
Número	<u>51</u>
Apto / Complemento	<u>CASA</u>
Bairro	<u>CENTRO</u>
Cidade	<u>POCO VERDE</u>
Estado	<u>SERGIPE</u>
CEP	<u>49490-000</u>
Telefone de Contato	<u>(75)</u> Marcação de pericla
E-mail	<u>3262-8801 / 9127-7766</u> <u>9168-8832 / 9163-5949</u> Falar com Samuel Freitas

Por ser verdade, firmo-me.

Local e Data: _____

Assinatura do Declarante:

Denison Paixão R. de Santana

Invasipex Seguradora S/A.

06 FEV. 2015

BARRA DO CARMO RUA DO SANTIAGO
RUA G. 31 / CORUJÃO EMERSON - CENTRO
POCO VERDE / RJ CEP: 14160-000 (RJ)

CASA 1454 - RESIDENCIAL LIBERDADE, MONTEFASICO
RUA 17 - 280 - 50 - 2010
RUA 17 - 280 - 50 - 2010
RUA 17 - 280 - 50 - 2010

ENERGIA CARLOS OSTEINER & CIA
RUA 17 - 280 - 50 - 2010
RUA 17 - 280 - 50 - 2010
RUA 17 - 280 - 50 - 2010
RUA 17 - 280 - 50 - 2010
RUA 17 - 280 - 50 - 2010

Atendimento ao Cliente: **08000 79 0196** Acesso: www.energia.com.br

7 dias, 1 hora e 15 minutos para cancelar

Conta referente a **CDC (Código do Consumidor): 3821651-J**

Set/2014

Código de verificação

Apresentação

29/09/2014

Data prevista da
próxima leitura

28/10/2014

CPF: 000.000.000

310000000

Código de consumo

Faturas em atraso

FAZENDA VINCENÇA LITE
C/O DA JACINTA RACHO
089504001

Anterior	Atual	Consumo	Dias
30/09/14	30/09/14	00	29

Exemplo	Consumo	Valor	Valor
Consumo 10 kWh	10	R\$ 3,47	R\$ 3,47

Descrição	Valor
IMPOSTO DE ENCAMBIO	0,14
CPIS	0,08
JUROS DE MOROSIDADE	0,00
MULTA CANCEL	0,00
QUOTA PAGO DE CANCELAMENTO (Máximo 15,00%)	3,38

Histórico de Consumo
(kWh)

Ago/14	54
Jul/14	52
Jun/14	78
Mai/14	81
Abr/14	75
Mar/14	61
Fev/14	62
Jan/14	63
Dez/13	64
Nov/13	66
Out/13	68
Set/13	76

Médo das classes médias
III e IV

VENCIMENTO
09/10/2014

TOTAL A PAGAR
R\$ 32,46

Indicadores de Qualidade

Indicador	Unidade	Valor	Unidade de Tempo
DE MÊS	Unidade	1,00	Unidade
DE TRIMESTRE	Unidade	1,00	Unidade
DE ANO	Unidade	1,00	Unidade
DE TRIMESTRE	Unidade	1,00	Unidade
DE ANO	Unidade	1,00	Unidade
DE TRIMESTRE	Unidade	1,00	Unidade
DE ANO	Unidade	1,00	Unidade

Descrição	Valor	%
Tempo de atendimento	10,00	25,12
Tempo de entrega	11,00	27,06
Tempo de instalação	0,50	1,22
Tempo de reparação	1,21	2,93
Tempo de atendimento	0,50	1,22
Tempo de entrega	0,50	1,22
Total	24,71	60,28

Médo de acesso do livro de reclamações
(até 15/10/14 até 15/10)

ATENÇÃO

Invesiprev Seguradora S/A.

0 6 1-14 7914



ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DE SERGIPE

PRESCRIÇÃO MÉDICA

Nº 247445

Nome do Paciente Denilson Falcão Rabelo Santos
Nº Prontuário/ FAE 230977 Sexo M Idade 22 anos Peso
Nº Atendimento 230977 Unidade Produtiva UT CIR. Leito B-03
Diagnóstico Fratura diafísaria fêmur

Data	Hora	Medicamento (princípio ativo + concentração) - Dose	F.F. ¹	Posologia	Horário de Administração
22/08/14		1. Dieta <u>líquida</u>			
		2. S.F. 0,9% - 500ml (IV)	1x/24h	500	500
		3. Clotazepam - 0,2g (IV)	8/8h	1x/24h	06
		4. Difenidramina - 0,25mg + AD (IV)	6/8h	1x/24h	06
		5. Ketorolaco - 100mg + 100ml (IV)	1x/24h	1x/24h	06
		6. Oxazepam - 0,4mg (500)	1x/24h	1x/24h	06
		7. Pivatoato de cloridrato de morfina	OK		
		8. Fisioterapia motora ativa			
		9. O2 6L + 50VV	1x/24h	1x/24h	06
22/08/14		Paciente Baixo			
		Fito químico			
		Alto Hospital			

Assinatura do Médico

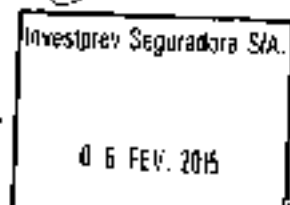
Investidor Seguradora S.A.

06 FEV. 2015

¹ Forma Farmacêutica (comprimido, drágea, cápsula, xarope, elixir, soluções, pomada, creme, ampola, frasco-ampola, supositório dentre outros)

Termo de Abertura

Contém este livro E-02 (duas
200 (duzentas) folhas, numeradas
e rubricadas com a rubrica "Livro
de que faço uso. Servirá para nele
serem inscritas as sentenças de
interdição, emancipação e ausên-
cia efetivadas nesta Comarca
de Poco Verde - Sergipe.



Poco Verde / Se., 10 de novembro 2001.

Maria de Lourdes de França Oliveira
Oficial do Registro Civil



ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DE SERGIPE

PRESCRIÇÃO MÉDICA

Nº 288937

Nome do Paciente Denilson Paizão Lobato Silva
Nº Prontuário/ FAE _____ Sexo M Idade 22 anos Peso _____
Nº Atendimento 230977 Unidade Produtiva INT - CIR - Leito 13-03
Diagnóstico Fratura de fêmur (E)

Data	Hora	Medicamento (princípio ativo + concentração) - Dieta	F.F. ¹	Posologia	Horário de Administração
<u>12/06</u>		① Dieta livre		SNP	
		② SAL - 2000mg @ 12h	SGO	500	500
		SGS - 500mg		500	
		③ CEFALZOLINA 1g - AD @ 12h		1/4	06
		④ CLEXANE 400mg 12h		1/8	
		⑤ DILINOM 1g - AD @ 6h	1/8	1/8	24 06
		⑥ CEFTRIAXONA 1000mg @ 12h	1/8	1/8	06
		SGD 1000mg			
		⑦ PIRASIL + AD @ 21h 'SGS'			
		⑧ CECIL + SGS			
		⑨ COMB. HORMONAL 600mg @ 6h		1/4	

Dr. Helio Carlos Albuquerque Santos
Ortopedia Traumatologia
CRM - RJ 5225
CNS - 277.170.715 610.018

Assinatura e carimbo do Médico

Instituto Seguradora SIA

05 FEV 2015

¹ Forma Farmacêutica (comprimido, drágea, cápsula, suposito, elixir, solução, pomada, creme, ampola, frasco-ampola, supositório, etc.)



ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DE SERGIPE

PRESCRIÇÃO MÉDICA

Nº 288919

Nome do Paciente Denise P. Rebelo de Lencastre
Nº Prontuário/FAE 230 977 Sexo M Idade 22 Peso
Nº Atendimento Unidade Produtiva INT. CIR. Leito B-23
Diagnóstico Trombose do fêmur

Data	Hora	Medicamento (princípio ativo + concentração) - Dieta	F.F. ¹	Posologia	Horário de Administração
15/08/14		① Dieta livre			
		② S.F. 0,9% 500ml IV de 12/12 hrs			500 500
		③ Dipirona 01mg + AD FU de 6/6 hrs			18 06
		④ Ceftriaxona 100mg + 100ml de S.F. 0,9% FU de 12/12 hrs			800 08
		⑤ Monitor Trocar			
		⑥ CCB			
		⑦ controle S.Vit			
		⑧ Heparina 40mg - 0,4ml SC 12/12 hrs			18

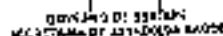
[Handwritten signature and stamp]

Assinatura e carimbo do Médico

Investigação Seguradora SIA

06 FFV 2015

¹ Forma Farmacêutica (comprimido, drágea, cápsula, xarope, elixir, soluções, pomada, creme, ampola, injeção, supositório, dentu-
cários).



**Fundação
Hospitalar
de Saúde**

PRESCRIÇÃO MÉDICA E OBSERVAÇÃO

Nome:

Idade:

22 ചന്ദ്ര

Sexo:

R.G:

Li-P:

Leito:

B-03

DATA	PRESCRIÇÃO MÉDICA	HORÁRIO DE MEDICAÇÃO	OBSERVAÇÕES
17/08	① Ducto Tenu ② SV - 1000mg @ 2x ③ Clonazepam 400mg 1x/dia ④ Loxapina 12-16 @ 2x ⑤ Clonazepam 10-12 @ 2x ⑥ Clonazepam 100mg 7@ 10/14 ⑦ Hant + 12 @ 2x/12 SV ⑧ Loxa + 5SV	700 / 500 5 700 10 12 08 10 12 08 Cliente	

Helio Carlos Albuquerque Souto
Ortopedia Traumatologia
CRM-AL 9275
FNS: 234.549.725 BPF-016

B. B. FEN. 2005

Sig. Sanatária S. nº 123456789

88

BRASIL 2005



ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DE SERGIPE

PRESCRIÇÃO MÉDICA

Nº 240417

Nome do Paciente Denison Paiva de Fátima Santos
Nº Prontuário/ FAE 230977 Sexo M Idade 22 Peso 52,5
Nº Atendimento 1 Unidade Produtiva 1 Centro B-03
Diagnóstico fratura fêmur (E) atrofia

Data	Hora	Medicamento (princípio ativo + concentração) - Dieta	F.F.*	Posologia	Horário de Administração
20/08/14		(1) Dito livre		1x 1x	
		(2) 500,92 1500ml (3) 12ml	500	5x5	5x5
		(4) Clonidina 1g (5) 6/6h	10	1x 2x	06
		(6) Clonidina 1g (7) 1x dia	1x	1x	
		(8) Bromona 1g (9) 6/6h	1x	1x 2x	06
		(10) Bromona 1g (11) 6/6h	1x	1x	
		(12) 500,92 1500ml (13) 12ml	500	5x5	
		(14) Clonidina 1g			
		(15) Bromona 1g			
		(16) Bromona 1g			
		(17) Bromona 1g			
		(18) Bromona 1g			
		(19) Bromona 1g			
		(20) Bromona 1g			
		(21) Bromona 1g			
		(22) Bromona 1g			
		(23) Bromona 1g			
		(24) Bromona 1g			
		(25) Bromona 1g			
		(26) Bromona 1g			
		(27) Bromona 1g			
		(28) Bromona 1g			
		(29) Bromona 1g			
		(30) Bromona 1g			
		(31) Bromona 1g			
		(32) Bromona 1g			
		(33) Bromona 1g			
		(34) Bromona 1g			
		(35) Bromona 1g			
		(36) Bromona 1g			
		(37) Bromona 1g			
		(38) Bromona 1g			
		(39) Bromona 1g			
		(40) Bromona 1g			
		(41) Bromona 1g			
		(42) Bromona 1g			
		(43) Bromona 1g			
		(44) Bromona 1g			
		(45) Bromona 1g			
		(46) Bromona 1g			
		(47) Bromona 1g			
		(48) Bromona 1g			
		(49) Bromona 1g			
		(50) Bromona 1g			
		(51) Bromona 1g			
		(52) Bromona 1g			
		(53) Bromona 1g			
		(54) Bromona 1g			
		(55) Bromona 1g			
		(56) Bromona 1g			
		(57) Bromona 1g			
		(58) Bromona 1g			
		(59) Bromona 1g			
		(60) Bromona 1g			
		(61) Bromona 1g			
		(62) Bromona 1g			
		(63) Bromona 1g			
		(64) Bromona 1g			
		(65) Bromona 1g			
		(66) Bromona 1g			
		(67) Bromona 1g			
		(68) Bromona 1g			
		(69) Bromona 1g			
		(70) Bromona 1g			
		(71) Bromona 1g			
		(72) Bromona 1g			
		(73) Bromona 1g			
		(74) Bromona 1g			
		(75) Bromona 1g			
		(76) Bromona 1g			
		(77) Bromona 1g			
		(78) Bromona 1g			
		(79) Bromona 1g			
		(80) Bromona 1g			
		(81) Bromona 1g			
		(82) Bromona 1g			
		(83) Bromona 1g			
		(84) Bromona 1g			
		(85) Bromona 1g			
		(86) Bromona 1g			
		(87) Bromona 1g			
		(88) Bromona 1g			
		(89) Bromona 1g			
		(90) Bromona 1g			
		(91) Bromona 1g			
		(92) Bromona 1g			
		(93) Bromona 1g			
		(94) Bromona 1g			
		(95) Bromona 1g			
		(96) Bromona 1g			
		(97) Bromona 1g			
		(98) Bromona 1g			
		(99) Bromona 1g			
		(100) Bromona 1g			

Assinatura e carimbo do Médico

Investigação Seguradora SIA

10/08/2014



ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DE SERGIPE

PRESCRIÇÃO MÉDICA

Nº 288946

Nome do Paciente Demilson Araújo Ribeiro Romão
Nº Prontuário/FAE 230937 Sexo M Idade 23 anos Peso 70 kg
Nº Atendimento 1 Unidade Produtiva INT - CIR. Leito B-03
Diagnóstico Fúria

Data	Hora	Medicamento (princípio ativo + concentração) - Dieta	F.F.	Posologia	Horário de Administração
19/07/14		1) Dieta Livre			
		2) SPO, 1500 mg CV/24h	18	500	500
		3) Ceftriaxona 1g CV b.i.b.	18	1g	0h
		4) Ulexone 40 mg SC 1x/dia	18	18	0h
		5) Omeprazol 10mg b.i.b.	18	18	0h
		6) Ceftriaxona 1000mg CV diluído 12/24h	18	18	0h
		7) Amoxicilina 500mg b.i.b.	18	18	0h
		8) Concentrado de hemácias 02 bolsas (10)		01/10h	02/10h
				1g BOLSA	2g BOLSA

Dr. Juliana Dias F. Lima
Médica Especialista
CRM 05.4645

Assinatura e carimbo do Médico

Invasiprev Seguradora S/A

06 FEV. 2015



ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DE SERGIPE

PRESCRIÇÃO MÉDICA

Nº 288902

Nome do Paciente Denilson Peixoto Rabelo de Santana
Nº Prontuário/FAE _____ Sexo M Idade 22 anos Peso _____
Nº Atendimento 230977 Unidade Produtiva INT. CIR Leito B-02
Diagnóstico Fratura de Fêmur

Data	Hora	Medicamento (princípio ativo + concentração) - Dieta	F.F. ¹	Posologia	Horário de Administração
14/08/2014		① Dieta Líquida			
		② S.F.P. 98 - 500mg (IV) 12/12h		500	500
		③ Difenidramina - 0,2mg + AD (IV) 2/2h		20	02 08
		④ Clozapina - 100mg + 100ml S.F.P. 98 (IV) 12/12h		100	08
		⑤ Mantar 100mg	amda		
		⑥ ceftriaxona + 550mg	amda		
		⑦ Cleome 40mg 2/2h/ml (sc) 1x dia		20	

Assinatura e carimbo do Médico

Instituto Seguradora SIA

06 FEV. 2015

¹ Forma Farmacêutica (comprimido, drágea, cápsula, xarope, elixir, soluções, pomada, creme, ampola, frasco-ampola, supositório, dentre outros)

Nome: Deivison Brito de Melo Santos

Matrícula:

Idade:

Enf. Lello:

Data:

22 anos

B-03

14/08/2014

PRESCRIÇÃO MÉDICA E DIETA

18-08-2014

1º Turno

07:00 às 13:00h

Assinatura

2º Turno

13:00 às 19:00h

Assinatura

3º Turno

19:00 às 07:00h

Assinatura

① dieta branda.

② SLL - 1500 ml @ 12h

51097-1000ml

③ Cefazolin 1g + 40 @ 8/8h

④ Dipirona 1g + 40 @ 6/6h

⑤ Metoprolol 100mg @ 12/12h

51097-100mg

⑥ Clotape 40mg 2x 1x1x1

⑦ Parol + 40 @ 8/8h 1SA1

⑧ Clave 2 800

Dr. Deivison Brito de Melo Santos
CRM: 22.087/2014
R. 14, 5225

Instituto Seguradora S/A.

6 de Fev. 2015

MS/DATASUS

HOSPITAL REGIONAL DE PROPRIA

No. DO BE: 230977

DATA: 14/08/2014 HORA: 15:25 USUARIO: SVLALMEIDA

CNS:

SETOR: 01-CLASSIFICACAO DE RISCO

IDENTIFICACAO DO PACIENTE

NOME : DENISON PAIXAO RABELO DE SANTANA

DOC...: RG24290840

IDADE...: 22 ANOS NASC: 17/04/1992

SEXO...: MASCULINO

ENDERECO...: CONJ. EMILIO SANTOS

NUMERO: 51

COMPLEMENTO...: BAIRRO:

MUNICIPIO...: POÇO VERDE

UF: SE

CEP:

NOME PAI/MAE...: JOSE CORREIA DE SANTANA

/MARIA DO CARMO RABELO DE SANTANA

RESPONSÁVEL...: O PRÓPRIO

TEL...: 98735642

PROCEDENCIA...: ARACAJU

ATENDIMENTO...: ACIDENTE MOTOCICLISTICO (MOTOS)

CASO POLICIAL...: NAO PLANO DE SAUDE...: NAO

TRAUMA: NAO

ACID. TRABALHO: NAO VEIO DE AMBULANCIA: NAO

SA: [X] mmHg [] PULSO: [] TEMP: [] PESO: 63,5 kg

EXAMES COMPLEMENTARES: [] RAIO X [] SANGUE [] URINA [] TC
[] LIQUOR [] ECG [] ULTRASSONOGRAFIA

SUSPEITA DE VIOLENCIA OU MAUS TRATOS: [] SIM [] NAO

DADOS CLINICOS: DATA PRIMEIROS SINTOMAS:

Período de dor abdominal
côncavo
período de dor em 08

ANOTAÇÕES DA ENFERMAGEM:

DIAGNOSTICO: CID:

PRESCRIÇÃO

HORARIO DA MEDICAÇÃO

Tuberculose

17 08 14

15 08 15

DATA DA SAÍDA: / /

HORA DA SAÍDA:

ALTA: [] DECISÃO MÉDICA [] A PEDIDO

[] ENCAMINHADO AO AMBULATÓRIO

INTERNAÇÃO NO PRÓPRIO HOSPITAL (SETOR):

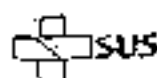
TRANSFERÊNCIA (UNIDADE DE SAÚDE):

ÓBITO: [] ATÉ 48HS [] APÓS 48HS

[] FAMÍLIA [] IML [] ANAT. PATOL

Assinatura do Paciente/Responsável

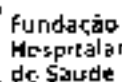
ASSINATURA E CARIMBO DO MÉDICO



Sistema Único de Saúde
Ministério da Saúde

LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR

Identificação do Estabelecimento de Saúde		2 - CNES	
1 - NOME DO ESTABELECIMENTO SOLICITANTE		3 5 5 9 6 2 9	
HOSPITAL REGIONAL DE PROPRIA			
3 - NOME DO ESTABELECIMENTO EXECUTANTE		4 - CNES	
HOSPITAL REGIONAL DE PROPRIA		3 5 5 9 6 2 9	
Identificação do Paciente		4 - Nº DO PRONTUÁRIO	
5 - NOME DO PACIENTE		232572	
6 - CATEGORIA NACIONAL DE SAÚDE (CNS)		8 - DATA DE NASCIMENTO	
		17/04/1997	
9 - TIPO DA MÃO OU MEMBRADO		10 - SEXO	
		MASC [X] 1 FEM [] 3	
11 - ENDEREÇO (RUA, Nº, BAIRRO)		12 - TELEFONE DE CONTATO	
RUA DO COMENDADOR ROBERTO DE SANTANA		3998173164116	
13 - CIDADE DE RESIDÊNCIA		14 - COD. DE MUNICÍPIO	
Cidade de Curitiba - PR		SE	
15 - PRINCÍPIO		16 - UF	
		SE	
JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO			
17 - PRINCÍPIO			
INTERNAÇÃO CLÍNICA			
DE HELLGARD			
18 - PRINCÍPIO			
19 - PRINCÍPIO			
20 - PRINCÍPIO			
21 - PRINCÍPIO			
22 - PRINCÍPIO			
23 - PRINCÍPIO			
24 - PRINCÍPIO			
25 - PRINCÍPIO			
26 - PRINCÍPIO			
27 - PRINCÍPIO			
28 - PRINCÍPIO			
29 - PRINCÍPIO			
30 - PRINCÍPIO			
31 - PRINCÍPIO			
32 - PRINCÍPIO			
33 - PRINCÍPIO			
34 - PRINCÍPIO			
35 - PRINCÍPIO			
36 - PRINCÍPIO			
37 - PRINCÍPIO			
38 - PRINCÍPIO			
39 - PRINCÍPIO			
40 - PRINCÍPIO			
41 - PRINCÍPIO			
42 - PRINCÍPIO			
43 - PRINCÍPIO			
44 - PRINCÍPIO			
45 - PRINCÍPIO			
46 - PRINCÍPIO			
47 - PRINCÍPIO			
48 - PRINCÍPIO			
49 - PRINCÍPIO			
50 - PRINCÍPIO			
51 - PRINCÍPIO			
52 - PRINCÍPIO			
53 - PRINCÍPIO			
54 - PRINCÍPIO			
55 - PRINCÍPIO			
56 - PRINCÍPIO			
57 - PRINCÍPIO			
58 - PRINCÍPIO			
59 - PRINCÍPIO			
60 - PRINCÍPIO			
61 - PRINCÍPIO			
62 - PRINCÍPIO			
63 - PRINCÍPIO			
64 - PRINCÍPIO			
65 - PRINCÍPIO			
66 - PRINCÍPIO			
67 - PRINCÍPIO			
68 - PRINCÍPIO			
69 - PRINCÍPIO			
70 - PRINCÍPIO			
71 - PRINCÍPIO			
72 - PRINCÍPIO			
73 - PRINCÍPIO			
74 - PRINCÍPIO			
75 - PRINCÍPIO			
76 - PRINCÍPIO			
77 - PRINCÍPIO			
78 - PRINCÍPIO			
79 - PRINCÍPIO			
80 - PRINCÍPIO			
81 - PRINCÍPIO			
82 - PRINCÍPIO			
83 - PRINCÍPIO			
84 - PRINCÍPIO			
85 - PRINCÍPIO			
86 - PRINCÍPIO			
87 - PRINCÍPIO			
88 - PRINCÍPIO			
89 - PRINCÍPIO			
90 - PRINCÍPIO			
91 - PRINCÍPIO			
92 - PRINCÍPIO			
93 - PRINCÍPIO			
94 - PRINCÍPIO			
95 - PRINCÍPIO			
96 - PRINCÍPIO			
97 - PRINCÍPIO			
98 - PRINCÍPIO			
99 - PRINCÍPIO			
100 - PRINCÍPIO			



HOSPITAL DE URGÊNCIA DE SERGIPE – HUSE

PRONTO SOCCORRO ADULTO

03/15/2017 Page 10

Idade: 5

Unidade de Produção

Leito:

Nº do Pronunciário

Orlando Ferreira Alves
Composto e Gravado em
09M 05-17A 55NT 642

Handwritten text at the bottom of the page, likely a signature or date, is mostly illegible due to blurring and bleed-through. It appears to contain the words "Handwritten" and "Date".

Investigative Segregation SFA

5-6-65-704

PACIENTE Revisor Patricio Nabeiro de Souza

SETOR: INT. CIR. ENFERMARIA/LEITO: B-03

DATA DE ADMISSÃO 14/08/14 HORA DA ADMISSÃO: 15:52

[illegible]

EVOLUÇÃO

HEMOSE HEMOTERAPIA DE SERGIPE
Centro Adm. Raulino Franco, Cajuano

WAL. [ID# 9E.]

22/09/2014

CONCENTRADO DE NEMACIAS

WILKINSON

22
Volume: 316 ml
Amount: 2.6 g
Substance: [M25A2-1]

04

POS:

NAO ADICIONAR
MEDICAMENTOS

Exds., 4AD reagente para: Anti HBe
HBeAg, r. 14 MCV, Anti HIV 2.
VORL, HTLV, HBsAg, HBcAg,
Pneu. de Anis. e de Irregular - neg.
Amoebicidal 5 - 100 milio.

Date: 12/08/2014

Host: 15:21:44

Instalação 3ª lot.
1º q. de complementação
de baterias do
V.º 0120 140X130
87, p/ 12
atendendo 1200
aprox. 1200
lavo. sistema em
MSE, F.D. com
sem aspecto,
em 350, 1200
aprox. 1200
do 2º q. de
informação.
140-140X70-140
tax-36.70-140

Local 1000 B. de Lima
Eduardo
1955-1957

Em tempo, foi instalado o 2º balcão nesse ho-
rário pelo fato de a sup^a Wagner ter interessam-
ento para o paciente, e simmentar, porém
mas relatando muita fome, em 19/05

~~WASH LIT~~

~~Other pages~~

3. Opo utawimber de jomun

Reação redox com formação de gás. Em química

CO: Istilah kromatogram de vertikal

Investigação Seguradora S/A.

11/6/59, 2095

During the summer
Onondaga Trailblazers
L. J. SEARLES

Paciente no lado sul 3° ORO de orientação de
juntas expostas sem entaparramadas, base
BEP em NNE para a ventilação com SF 8,9%, base
reflexo tapina no magnetos em BEP, alar.
Ado, Calorimetria, Quantido, Emprego, Pato.
Orogono, ofício do tapina, Fil em base os
BEP, com o mesmo espessado, nome por
envidados da equipe de enfermagem.

Jose-Luis G. delima
Enfermero
CORE, abril 13, 1998

Placando um arquivo no teste, o resultado
desapareceu, um link de AVDUM MSG e um link
EISFOA, a qual indica o nome do arquivo.

PACIENTE Denilson Lucas Rubelo de Santana

SETOR: Int. Cirúrgica ENFERMARIA/LEITO: B-03

DATA DE ADMISSÃO: 14/08/14 HORA DA ADMISSÃO: 15:52

DATA/HORA

20/08/14

01:10h

FSPH HEMOSE	NOME COMPLETO DO RECEITISTA	
	<u>Denilson Lucas Rubelo de Santana</u>	
NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO	INSTITUIÇÃO	LOCALIZAÇÃO - LEITO
	<u>Dr. R. Propria</u>	
ASSINATURA RECEITISTA	Nº DE REGISTRO	NÚMERO DA RECEITA
<u>[Assinatura]</u>	<u>219</u>	<u>0128140729084</u>
ASSINATURA	PAI	PROFISSIONAL
<u>[Assinatura]</u>	<u>[Assinatura]</u>	<u>[Assinatura]</u>
DATA DO EMPrego DO HEMOCOMPONENTE PARA TRANSFUSÃO		RESPONSÁVEL PELA CONTROLE
		<u>[Assinatura]</u>
RESPONSÁVEL PELA LITRAGEM DO HEMOCOMPONENTE		INÍCIO TRANSFUSÃO
		<u>[Assinatura]</u>

Instalado em leito de emergência do hemato-oncologia, paciente apresentando exangite aguda, com febre, eritema com melhora clínica. Tem 37,0°C. Segue sob cuidados da enfermeira.

JOSE LUIZ G. DE LIMA
COORDENADOR
CORRELACÃO - B11500

HEMOSE HEMOTERAPIA DE BERNIPE
Cahira Rps, Augusto Franco, Depueto

0128140815135

VALIDADE
25/09/2014

CONCENTRADO DE HEMACIAS

22
Volume: 478 mL
Aproximadamente 2 a 5 G
Sol. Anticoag: K1560-M

0+
(ROS)

NAO ADICIONAR
MEDICAMENTOS

Exatidão HPO reagentes para: Anti HbC
HbAg, Anti HbC, Anti HbC + 2,
VDR, MYL 1/10, CHAGAS.
Pos. de Anticorpo Irregular - Neg.
Hemoglobina 9 - Negativo.

Data:
15/08/2014
Hora: 16:45:14

Paciente no leito com exangite aguda, febre, eritema com melhora clínica. Tem 37,0°C. Segue sob cuidados da enfermeira.

PA: 130/40 mmHg; Temp. 37,0°C. Iniciada infusão de 220 mL de concentrado de hemácias tipo "O" Rh Positivo no 0128140815135 com 478 mL por AVF no M-SE. Segue em observação.

Investigação Seguradora S/A

05.FEV.2015

DATA/HORA: 20/08/14 EVOLUÇÃO

1º DOO fratura diagnóstica fechada

Paciente fez 2 balizas concentradas de
 hemiplas laterais apresentando edema
 HLU+MSE

Cap 1) Solicito H. completo de controle
 e monitoramento

2ª Solicito fratura para monitorar

Dr. Roberto Dias Lopes
 Cirurgião Traumatologista
 CRM 15.145

20-08-2014 09:15 Paciente, 22 anos de idade, em pós-operatório de cirur-
 gia do fêmur (E), com membro superior edemaciado, ruboriza-
 do, perfura em mite anterior e de balizas de concentrado de
 hemiplas processo ocorreu por intercorrência, no momento,
 em fisioterapia, prescrito pelo médico pro. Juliana, AUP em
 MLD, perito, com queixas de dor, fadiga, cãibras, nã-
 motendo, segue sob cuidados da equipe multiprofissional.

Juliana
 Fisioterapeuta
 CRM 15.145

20.08.14 FISIOTERAPIA

Realizado o seguimento a cirurgia e fixação do fêmur e parafuso
 de fixação de fêmur à "E", apresentando dor e
 mobilização e edema de fêmur. Realizada a fixação de
 parafuso e anel de fixação do fêmur, e de fêmur
 e de fêmur de fêmur de fêmur.

Juliana
 Fisioterapeuta
 CRM 15.145

21/08/2014 Paciente segue acordado, orientado, colaborativo e respirando
 em ar ambiente no leito. Apresentando edema distal de
 fêmur, muscular e sensibilidade preservada. Realiza mobilização
 passiva e exercícios para ganho de ADM de modo ativo as-
 sistido no art. de quadril e joelho e; exercício isométrico
 em MLE; exercício de fêmur de fêmur. Orienta mobilização atp
 em MLD.

Adriana Regina da Rocha
 Fisioterapeuta
 CREFITO 140712

Instituto Seguradora SIA
 05.08.2015

21/08/14 16:00h Paciente permanece cooperativo, em ar ambiente, sem pós-operatório
 de fêmur de fêmur à esquerda. Apresenta sinais de fadiga e
 MLE (edema de fêmur). Orienta a fisioterapia e educação de
 MLE. Realiza mobilização passiva e ativa de fêmur, exercícios
 passivos de fêmur de fêmur (fêmur, fêmur, fêmur) em ADM
 livre sem dor. Posiciona em decúbito lateral por 40' de fêmur para
 decúbito dorsal com pé em posição neutra (MLE). Segue sob cui-
 dados da Equipe.

Tatiana Santos Calvão
 Fisioterapeuta
 CREFITO 83574-4

PACIENTE Denison Puyos Rabelo Cantero

SETOR: _____ ENFERMARIA/LEITO: _____

DATA DE ADMISSÃO ____/____/____ HORA DA ADMISSÃO: _____

[illegible]

PACIENTE Denison Faixão Rabelo de Santana

SETOR: _____ ENFERMARIA/LEITO _____

DATA DE ADMISSÃO ____/____/____ HORA DA ADMISSÃO: _____

[illegible]

DATA	HORA	EVOLUÇÃO	T	P	R	PA	GLICEMIA
21/08/2014	7:00	Recebi paciente no leito consciente, orientado verbalizando, com uso de oxigênio tomou banho de aspersão					
	9:00	Realizada curativo e retirada de pontos da cirurgia					
	12:00	Administração médica de horários com intercorrências, segue sob cuidados da equipe de enfermagem				120x80	
21/08/2014	13:00	Paciente no leito em sono leve, verbalizando orientado para quem?					
	15:18	Realizada fisioterapia - mobilização					
21/08/2014	18:00	Paciente medicado conforme prescrição médica - no leito					
	19:00	Recebi paciente no leito em sono leve, verbalizando bem, orientado para quem?					
	22:00	Administrada medicação					
21/08/2014	24:00	Após SSUV e administração de 36°C				120x80	
	06:00	Administrada medicação				120x80	
22/08/2014	09:00	Realizada cirurgia, realizada curativos pós-cirúrgicos com alta médica					
	12:00	Paciente de alta aguardando transporte					

Investigação Seguradora SIA
08.F.V. 2015

STOR: _____ ENFERMARIA/LEITO: _____

DATA DE ADMISSÃO: / / HORA DA ADMISSÃO:

TA	HORA	EVOLUÇÃO	T	P	R	PA	GLICEMIA
	15:00	Administrado me- dicação - Gabrila					
	18:00	Paciente medicado conforme prescrição - Gabrila					
14	19:15	Paciente presente no leito, acordado, bem humor, auxiliou deita- mento, fez uso da medicamentação, e recebeu o seu M.E., no quarto. Foi questionada de não sentir nenhuma dor ou incomodidade após o ci- rurgião da equipe - "					
14	20:00	Administrado medicação prescrita, a pedido da equipe de enfermagem.					
14	21:00	Administrado medicação prescrita, a pedido da equipe de enfermagem.					
14	22:00	Administrado medicação prescrita, a pedido da equipe de enfermagem.					
14	23:00	Administrado medicação prescrita, a pedido da equipe de enfermagem.					
14	00:00	Administrado medicação prescrita, a pedido da equipe de enfermagem.					
14	01:00	Administrado medicação prescrita, a pedido da equipe de enfermagem.					
14	02:00	Administrado medicação prescrita, a pedido da equipe de enfermagem.					
14	03:00	Administrado medicação prescrita, a pedido da equipe de enfermagem.					
14	04:00	Administrado medicação prescrita, a pedido da equipe de enfermagem.					
14	05:00	Administrado medicação prescrita, a pedido da equipe de enfermagem.					
14	06:00	Administrado medicação prescrita, a pedido da equipe de enfermagem.					
14	07:00	Recebi parte no leito comerciante, orientado por realizando com uso de fisioterapia segue as ordens da equipe - Simon					
14	08:00	Realizado Curativo e deite Americano de Simão - Simon					

PACIENTE Dennisson Paixão Roberto de Santana

SETOR: _____ ENFERMARIA/LEITO: _____

DATA DE ADMISSÃO ____/____/____ HORA DA ADMISSÃO: _____

DATA	HORA	EVOLUÇÃO	T	P	R	PA	GLICEMIA
14/08/2014	15:52	Recebe paciente do Nuse em consciência, verbalizando sobre queixas com AUP em HSD, para realizar procedimento cirúrgico (intubação de traqueia aguda) avaliação pré-operatória " " aux. Paixão	35.6°C			120x80	NADA
	18:00	Paciente medicado conforme prescrição médica - aux. Paixão					
14/08	20:00	Paciente no leito, calma, consciente, faz uso de medicação para AUP em HSD, não relata queixas, relata um terrível aquecimento por acúmulo cirúrgico feito radiológico / por via intratecal -					
	02:00	Medicada conforme prescrição médica - Resposta					
	06:00	Em leito, acordado SSUJ -	36.9°C			120x80	
	06:00	Administrado medicamento por via oral, sangue coagulado -	32.3°C				
14/08 2014	7:00	Paciente acordado no leito consciente, orientada em uso de medicação segue as ordens da equipe aguardando procedimento cirúrgico - Simonny					
	15:00	Administrado medicamento de hipotensão - Simonny					
	18:00	Paciente SSUJ segue sob observação da equipe - Simonny	36°C			100x80	

Resposta de Santa Nova
Ata de Enfermagem
Cópia nº 22891-2

Prescrição Segura SIA
06 FEB 2015

DATA	HORA	EVOLUÇÃO	T	P	R	PA	GLICÊMIA
15/08 2014	20:20	Adm. medicação de Anestesia pact. no leito acordado aguardando cirurgia.					
	24:00	Feita medicação e verificada SSUV - Gabriel				11x80	
16/08 2014	06:00	Ajuda SSUV e adm. medi- cação de Anestesia e mesmo leito aguardando ci- rurgia.				130x80	
	15:00	Paciente admitido no c.c. p/ tratamento cirurgico futuro de tumor.					
	15:10	Início da anestesia					
	15:40	da cirurgia					
	17:30	Termino da ci- rurgia.					
	17:50	Paciente foi admitido na RPA - Roberto					
	18:05	Paciente foi encaminhado para internamento cirurgico - Roberto					
	18:48	Pact. queixando-se de dor no m.E. feita medicação de Anestesia e analgesia.					
16/08 2014	24:00	Administrada medica- ção de Anestesia prescrita - Gabriel					
16/08 2014	02:00h	Administrada medicação de An- estesia. Paciente calmo, repou- sando no leito.					
17.08	06:00	Administrada medicação de Anestesia prescrita - Gabriel					
	08:00	Recebi paciente no leito no momento deixei quietas. - Gabriel					
	10:00	Administrada me- dicação. - Gabriel					

Intensivista: Roberto SIA
11.08.2014

RELATÓRIO

DATA: 11/11/2014

NOME: Renan Roberto

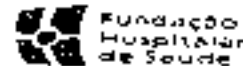
O (A) paciente supracitado(a) foi internado(a) nesta unidade, HUSE, dia 14/01/15
tendo sido submetido(a) à tratamento cirúrgico de fratura do
crânio e + fratura de acetábulo + fratura
O.D. fêmur + fratura de Costela I
CID S7, devendo ficar afastado(a) de suas atividades por tempo
determinado.

Data da alta 11/11/2014

Médico
Instituto Seguros
Dr. [illegible]
05 FEB. 2015



SERGIPE
SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DE SERGIPE
SERVIÇO DE ORTOPÉDIA E TRAUMATOLOGIA DO HUSE



RELATÓRIO

DATA: 03/02 2014

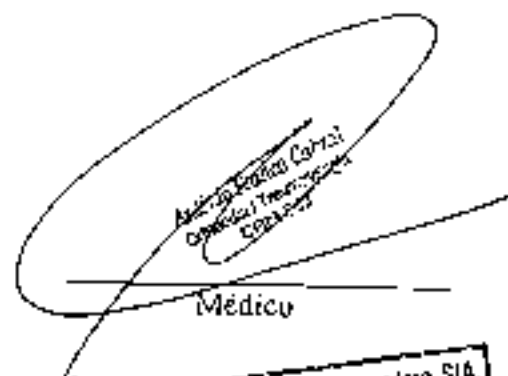
NOME: LEONARDO POISSO A SOUZA

O (A) paciente supracitado(a) foi internado(a) nesta unidade, HUSE, dia 14/02/14

tendo sido submetido(a) à tratamento cirúrgico de fratura de fêmur do membro superior direito

CID S71, devendo ficar afastado(a) de suas atividades por tempo determinado.

Data da alta 17 2014


Médico

Investiplan Seguradora S/A.
06 FEV. 2014



HOSPITAL REGIONAL DE PROPRIA
SÃO VICENTE DE PAULA

SOLICITAÇÃO
DE EXAMES

Nome:

DEIVISON RIBEIRO ARAÚJO

14/11/2014

Data de Nascimento: 17 10 89

Sector/Leito: INT. CIR.

Data: 20/08/14

Sexo: M F LI

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Albumina | <input type="checkbox"/> Hemograma |
| <input type="checkbox"/> Amilase | <input checked="" type="checkbox"/> Hemossedimentação |
| <input type="checkbox"/> Anti-HIV | <input type="checkbox"/> LDH (dehidrogenase láctica) |
| <input type="checkbox"/> Anti-HCV | <input type="checkbox"/> Latex (Fator Reumatoide) |
| <input type="checkbox"/> Ácido Úrico | <input type="checkbox"/> Leucograma |
| <input type="checkbox"/> ASLO | <input type="checkbox"/> Plaquetas |
| <input type="checkbox"/> Beta HCG | <input type="checkbox"/> PCR (Pes. de Prot. C Rea.) |
| <input type="checkbox"/> Bilirrubinas | <input type="checkbox"/> Proteínas (totais e frações) |
| <input type="checkbox"/> Ca ⁺⁺ (Cálcio) | <input type="checkbox"/> K ⁺ (Potássio) |
| <input type="checkbox"/> Colesterol Total/frações | <input type="checkbox"/> Na ⁺ (Sódio) |
| <input type="checkbox"/> Coombs direto | <input type="checkbox"/> Mg ⁺⁺ (Magnésio) |
| <input type="checkbox"/> Coombs indireto | <input type="checkbox"/> Sumário de Urina |
| <input type="checkbox"/> CPK | <input type="checkbox"/> Troponina |
| <input type="checkbox"/> CPK-mb | <input type="checkbox"/> TC (Tem. de Coagulação) |
| <input type="checkbox"/> Creatinina | <input type="checkbox"/> TP (Tem. de Protrombina) |
| <input type="checkbox"/> Eritrograma | <input type="checkbox"/> TTPA |
| <input type="checkbox"/> Fator Rh | <input type="checkbox"/> TS (Tem. de Sangr.) |
| <input type="checkbox"/> Fosfatase alcalina | <input type="checkbox"/> TGO |
| <input type="checkbox"/> Fósforo | <input type="checkbox"/> TGP |
| <input type="checkbox"/> Gama GT | <input type="checkbox"/> Triglicerídeos |
| <input type="checkbox"/> Glicemia pós-prandial | <input type="checkbox"/> Ureia |
| <input type="checkbox"/> Glicemia sérica | <input type="checkbox"/> VDBL |
| <input type="checkbox"/> Grupo ABO | |

Solicitante / Carimbo e Assinatura

Dr. João Paulo de Faria
Médico Internista

Investigação Seguradora SIA

06 FEV 2015

HOSP. REG. DE PROPRIA

Endereço: RUA EL TIRO 0578 A.M.

Telefone: 3322-1202

FOLHAS: 1

Paciente: DENINSON PAIXAO KARELO DE SANTANA

Data: 20/08/2014 ~ 12:13

Hod. Co.: DR(a) GILJORDI DIAS ESTRELA

Cl.: CIRURGICO RFL: 23077

Mo.: 37355 Idade: 22 Ano(s)

Conv.: 1488

DEPARTAMENTO DE HEMATOLOGIA

EXAME - HEMOGRAMA COMPLETO

Metodo...: AUTOMATICO

Material...: SANGUE

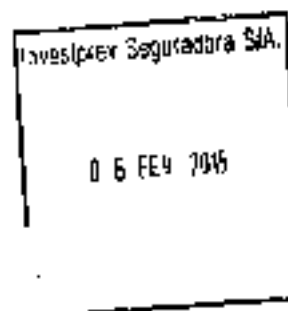
Resultado: ERTROCYTIA

	V. Encontrado	V. Normal
Eritrocitos.....	3,2 (4,3 a 6,0 milh/mm ³)	
Hemoglobina.....	10,3 (13,4 a 17,8 g/dl)	
Hematocrito.....	29,7 (35,3 a 54,0 %)	
Vol. Globular Media..	63 (90,0 a 100,0 fl)	
Hemogl. Glob. Media..	32 (27,0 a 33,0 pg)	
Conc. de Hem. Gl. Media:	36 (32,0 a 36,0 g/dl)	
RDW.....	11,5 (11,0 a 14,5 %)	

LEUCOGRAMA

Leucocitos /mm³...: 7.200 (3.500 a 11.000)

	N. Relativos	N. Absolutos
Neutrofilo.....	0,0 (0-2)	0 (0-200)
Eosinofilo.....	5,0 (1-4)	360 (50-400)
Metamielocitos...	0,0 (0-1)	0 (0-100)
Bastões.....	0,0 (2-5)	0 (100-500)
Segmentados.....	72,0 (56-66)	5.184 (1900-6600)
Linfocitos.....	20,0 (22-44)	1.440 (1100-4100)
Monocitos.....	3,0 (3-10)	216 (150-500)



CATIA REGINA BARRETO PRADO
LICEN: 2682

HOSP. REG. DE PROPRIA

FOLHA:

Endereço: RUA ELNORI COSTA S.N.

Telefones: 3522-1402

Paciente: DENISSON PAIXAO REBELO DE SANTANA

Alta: CIRURGIÃO RC.: 030977

Data: 17/08/2014 - 13:05

No.: 37210 Idade: 27 Anos(s)

Médico: DR(a) HELLYCARLOS OLIVEIRO DE SAUS

Conv.: PRP

DEPARTAMENTO DE HEMATOLOGIA

EXAME - HEMOGRAMA COMPLETO

Método: AUTOMÁTICO

Material: SORO

Resultado: ERITROGRAMA

	V. Encontrado	V. Normal
Eritrócitos.....	2,1 (4,3 a 6,0 milh/mm ³)	
Hemoglobina.....	7,1 (13,6 a 17,8 g/dL)	
Hematócrito.....	19,3 (41,0 a 54,0 %)	
Vol. Globular Médio..	92 (80,0 a 100,0 fL)	
Hemogl. Glob. Média..	34 (27,0 a 33,0 pg)	
Conc. de Hem. Gl. Média	37 (32,0 a 36,0 g/dL)	
KDW.....	11,5 (11,0 a 14,5 %)	
Contagem Plaquetas..	193.000 (140.000 a 400.000 /mm ³)	

LEUCOGRAMA

Leucócitos /mm ³ ..	8.200 (3.500 a 11.000)	
	N. Relativos	N. Absolutos
Pasofilo.....	0,0 (0-2)	0 (0-300)
Eosinofilo.....	2,0 (1-4)	164 (50-400)
Neutrófilos.....	0,0 (0-1)	0 (0-100)
Bastões.....	0,0 (2-5)	0 (100-500)
Segmentados.....	78,0 (56-66)	6.396 (1500-6600)
Linfócitos.....	15,0 (22-44)	1.230 (1100-4400)
Monócitos.....	5,0 (3-10)	410 (350-1000)

Investigação Seguradora SIA.
06 FEV. 2015

B-L-03

HOSP. REG. DE PROPRIA

Endereço: RUA ELMIRO COSTA G.N.

/ Telefone: 3325-1702

FOLHA: 1

Paciente: DENISSON PAIXAO RABELO DE SANTANA

Data: 19/08/2014 - 10:11

Med. Cont. (R) DANIEL MARS ESTEVES

Idade: CIRURGICO DO: 20/09/77

No.: 37295 Idade: 22 Anos (s)

Comorbid: HEP

DEPARTAMENTO DE HEMATOLOGIA

EXAME - HEMOGRAMA COMPLETO

Método: AUTOMATICO

Material: SANGUE

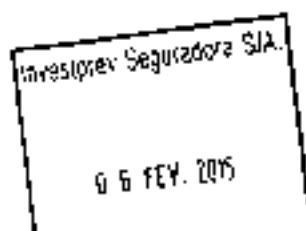
Resultado: EXISTOGRAMA

	V. Encontrado	V. Normal
Eritrocitos.....	2,9 (4,3 a 6,0 a:10 ¹² /mm ³)	
Hemoglobina.....	8,1 (13,6 a 17,8 g/dL)	
Hematócrito.....	22,7 (41,0 a 54,0 %)	
Vel. Globular Media..	93 (80,0 a 100,0 fL)	
Hemogl. Glob. Media..	34 (27,0 a 33,0 pg)	
Conc. de Hem. Gl. Media:	36 (32,0 a 36,0 g/dL)	
RDW.....	11,8 (11,0 a 14,5 %)	
Contagem. Plaquetas...	257.600 (140.000 a 400.000 /mm ³)	

LEUCOGRAMA

Leucócitos /mm³... (2.900 | 3.600 a 11.000)

	H. Relativos	H. Absolutos
Neutrófilo.....	0,0 (0-2)	0 (0-200)
Eosinófilo.....	3,0 (1-4)	237 (30-400)
Monócitos.....	0,0 (0-1)	0 (0-100)
Bastões.....	0,0 (2-5)	0 (100-500)
Segmentados.....	81,0 (30-64)	5.399 (1800-6600)
Linfócitos.....	11,0 (20-40)	867 (1100-4400)
Plasmócitos.....	5,0 (2-10)	395 (150-1000)



HUSE - Hospital de Urgência de Sergipe Maq 2

paciente
Sexo:
Departam.:
Módulo:
Diagnóstico:

DENISON PAIXAO
Masculino
VERDE TRAUMA I
OV-ST-CD

Sobrenome: **R. DE SANTANA**
Idade:
Nº do leito:

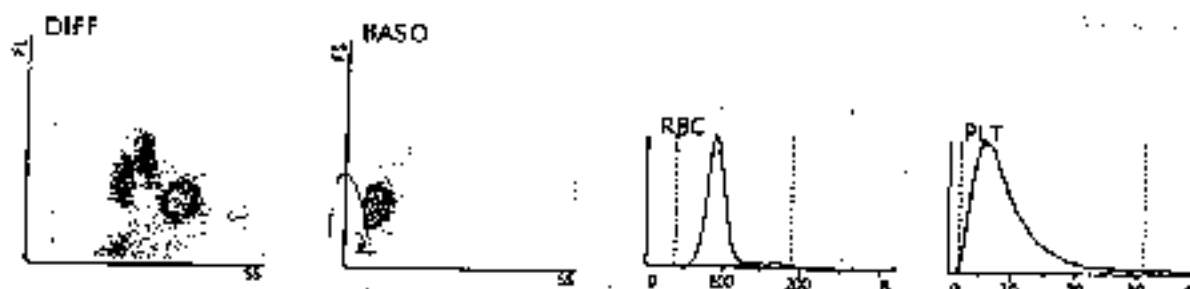
ID da amostra: 82
ID do paciente:
Data de análise: 12/08/2014 10:53

Parâmetro		Resultado	Unidade	Intervalos de referência
1 WBC	H	10,35	$10^3/\mu\text{L}$	4,00 - 10,00
2 Neu%	H	8,72	$10^3/\mu\text{L}$	2,00 - 7,00
3 Lin%		0,86	$10^3/\mu\text{L}$	0,80 - 4,00
4 Mon%		0,74	$10^3/\mu\text{L}$	0,12 - 1,20
5 Eos%		0,03	$10^3/\mu\text{L}$	0,02 - 0,50
6 Bas%		0,00	$10^3/\mu\text{L}$	0,00 - 0,10
7 Neu%	H	84,2	%	50,0 - 70,0
8 Lin%	L	8,3	%	20,0 - 40,0
9 Mon%		7,2	%	3,0 - 12,0
10 Eos%	L	0,3	%	0,5 - 5,0
11 Bas%		0,0	%	0,0 - 1,0
12 RBC		3,72	$10^6/\mu\text{L}$	3,50 - 5,50
13 HGB		11,9	g/dL	11,0 - 16,0
14 HCT	L	35,6	%	37,0 - 54,0
15 MCV		95,8	fL	80,0 - 100,0
16 MCH		32,0	pg	27,0 - 34,0
17 MCHC		33,4	g/dL	32,0 - 36,0
18 RDW-CV		12,1	%	11,0 - 16,0
19 RDW-SD		39,8	fL	35,0 - 56,0
20 PLT		171	$10^3/\mu\text{L}$	100 - 300
21 MPV		9,5	fL	6,5 - 12,0
22 PDW		16,4		15,0 - 17,0
23 PCT		0,163	%	0,108 - 0,282
24 P-LCC		39	$10^9/\text{L}$	30 - 90
25 P-LCR		23,0	%	11,0 - 45,0

Mensagem de WBC

Mensagem de RBC

Mensagem de PLT



Invesiprev Seguradora S/A.
06 FEB 2014

Entre por:
Flora do pedido:
Comentários:

Operado por: 123
Hora de retirada:

Validado por:
Hora de impressão: 12/08/2014 10:53:18

[Os resultados de análise só respondem à amostra correspondente]

HUSE-HOSPITAL DE URGENCIA DE SERGIPE

LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS

AV TANCREDO NEVES, S/N, BAIRRO CAPUCHO

TEL.. (079) 3216-2600

Validado

Nome: DENISON PAIXAO , RABELO DE SANTANA 22
ANOS

Sexo: Masculino

ID do doente: V TRAUMA 1

Data nascimento:

ID da amostra: 63

Data/hora da colheita:

Localização:

Médico:

Ensaio	Resultado	Unidades	Alertas	Intervalo	Data da conclusão Hora da conclusão
Urea/C	0.81	mg/dL	CNTL		12.08.2014 10:14
Urea	45	mg/dL		17 - 56	12.08.2014 10:14

Fim do registro da amostra

Impresso em 12.08.2014
10:14:52AM

ARCHITECT

Página: 1 de 1

SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DE SERGIPE
SERVIÇO DE ORTOPÉDIA E TRAUMATOLOGIA DO HUSE
PRESCRIÇÕES DIÁRIAS

DATA 14 / 08 / 2014

° DIH

NOME: _____

DIAGNÓSTICO(S) _____

EVOLUÇÃO MÉDICA: _____

ACOMPANHAMENTO ESPECIALIDADE: _____

DIAS	Medicamentos (Princípio ativo + Concentração)	Horários de Administração
1º Dia		
2º	Caterer Hidrolizado	
3º	SF 0,9 % ml EV hs	
4º	Kefazol 1 g EV 8/8hs ou keflin 1 g EV 6/6hs	
5º	Gentamicina 240mg + SF 0,9% 200 ml EV 1x dia	
6º	Dipirona 2 ml + 8 ml AD EV 6/6hs ou Paracetamol 40Gts VO 6/6hs	
7º	Plasil 2 ml + 18 ml SF 0,9% EV 8/8hs em SOS	
8º	Profenid 100 mg + 100 ml SF 0,9 % EV 12/12hs SOS	
9º	Omeprazol 40mg EV 1 x dia at 6hs ou Antak 2ml + 18 ml AD EV 12/12hs	
10º	Transal 100 mg ou 50 mg + 100 ml SF 0,9% EV 8/8hs sos	
11º	Clexane mg SC 1x ao dia ou Heparina 5000UI SC 2 x dia	
12º	Captopril 25 mg 5L se PAS - PAD > = 180x100mmHg	
13º	Glicose 25% 04 AMP EV SE GC < = 80	
14º	Luftal 40Gts VO 6/6hs SOS	
15º	Sonda de Alívio SOS	
16º	Captopril 25mg vo hs suspenso	
17º	Insulina Regular SC, apos o dextro 201 - 250: 02UI 251 - 300 04UI 301 - 350 06UI 351 - 400 08UI 401 - 450 10UI	
18º	Membros Superiores e Inferiores Elevados até o dia da Cirurgia.	
19º	Colchão de Ar e Mudanças Decubito 3/3hs SOS	
20º	SSV 6/6hs	
21º	Curativos Diários 1 x dia	
22º	glicemia capilar de 6-6hs	

Investidora Seguradora SIA
 06 FEB 2015

HUSE-HOSPITAL DE URGENCIA DE SERGIPE
LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS
AV TANCREDO NEVES, S/N, BAIRRO CAPUCHO
TÉL. (079) 3216-2600

Validado

Nome: DENISON PAIXAO, RABELO DE SANTANA

Sexo: Masculino

ID do doente: V TRAUMA 1

Data nascimento:

ID da amostra: 53

Data/hora da coleta:

Localização:

Médico:

Ensaio	Resultado	Unidades	Alertas	Intervalo	Data da conclusão	Hora da conclusão
K-C	4.2	mmol/L		3.5 - 5.1	12 08 2014	12:40
Na-C	138	mmol/L		136 - 145	12 08 2014	12:40

Fim do registo da amostra

Justa

Investigação Seguradora SIA
06 FEV 2015

Impresso em: 12 08 2014
12:40 38PM

ARCHITECT

Página 1 de 1



HOSPITAL DE URGÊNCIA DE SERGIPE – HUSE
PRONTO SOCORRO ADULTO
GUIA DE TRANSFERÊNCIA HOPITALAR

HOSPITAL DE DESTINO:

Próprio

VAGA: () COM O₂ () SEM O₂

Setor no HUSE onde o paciente se encontra: Verdadeira I. cor. de colostomia

IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE

Nome:

Denison

10125 0365 3000

22 anos

C. Identidade:

Sexo: () M () F

DN: 17/04/92

Estado civil: Casado () Solteiro () Outros ()

Endereço:

QUADRO CLÍNICO

CHD 10:

Cod. De Procedimento:

FC:

bpm

FR:

ipm

P.A.:

x

mmHg Glasgow:

Resumo:

Post Ate 5m

TRATAMENTO INSTITUÍDO ATÉ O MOMENTO

Medicações utilizadas:

Clon

Exames complementares realizados (resumo dos resultados):

INFORMAÇÕES DE TRANSFERÊNCIA

MOTIVO DA TRANSFERÊNCIA: () Falta de vaga () Procedimento especializado

Investigação Sentinela SIA, Outros

Médico responsável pelo encaminhamento:

Médico que acompanhará:

06 FEB 2006

OBS.: ENCAMINHAR FOTOCÓPIA DOS EXAMES REALIZADOS e PRESCRIÇÃO ATUALIZADA.

UNIDADE HOSPITALAR

LOCAL E DATA

ASS. DO MÉDICO

Núcleo Interno de Regulação
NIR / HUSE
VAGAS EXTERNAS / HUSE

HOSPITAL
Própria - Ortopedia

DATA *14/08/14*

LEITO: *85*

() FEM

10 () MASC

() COM O2

() SEM O2

AUTORIZAÇÃO DE OCUPAÇÃO DO LEITO

PACIENTE:

Denisson Paviot Rabelo de Santana

está liberado(a) a ocupar o leito com guia de transferência devidamente preenchida, prescrição médica atualizada, fotocópia dos exames e medicações não padronizadas para as próximas 48 horas.

Investprev Seguradora S/A.

06 FEV. 2015

PACIENTE

WESON Loleto Ste

DATA 17/08/14

SEXO ☒ M ☐ F

SETOR

ABDOMEN	PA (torçao) AP (normal) P
ANTERIO	AP P
ARCOS COSTAIS	PA OBLIQUA
ANTE-PÉ	AP OBLIQUA
BACIA	AP PA OUTLET INLET
BRACÇO	AP P
CALCANEO	APAL
CLAVICULA	AP
COLUNA CERVICAL	AP P OBLIQUA
COLUNA DORSAL	AP P OBLIQUA
COLUNA LOMBAR	AP P OBLIQUA
COLUNA SACRO	AP P APAL
COLUNA COCCIX	AP P
COTOVELO	AP P
CRANIO	AP P TOWNE
ESTERNO	AP P
ESCAPULA	AP P
FALC	AP P
PENIN	AP P
POLELO	AP P
MANDIBULA	AP PERFIL AGAL
MAO	AP P OBLIQUA
OMERO	AP PERFIL AGAL
PATELA	AP P APAL
PE	AP OBLIQUA P
PERNA	AP P
QUADRIL	AP P
TORNOZELO	AP P
TORAX	PA P
SEIOS DA FACE	MM PM

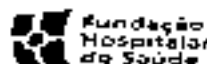
INSTRUÇÃO: - FAÇA UM CIRCULO NO EXAME QUE DESEJA;
- PREENCHER EM DUAS VIAS;

OUTROS:

ASSINATURA DO SOLICITANTE/CARIMBO

Investprev Seguradora S/A.

06/08/2014



FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE SAÚDE

Comunicação de Utilização de Órtese e Prótese e Material Especial (OPME)
CENTRO CIRÚRGICO

Identificação do Paciente

Nome: Damasceno Thirso Roberto de S. Matrícula: 230977

Enfermaria: _____ Convênio: SUS

Diagnóstico: 1

Procedimento realizado: TTO. CIR. FRAT. Fêmur

Data da utilização: 16 / 08 / 2014

Identificação do Médico

Nome: Dr.º Halley Carlos

CRM: 5225

IDENTIFICAÇÃO DOS PRODUTOS

CÓDIGO INSS / SIMPRO	QUANTIDADE UTILIZADA	DESCRIÇÃO DO PRODUTO
	01	Placa longa A/C 10 F
	06	Enagumecental 45 n.º 32
	01	1 n.º 42
	03	11 n.º 40

IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR

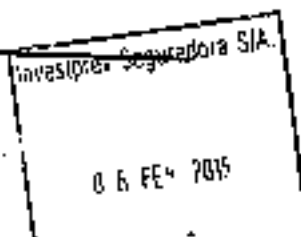
Nome: _____ CNPJ: _____

Carimbo e assinatura _____

CONTROLE DA FARMÁCIA

Data do recebimento: 1 / 1

Farmacêutico: _____



**FOLHA DE ANESTESIA**[illegible]

AGENTES ANESTÉSICOS	O ₂	
Unidos		
cãmaras v - P. Arterial a - Arterial f - Pulso o - Respiração q - Operação	200 180 160 140 120 100 80 60 40 20	
SÍMBOLOS e ABRVIATURAS		

INDUÇÃO:	Sedat:	Excl:	Tosse:	Lesão Espinal:
	Lento:	Muscular:	Vômitos:	Outros:
MANUTENÇÃO:	<i>Medicamento ON / Rápido</i>			
ANESTÉSIA SATISF:	Sim	Não	Por que?	
DESPERTAR:	Reflexos na SC:	Obst:	CD:	Excl
	Náuseas:	Vômitos:	Outros:	
COM CANULA para o leito.	Sim	Não	CONDICÕES:	

PÓSICÃO:	
Agentes:	
Técnicos:	Cirurgião:
Operação:	R. Sanguin:
Cirurgião:	Auxiliares:
Anestesiologista:	

96422

Dr. Roberto G. Benítez
May 2001

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DE CARLOS VERGEEZ




Denison Paiva Rabelo de Santana

CARTÃO DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL


NÚMERO GERAL 2.429.084-6 2.ª VIA DATA DE EMISSÃO 06/10/2016

RENTE
DENISON PAIVA RABELO DE SANTANA

FILIAÇÃO
JOSE CORREIA DE SANTANA
MARIA DO CARMO RABELO DE SANTANA

NACIONALIDADE
POVO VERDE-SE DATA DE NASCIMENTO 17/04/1992

OUTRO GERAL
CT. NASCIM. NR 11971 LV 9-15 FL 017
SART 3 OFICIO DIST. COM. POVO VERDE-SE
062.311.745-22



LEI Nº 3.710 DE 1960



RECEITA FEDERAL

CPF

CAMARÃO DE PESCARIA S/A

Nº 062.311.745-22

Nome: DENISON PAIVA RABELO DE SANTANA

Data de Nascimento: 17/04/1992



CAIXA

Invesprep Seguradora S/A

27 ABO. 2017

CNPJ: 42.366.302/0005-32

TÍTULOS DE NORDESTE MOTOS LTDA.		USAR DENTRO DE 90 DIAS DA DATA DE EMISSÃO		NF-e 000006709	
DATA DE EMISSÃO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR	DESTINATÁRIO	VALOR TOTAL NOTAS	Série	
		RECEBER: PAULO RABELO DE SANTANA	3.900,00		

IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE		DANFE		Código de Verificação	
NORDESTE MOTOS LTDA.		Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica		0 - ENTRADA 1 - SAÍDA	
PREFEITO DR. JOSE AIRTON DE ANDRADE		Nº 000006709		SÉRIE 1	
TOBIAS BARRETO - SE		FL 1/1		Protocolo de Autorização de Uso	
49300-000				328123008877041 24/10/12	
FAX: (79) 3541.2374				32.882.391/0002	

ATIVIDADE DE SERVIÇO		PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO	
405 - VENDA MOTO A VISTA NO ESTADO		328123008877041 24/10/12	
CNPJ 062.311.745-22		32.882.391/0002	

DESTINATÁRIO / REMETENTE		CNPJ / CPF		DATA DA EMISSÃO	
DENISON PAIXAO RABELO DE SANTANA		062.311.745-22		24/10/2012	
ENDEREÇO		COMPLEMENTO		DATA DE ENTRADA/SAÍDA	
CONJUNTO JOAO EMIDIO DOS SANTOS 51 - CASA		CASA		24/10/2012	
Cidade		UF		CEP	
POCO VERDE		SE		49490-000	

VALOR ORIGINAL		VALOR DESCONTO		VALOR LÍQUIDO	
3.900,00		0,00		3.900,00	

VALOR ORIGINAL		VALOR DESCONTO		VALOR LÍQUIDO	
3.900,00		0,00		3.900,00	

VALOR ORIGINAL		VALOR DESCONTO		VALOR LÍQUIDO	
3.900,00		0,00		3.900,00	

VALOR ORIGINAL		VALOR DESCONTO		VALOR LÍQUIDO	
3.900,00		0,00		3.900,00	

VALOR ORIGINAL		VALOR DESCONTO		VALOR LÍQUIDO	
3.900,00		0,00		3.900,00	

VALOR ORIGINAL		VALOR DESCONTO		VALOR LÍQUIDO	
3.900,00		0,00		3.900,00	

VALOR ORIGINAL		VALOR DESCONTO		VALOR LÍQUIDO	
3.900,00		0,00		3.900,00	

VALOR ORIGINAL		VALOR DESCONTO		VALOR LÍQUIDO	
3.900,00		0,00		3.900,00	

VALOR ORIGINAL		VALOR DESCONTO		VALOR LÍQUIDO	
3.900,00		0,00		3.900,00	

VALOR ORIGINAL		VALOR DESCONTO		VALOR LÍQUIDO	
3.900,00		0,00		3.900,00	

VALOR ORIGINAL		VALOR DESCONTO		VALOR LÍQUIDO	
3.900,00		0,00		3.900,00	

VALOR ORIGINAL		VALOR DESCONTO		VALOR LÍQUIDO	
3.900,00		0,00		3.900,00	

VALOR ORIGINAL		VALOR DESCONTO		VALOR LÍQUIDO	
3.900,00		0,00		3.900,00	

VALOR ORIGINAL		VALOR DESCONTO		VALOR LÍQUIDO	
3.900,00		0,00		3.900,00	

VALOR ORIGINAL		VALOR DESCONTO		VALOR LÍQUIDO	
3.900,00		0,00		3.900,00	

VALOR ORIGINAL		VALOR DESCONTO		VALOR LÍQUIDO	
3.900,00		0,00		3.900,00	

[Ir para conteúdo principal](#)



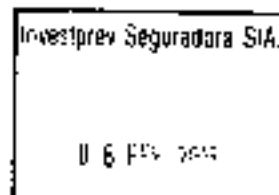
**Seguro
DPVAT**
Seguradora Líder



Seguro DPVAT, administrado pela Seguradora Líder-DPVAT **– Site Oficial –**

[Assista ao vídeo da Líder](#)

- [Home](#)
- [Conheça o DPVAT e a Seguradora Líder](#)
- [Imprensa](#)
- [Como dar entrada - Dicas importantes](#)
- [Pontos de Atendimento](#)



[Pague Seguro](#)

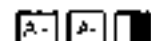
Consulta a pagamentos efetuados

[voltar](#)

Sua busca por chassi: 9C2HB0210CR035724 UF: SE CATEGORIA: 09*

Exercício	Valor Pago	Situação	Emissão 2º via
— 2012	R\$72,94	Quitado	
		Data Pagamento	Valor Pago
		25/10/2012	R\$72,94

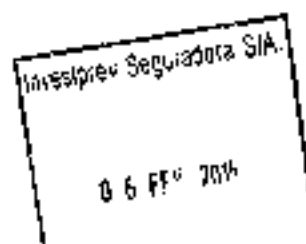
(*) Motocicleta



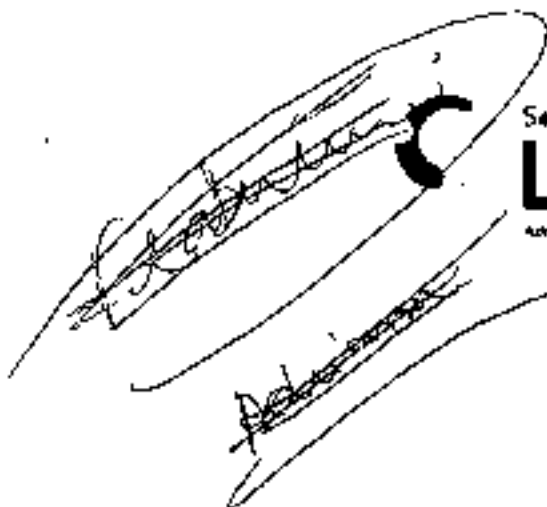
Peça a indenização

- [Como dar entrada - Dicas importantes](#)
- [Documentação despesas médicas](#)
- [Documentação invalidez permanente](#)
- [Documentação morte](#)
- [Onde entregar](#)

[Pague seguro](#)



Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A.
 Tel: 21 3861-4600 - www.seguradorelider.com.br
 Rua da Assembleia, 100 - 16º Andar - Edifício City Tower
 Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20011-000



Seguradora
LÍDER
 Autorizada pelo Seguro DPVAT

Rio de Janeiro, 02/06/2017.

DPVAT/SIN - 06782/2017

Para: Investprev Seguros e Previdência SA

A/C: Sr. Wilson Guilherme Resende

REF: Sinistro: 3150110944

Vítima: DENISON PAIXAO RABELO DE SANTANA

Acusamos o recebimento da documentação abaixo relacionada, as quais, estamos enviando a essa Seguradora/Reguladora para as providências necessárias devendo seguir o fluxo através do sistema SIS DPVAT.

Da vítima e do acidente

- ☒ (X) Boletim de Ocorrência Policial
- ☐ () Comprovação do Ato Declaratório
- ☐ () Declaração do Proprietário do Veículo
- ☐ () Documentos de identificação (RG, CNH, Cart. de Trabalho, Cert. de Casamento ou Nascimento)
- ☐ () CPF
- ☐ () Declaração de Residência
- ☐ () Comprovante de Residência
- ☐ () Documentação Médica
- ☐ () Carta solicitando reanálise
- ☐ () Laudo do IML
- ☐ () Declaração de ausência de Laudo do IML
- ☐ () Autorização de pagamento
- ☐ () Comprovante bancário
- ☐ () DUT
- ☐ () Outros

Atenciosamente

Cilene Stenback
 Gerente de Atendimento

P- 100/117024/2017-004
 C/C
 Anexo: encl. texto



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

POÇO VERDE DA COMARCA DE POÇO VERDE
Av. São José, Bairro Centro, Poço Verde/SE, CEP 49490000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201979000374

DATA:

10/04/2019

MOVIMENTO:

Conclusão

DESCRIÇÃO:

Nesta data faço o processo eletrônico concluso.

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

POÇO VERDE DA COMARCA DE POÇO VERDE
Av. São José, Bairro Centro, Poço Verde/SE, CEP 49490000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201979000374

DATA:

11/04/2019

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Juntada de Outras Petições realizada nesta data. {Movimento Gerado pelo Advogado: KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ - 2592}

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não

CARTA DE PREPOSIÇÃO

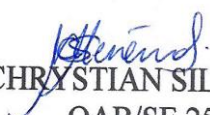
SEGURADORA LIDER S.A., empresa seguradora com sede à Rua Senador Dantas, 74 – Centro, Rio de Janeiro – RJ, inscrita no CNPJ sob o nº 09.248.608/0001-04, representada por Kelly Chrystian Silva Menéndez, brasileira, advogada, inscrita na OAB/SE sob o n 2.592, nomeia o seguinte preposto:

NOME: BERNADETE FÉLIX RIBEIRO

RG: 3.414.530-3 SSP/SE

para representá-la na condição de **PREPOSTO**, podendo comparecer a audiências, fazer acordos, fazer requerimentos e depoimentos, enfim, podendo praticar todos os atos necessários para o perfeito cumprimento da presente.

Aracaju, 21 de fevereiro de 2019.


KELLY CHRYSTIAN SILVA MENÉNDEZ
OAB/SE 2592



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

POÇO VERDE DA COMARCA DE POÇO VERDE
Av. São José, Bairro Centro, Poço Verde/SE, CEP 49490000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201979000374

DATA:

11/04/2019

MOVIMENTO:

Outras Informações

DESCRIÇÃO:

À secretaria para a juntada do termo de audiência.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário do Estado de Sergipe
Poço Verde**

Nº Processo 201979000374 - Número Único: 0000379-18.2019.8.25.0061

Autor: DENISON PAIXÃO RABELO DE SANTANA

Réu: SEGURADORA LIDER

Movimento: Outras Informações

À secretaria para a juntada do termo de audiência.



Documento assinado eletronicamente por **HENRIQUE GASPAR MELLO DE MENDONCA, Juiz(a) de Poço Verde**, em 11/04/2019, às 13:39:28, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2019000887835-15**.



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

POÇO VERDE DA COMARCA DE POÇO VERDE
Av. São José, Bairro Centro, Poço Verde/SE, CEP 49490000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201979000374

DATA:

11/04/2019

MOVIMENTO:

Audiência

DESCRIÇÃO:

Ação de Cobrança de Seguro DPVAT Processo nº 201979000374. Requerente Denison Paixão Rabelo de Santana. Requerida Seguradora Lider. TERMO DE AUDIÊNCIA Ao(s) 11 (onze) dia(s) do mês de abril do ano dois mil e dezenove (2019), às 11h01min, nesta Cidade de Poço Verde, Estado de Sergipe, na sala das Audiências do Juízo de Direito no Fórum local, onde presente se achava a belª. Thaysa Souza Santana. Declarada aberta a audiência de Conciliação e apregoadas as partes e respectivos advogados, ao pregão responderam: o Requerente, acompanhado do bel. Denisson Alves Curvelo OAB/SE 7.806, e a Requerida, representada neste ato por sua Preposta, Sra. Bernadete Félix Ribeiro, desacompanhada de advogado. Aberta a audiência, tentada a conciliação entre as partes, restou infrutífera. Em já tendo sido apresentada contestação nesta assentada, fica advertida a parte autora de que se inicia a contagem do prazo de 15 (quinze) dias para manifestação, conforme despacho de 28/02/2019. Presentes intimados. Nada mais havendo, deu-se por encerrado o presente termo que segue assinado pelos presentes. Thaysa Souza Santana Conciliadora Denisson Alves Curvelo Advogado Denison Paixão Rabelo de Santana Requerente Bernadete Félix Ribeiro Preposta da Requerida

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



PODER JUDICIÁRIO
DO ESTADO DE SERGIPE
JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE POÇO VERDE


Ação de Cobrança de Seguro DPVAT – Processo nº 201979000374.

Requerente – Denison Paixão Rabelo de Santana.

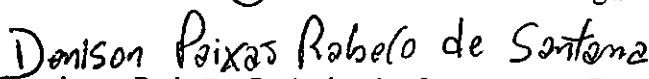
Requerida – Seguradora Lider.

TERMO DE AUDIÊNCIA

Ao(s) **11 (onze)** dia(s) do mês de **abril** do ano dois mil e dezenove (2019), às **11h01min**, nesta Cidade de Poço Verde, Estado de Sergipe, na sala das Audiências do Juízo de Direito no Fórum local, onde presente se achava a bel^a. **Thaysa Souza Santana**. Declarada aberta a audiência de **Conciliação** e apregoadas as partes e respectivos advogados, ao pregão responderam: o Requerente, acompanhado do bel. **Denisson Alves Curvelo – OAB/SE 7.806**, e a Requerida, representada neste ato por sua Preposta, Sra. **Bernadete Félix Ribeiro**, desacompanhada de advogado. Aberta a audiência, tentada a conciliação entre as partes, restou infrutífera. Em já tendo sido apresentada contestação nesta assentada, fica advertida a parte autora de que se inicia a contagem do prazo de 15 (quinze) dias para manifestação, conforme despacho de 28/02/2019. Presentes intimados. Nada mais havendo, deu-se por encerrado o presente termo que segue assinado pelos presentes.


Thaysa Souza Santana
Conciliadora


Denisson Alves Curvelo – Advogado


Denison Paixão Rabelo de Santana – Requerente


Bernadete Félix Ribeiro – Preposta da Requerida



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

POÇO VERDE DA COMARCA DE POÇO VERDE
Av. São José, Bairro Centro, Poço Verde/SE, CEP 49490000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201979000374

DATA:

24/04/2019

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Aguardando o decurso do prazo para manifestação da parte autora.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

POÇO VERDE DA COMARCA DE POÇO VERDE
Av. São José, Bairro Centro, Poço Verde/SE, CEP 49490000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201979000374

DATA:

07/05/2019

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Juntada de Réplica à Contestação realizada nesta data. {Movimento Gerado pelo Advogado: DENISSON ALVES
CURVELO - 7806}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não

EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE POÇO VERDE – ESTADO DE SERGIPE.

AUTOS: 201979000374

ASSUNTO: Ação de cobrança de seguro DPVAT

DENISON PAIXÃO RABELO DE SANTANA, por seu advogado infrafirmado, apresenta RÉPLICA à contestação produzida pela SEGURADORA LÍDER S/A, sob os fundamentos fáticos e jurídicos a seguir expostos.

DA PRESCRIÇÃO E DA CIÊNCIA INEQUÍVOCA

Em sua defesa juntada aos autos a Requerida alegou que o direito do Requerente encontra-se prescrito, sob o argumento de que o prazo máximo para requerer o seguro DPVAT judicialmente era o dia 25/03/2018, tomando por base o período da suposta decisão administrativa que lhe negou a concessão do seguro.

Ocorre que, na verdade, até o presente momento, não houve uma decisão.

Observe, Excelência, à pagina 15 dos presentes autos, que a resposta da Requerida ao Autor é a seguinte:

Prezado(a) Senhor(a),

Recebemos em 22/08/2017 a documentação relativa ao acidente ocorrido em 11/08/2014. Realizada a análise preliminar, constatamos a necessidade de regularização ou complementação da documentação e/ou informações, conforme descrevemos a seguir:

*- Autorização de pagamento **não conclusivo***

Como se vê, não houve uma decisão que encerrasse a relação administrativa entre as partes. Foi justamente essa omissão em lhe proporcionar o que estava pendente que motivou o Autor a procurar o Poder Judiciário para ter o seu direito reconhecido.

Logo, considerando a inexistência da ciência inequívoca da decisão do segurado, conforme explicita a própria Requerida, não merecem acolhimento os referidos argumentos, uma vez que não possuem fundamento legal.

DA VALIDADE DO REGISTRO DA OCORRÊNCIA

Nota-se neste ponto uma preocupação da Requerida em desmerecer o valor do Boletim de Ocorrência prestado pelo Autor, bem como do papel da equipe da autoridade policial que lhe atendera.

Em princípio, o que pode ser questionado com certo sentido é a demora para o seu registro, feito alguns meses depois do fato... Mas, é importante lembrar, que nem todo cidadão brasileiro conta com um nível de instrução que lhe permita saber sobre seus direitos. O Requerente, até o momento do seu acidente, era um simples agricultor, incapaz de conhecer ou buscar informações sobre os procedimentos para o recebimento do seguro ora discutido, sobretudo, por estar em cima de uma cama, visando apenas se recuperar.

Em razão disso, após melhorar do seu estado de saúde, procurou se informar sobre o que poderia fazer para viabilizar o seguro, então se dirigindo à Delegacia desta Cidade para registrar, ainda que tardiamente, o sinistro que lhe causou invalidez.

Assim, considerando os princípios da boa-fé e da presunção de veracidade dos atos administrativos, não merece acolhimento a alegação da invalidez do registro da ocorrência ora questionada.

DA AUSÊNCIA DE LAUDO DE INSTITUTO MÉDICO LEGAL

A parte requerida usa como instrumento de defesa o argumento de que o Autor não juntou Laudo do Instituto Médico Legal atestando o nível de sua invalidez em decorrência do sinistro.

Ocorre que, utilizar-se de tal argumento é querer cercear o direito do Autor, uma vez que existem outros meios de prova capazes de identificar o grau de sua lesão, a exemplo do laudo juntado aos autos, por sua vez, feito por um perito igualmente público.

O que se nota, na verdade, é a tentativa da seguradora requerida se eximir de reconhecer sua falha e o direito do Autor, uma vez que o Laudo por este juntado é claro ao identificar a gravidade do seu quadro físico. Senão, vejamos:

(...) PELO EXAME CLÍNICO PERICIAL, OBSERVO RIGIDEZ DO QUADRIL ESQUERDO/CLAUDICAÇÃO/ PÉ CAÍDO ESQUERDO. DESTA FORMA, HÁ UMA INCAPACIDADE FÍSICA PERMANENTE PARA O TRABALHO, JÁ QUE HÁ UM PREJUÍZO DEFINITIVO FUNCIONAL EM QUADRIL E EM PÉ ESQUERDO. A PERSPECTIVA DE MARCHA PATOLÓGICA É DEFINITIVA, SEM MELHORA.

Não há dúvida quanto ao estado clínico do Autor. Por isso, alegar que a falta de um documento semelhante inviabiliza o seu direito é querer retardar uma possível obrigação de pagar.

Assim, entende-se não merecer acolhimento tal instrumento de defesa. Não eliminando, porém, caso Vossa Excelência entenda necessário, a realização de uma nova perícia.

DA AUSÊNCIA DE COBERTURA

Em sua peça contestatória a seguradora requerida alega que o Autor não preenche os requisitos necessários para ser indenizado em razão da mora do pagamento do Seguro DPVAT, não havendo, pois, o que se cogitar da cobertura securitária para o seu caso, mesmo sendo proprietário do veículo automotor envolvido no sinistro.

Trata-se, nitidamente, de mais um argumento protelatório da Seguradora.

É pacífico na jurisprudência pátria o entendimento de que a seguradora não pode recusar indenização do DPVAT por inadimplência.

O fato de o proprietário de veículo estar inadimplente com o referido seguro não é motivo para que a seguradora conveniada deixe de fazer o pagamento da indenização.

A própria Súmula 257 do Superior Tribunal de Justiça, mencionada pela Requerida, a qual garante o recebimento do seguro a terceiros vítimas de sinistro causado por proprietário de veículo inadimplente, não faz qualquer menção à hipótese de impossibilidade de pagamento de indenização ao proprietário do veículo que se encontrava inadimplente com o pagamento do seguro DPVAT.

Logo, é inviável o acolhimento da tese sustentada pela Seguradora ora requerida, sendo devido o pagamento da indenização do DPVAT ao Autor, independente da situação de recolhimento do prêmio, na qualidade de proprietário de veículo envolvido no acidente.¹

Com efeito, reconhecer judicialmente o direito do Autor ao recebimento da indenização ora pleiteada é proporcionar justiça a quem merece, já que pela via administrativa essa pretensão lhe fora negada.

É o que se roga de Vossa Excelência.

Poço Verde, 06 de maio de 2019.

DENISSON ALVES CURVELO

Advogado – OAB-SE 7.806

¹ Esse foi o entendimento da 1ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de Mato Grosso ao negar apelação de seguradora contra sentença que a condenou a fazer o pagamento de seguro no julgamento da Apelação Cível 0017600-26.2015.8.11.0002.



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

POÇO VERDE DA COMARCA DE POÇO VERDE
Av. São José, Bairro Centro, Poço Verde/SE, CEP 49490000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201979000374

DATA:

08/05/2019

MOVIMENTO:

Conclusão

DESCRIÇÃO:

Nesta data faço o processo eletrônico concluso.

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

POÇO VERDE DA COMARCA DE POÇO VERDE
Av. São José, Bairro Centro, Poço Verde/SE, CEP 49490000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201979000374

DATA:

24/06/2019

MOVIMENTO:

Despacho

DESCRIÇÃO:

Atento ao princípio da cooperação, antevisto no art. 6º do CPC, previamente ao saneamento e organização do feito, bem como à incursão à fase instrutória do processo, intimem-se as partes para informar se há interesse na produção de provas, especificando-as, fundamentadamente, no prazo de 15 (quinze) dias. Após, conclusos.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



**Poder Judiciário do Estado de Sergipe
Poço Verde**

Nº Processo 201979000374 - Número Único: 0000379-18.2019.8.25.0061

Autor: DENISON PAIXÃO RABELO DE SANTANA

Réu: SEGURADORA LIDER

Movimento: Despacho >> Mero Expediente

Atento ao princípio da cooperação, antevisto no art. 6º do CPC, previamente ao saneamento e organização do feito, bem como à incursão à fase instrutória do processo, intimem-se as partes para informar se há interesse na produção de provas, especificando-as, fundamentadamente, no prazo de 15 (quinze) dias.

Após, conclusos.



Documento assinado eletronicamente por **ALINE REIS FONSECA SOARES, Juiz(a) de Poço Verde**, em 24/06/2019, às 10:02:23, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2019001553948-04**.



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

POÇO VERDE DA COMARCA DE POÇO VERDE
Av. São José, Bairro Centro, Poço Verde/SE, CEP 49490000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201979000374

DATA:

01/07/2019

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Juntada de Outras Petições realizada nesta data. {Movimento Gerado pelo Advogado: KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ - 2592}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE POÇO VERDE/SE

Processo: 201979000374

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **DENISON PAIXAO RABELO DE SANTANA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., em cumprimento ao despacho de fls. manifestar-se nos seguintes moldes:

A parte autora alega ser vítima de acidente de trânsito, encontrando-se supostamente inválido, razão pela qual, ajuizou a presente demanda com o fito de compelir a Ré ao pagamento do Seguro Obrigatório DPVAT no valor que entende devido.

Certo é, que todos os casos de indenização por invalidez, deverão passar por rigorosa perícia médica, para que seja verificado o GRAU de debilidade do segmento corporal afetado, em absoluta consonância com a Tabela disposta na Lei 11.945/2009, que estipula o percentual máximo para cada membro afetado, respeitando, ainda, o verbete sumular nº 474, do Superior Tribunal de Justiça.

Evidente, pois, que inexistente qualquer direito de indenização total ao autor, mormente por não haver prova pericial neste sentido, sendo incabível qualquer indenização integral, devendo ser respeitada a proporcionalidade do grau de invalidez suportado pela parte autora.

Dessa forma, **REQUERER A REALIZAÇÃO DE PROVA PERICIAL TÉCNICA**, com a determinação de pagamento de honorários periciais conforme o Termo de Convênio de Cooperação Institucional nº 01/2013, firmado entre este Egrégio Tribunal e a Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT.

Assim, após a realização da perícia judicial, requer a intimação da Ré para realização do pagamento dos honorários periciais no valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) em até 15 (quinze) dias.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

POÇO VERDE, 28 de junho de 2019.

JOÃO BARBOSA
OAB/SE 780-A

KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ
2592 - OAB/SE



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

POÇO VERDE DA COMARCA DE POÇO VERDE
Av. São José, Bairro Centro, Poço Verde/SE, CEP 49490000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201979000374

DATA:

16/07/2019

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Juntada de Outras Petições realizada nesta data. {Movimento Gerado pelo Advogado: DENISSON ALVES
CURVELO - 7806}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não

EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE POÇO VERDE – ESTADO DE SERGIPE.

AUTOS: 201979000374

ASSUNTO: Ação de cobrança de seguro DPVAT

DENISON PAIXÃO RABELO DE SANTANA, por seu advogado infrafirmado, em atenção ao Despacho proferido nos autos, informa não ter interesse na produção de prova oral nem pericial, tendo em vista a robustez probatória juntada, sobretudo, de Laudo Pericial feito por perito público a época do sinistro, conforme folhas 16/19. De todo modo, coloca-se a disposição deste Juízo para colaborar com o feito no que for necessário.

Poço Verde, 15 de julho de 2019.

DENISSON ALVES CURVELO

Advogado – OAB-SE 7.806



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

POÇO VERDE DA COMARCA DE POÇO VERDE
Av. São José, Bairro Centro, Poço Verde/SE, CEP 49490000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201979000374

DATA:

16/07/2019

MOVIMENTO:

Conclusão

DESCRIÇÃO:

Tendo em vista a manifestação das partes, faço os autos conclusos.

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

POÇO VERDE DA COMARCA DE POÇO VERDE
Av. São José, Bairro Centro, Poço Verde/SE, CEP 49490000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201979000374

DATA:

31/08/2019

MOVIMENTO:

Despacho

DESCRIÇÃO:

...POSTO ISSO, declaro saneado o feito e DETERMINO a produção da prova pericial, nos seguintes termos: 1. Seja agendada pela Secretaria, via SPCV, perícia médica, na especialidade ortopedia, em observância a Termo de Cooperação firmado entre o TJ/SE e a Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT, fixando os honorários periciais no valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais); 2. Contate a Secretaria o (a) referido(a) expert, por meio do telefone e/ou endereço disponibilizado no SCPV, para informar, no prazo de cinco dias, se aceita o múnus, cientificando-o(a) de que, em caso positivo, deverá apresentar, no prazo acima, currículo com comprovação de especialização, contatos profissionais, e em especial o endereço eletrônico, para onde serão dirigidas as intimações pessoais; 3. Intimem-se as partes para que, no prazo de 15 dias, caso ainda não tenham feito, arguam o impedimento ou a suspeição do perito, se for o caso, indiquem assistente técnico ou apresentem quesitos; 4. Com a aceitação do múnus, intime-se a Seguradora DPVAT para depositar os honorários no prazo de 10 dias; 5. Destaco como questões relevantes para apreciação do perito, sem prejuízo da necessidade de responder aos quesitos apresentados pelas partes, as seguintes: a) O acidente automobilístico sofrido pela parte autora ocasionou invalidez permanente? b) As lesões diretamente decorrentes do acidente são suscetíveis de amenização por alguma medida terapêutica? c) Em caso de resposta positiva ao primeiro quesito, a invalidez permanente foi total ou parcial? d) Se parcial, a invalidez foi completa ou incompleta? e) Caso a invalidez permanente tenha sido parcial e completa, a perda anatômica ou funcional pode ser enquadrada em qual dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela constante no anexo da Lei nº 6.194/74? f) Caso a invalidez permanente tenha sido parcial e incompleta, a perda anatômica ou funcional pode ser enquadrada em qual dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela constante no anexo da Lei nº 6.194/74? E as perdas podem ser consideradas de repercussão intensa, média, leve ou é o caso de ocorrência de sequelas residuais? 6. Após o recebimento do resultado do laudo, intimem-se as partes para manifestação em 5 (cinco) dias. 7. Havendo pedido de esclarecimentos, intime-se a Sr(a). Perito(a) para prestá-los. 8. Com os esclarecimentos, intimem-se as partes. 9. Transcorrido o prazo retro sem discordância, substituo os debates orais por alegações escritas na forma de memoriais. Intimem-se às partes para apresentarem alegações finais escritas no prazo de 30 (trinta) dias, os 15 primeiros para o autor e o restante para o requerido. 10. Atente o técnico(a) responsável pela numeração para a necessidade do cumprimento integral das diligências acima, certificando sobre todos os atos praticados, isso fim de evitar conclusões desnecessárias. Cumpridas todas as diligências, o que deverá ser certificado, conclusos para sentença. Providências de praxe.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria
p. 148

PUBLICAÇÃO:

Sim



**Poder Judiciário do Estado de Sergipe
Poço Verde**

Nº Processo 201979000374 - Número Único: 0000379-18.2019.8.25.0061

Autor: DENISON PAIXÃO RABELO DE SANTANA

Réu: SEGURADORA LIDER

Movimento: Despacho >> Mero Expediente

Trata-se de ação em curso pelo rito ordinário, promovida por Denison Paixão Rabelo de Santana em face de Seguradora Líder S/A, por meio da qual requer seja reconhecida a responsabilização pelo pagamento de seguro DPVAT, além dos consectários legais.

Juntou os documentos de pp.08/20.

Foi deferida a gratuidade da justiça ao autor, p. 23.

Defesa com documentos às pp. 32/126.

Audiência de tentativa de conciliação à p. 133.

Réplica às pp. 136/139.

Com base no princípio da cooperação, as partes foram intimadas acerca de eventual antecipação de julgamento, manifestando a ré pela produção de prova pericial e o autor pela antecipação da resolução do mérito.

É a síntese. Não sendo caso de julgamento antecipado ou de extinção sem julgamento do mérito, **passo a SANEAR E ORGANIZAR O PROCESSO.**

Pois bem. Arguida questão prejudicial, examino-a e a indefiro. Na hipótese, não houve negativa administrativa expressa, como se nota do documento de p. 15, permanecendo suspenso o prazo prescricional, nos termos do enunciado 229 da Súmula do STJ.

Fixo como pontos sobre os quais deverá recair a atividade probatória os seguintes FATOS: a) a ocorrência de invalidez permanente decorrente do acidente sofrido pelo autor. b) o grau/extensão das lesões sofridas.

Delimito como QUESTÕES DE DIREITO relevantes para decisão de mérito: 1) o (in)correto enquadramento da lesão sofrida nos parâmetros legais; 2) a fixação da indenização de acordo com os parâmetros legais.

Para comprovação dos fatos acima mencionados, admito, incluindo aquelas já produzidas, a prova documental, nos termos dos arts. 434 ss do CPC, e a prova pericial, conforme pleiteado parte ré. Rejeito o requerimento do autor quanto à desnecessidade de perícia médica, uma vez que no presente caso é preciso determinar a existência de lesão, estabelecer o nexo de causalidade e quantificá-la.

Mantenho a distribuição do ônus da prova nos termos do art. 373 do CPC, por não vislumbrar a impossibilidade ou excessiva dificuldade das partes para cumprirem os encargos probatórios que lhes são próprios.

POSTO ISSO, declaro saneado o feito e **DETERMINO** a produção da prova pericial, nos seguintes termos:

1. Seja agendada pela Secretaria, via SPCV, perícia médica, na especialidade ortopedia, em observância a Termo de Cooperação firmado entre o TJ/SE e a Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT, fixando os honorários periciais no valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais); **2.** Contate a Secretaria o (a) referido(a) expert, por meio do telefone e/ou endereço disponibilizado no SCPV, para informar, no prazo de cinco dias, se aceita o múnus, cientificando-o(a) de que, em caso positivo, deverá apresentar, no prazo acima, currículo com comprovação de especialização, contatos profissionais, e em especial o endereço eletrônico, para onde serão dirigidas as intimações pessoais; **3.** Intimem-se as partes para que, no prazo de 15 dias, caso ainda não tenham feito, arguam o impedimento ou a suspeição do perito, se for o caso, indiquem assistente técnico ou apresentem quesitos; **4.** Com a aceitação do múnus, intime-se a Seguradora DPVAT para depositar os honorários no prazo de 10 dias; **5.** Destaco como questões relevantes para apreciação do perito, sem prejuízo da necessidade de responder aos quesitos apresentados pelas partes, as seguintes: **a)** O acidente automobilístico sofrido pela parte autora ocasionou invalidez permanente? **b)** As lesões diretamente decorrentes do acidente são suscetíveis de amenização por alguma medida terapêutica? **c)** Em caso de resposta positiva ao primeiro quesito, a invalidez permanente foi total ou parcial? **d)** Se parcial, a invalidez foi completa ou incompleta? **e)** Caso a invalidez permanente tenha sido parcial e completa, a perda anatômica ou funcional pode ser enquadrada em qual dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela constante no anexo da Lei nº 6.194/74? **f)** Caso a invalidez permanente tenha sido parcial e incompleta, a perda anatômica ou funcional pode ser enquadrada em qual dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela constante no anexo da Lei nº 6.194/74? E as perdas podem ser consideradas de repercussão intensa, média, leve ou é o caso de ocorrência de sequelas residuais? **6.** Após o recebimento do resultado do laudo, intimem-se as partes para manifestação em 5 (cinco) dias. **7.** Havendo pedido de esclarecimentos, intime-se a Sr(a). Perito(a) para prestá-los. **8.** Com os esclarecimentos, intimem-se as partes. **9.** Transcorrido o prazo retro sem discordância, substituo os debates orais por alegações escritas na forma de memoriais. Intimem-se às partes para apresentarem alegações finais escritas no prazo de 30 (trinta) dias, os 15 primeiros para o autor e o restante para o requerido. **10.** Atente o técnico(a) responsável pela numeração para a necessidade do cumprimento integral das diligências acima, certificando sobre todos os atos praticados, isso fim de evitar conclusões desnecessárias.

Cumpridas todas as diligências, o que deverá ser certificado, conclusos para sentença. Providências de praxe.



Documento assinado eletronicamente por **RICARDO SANTANA, Juiz(a) de Poço Verde**, em 31/08/2019, às 18:46:38, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2019002219000-84**.



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

POÇO VERDE DA COMARCA DE POÇO VERDE
Av. São José, Bairro Centro, Poço Verde/SE, CEP 49490000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201979000374

DATA:

02/09/2019

MOVIMENTO:

Outras Informações

DESCRIÇÃO:

Perícia agendada para o dia 21/10/2019 de 07:00 às 10:00 hs para o Perito Leandro Koiti Tomiyoshi - DPVAT.
Endereço: Avenida Tancredo Neves, s/n Fórum Gumersindo Bessa - Setor de Perícias, Capucho, Aracaju-SE.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

POÇO VERDE DA COMARCA DE POÇO VERDE
Av. São José, Bairro Centro, Poço Verde/SE, CEP 49490000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201979000374

DATA:

02/09/2019

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

AGUARDA-SE MANIFESTAÇÃO INTERESSE PERITO EXTERNO.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

POÇO VERDE DA COMARCA DE POÇO VERDE
Av. São José, Bairro Centro, Poço Verde/SE, CEP 49490000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201979000374

DATA:

17/09/2019

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Depósito Judicial nº 190906094247713 do BANESE referente a Pagamento do Débito, ocorrido em 13/09/2019, realizado por SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA.

{Movimento automático gerado pelo Sistema de Gestão de Depósito Judicial}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não

Informações do depósito da conta judicial: 40288017268 - Parcela: 1

Banco - BANESE

CPF/CNPJ do depositante	09.248.608/0001-04
Nome do depositante	SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA
ID da guia	1022867
Origem	Interligação
Data do depósito	13/09/2019
Forma de recolhimento	DINHEIRO
Valor do depósito	200,00



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

POÇO VERDE DA COMARCA DE POÇO VERDE
Av. São José, Bairro Centro, Poço Verde/SE, CEP 49490000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201979000374

DATA:

18/09/2019

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

AGUARDA-SE REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

POÇO VERDE DA COMARCA DE POÇO VERDE
Av. São José, Bairro Centro, Poço Verde/SE, CEP 49490000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201979000374

DATA:

23/09/2019

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Juntada de Outras Petições realizada nesta data. {Movimento Gerado pelo Advogado: KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ - 2592}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE POCO VERDE/SE

Processo: 201979000374

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **DENISON PAIXAO RABELO DE SANTANA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., requerer que seja determinada a juntada do **RECIBO DE PAGAMENTO** em anexo, com fito de **comprovar o pagamento dos honorários do perito nomeado pelo Juízo**.

Termo em que,
Pede Juntada.

POCO VERDE, 19 de setembro de 2019.

JOÃO BARBOSA
OAB/SE 780-A

KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ
2592 - OAB/SE

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE
GUIA DE DEPÓSITO JUDICIAL VIA BOLETO DE COBRANÇA

A guia de depósito poderá ser paga em toda rede bancária utilizando-se o boleto bancário abaixo

Processo nº.....: 201979000374

CEDENTE: BANCO DO ESTADO DE SERGIPE

Nome do cliente SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA	Data de Vencimento 26/09/2019	Valor Cobrado R\$ 200,00
Agência / Código do Cedente 015/909000016	Nosso Número 01022867-3	Autenticação Mecânica

 **Banese** **047-7** **04791.59097 00001.601020 28673.047362 1 80240000020000**

Local de Pagamento PAGÁVEL PREFERENCIALMENTE NA REDE BANESE					Vencimento 26/09/2019
Beneficiário BANCO DO ESTADO DE SERGIPE					Agência/Cod Beneficiário 015/909000016
Data do Documento 06/09/2019	Nº do Documento	Espécie Doc.	Aceite	Data do Processamento 06/09/2019	Nosso Número 01022867-3
Uso Banco	Carteira CS	Moeda R\$	Quantidade	Valor	(=) Valor do Documento R\$ 200,00
Instruções - Documento referente a DEPOSITO JUDICIAL ; - Não cobrar Multas juros ou qualquer tipo de encargo; - Não receber após o vencimento.					(-) Desconto/abatimento
					(-) Outras deduções
					(+) Mora/Multa
					(+) Outros Acréscimos
					(=) Valor Cobrado
Pagador: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA Cpf/Cnpj: 09.248.608/0001-04					
SACADOR/AVALISTA					



Autenticação mecânica/FICHA DE COMPENSAÇÃO

			Nº DA CONTA JUDICIAL
			0
Nº DA PARCELA	DATA DO DEPÓSITO	AGÊNCIA (PREF / DV)	TIPO DE JUSTIÇA
	12/09/2019	0	ESTADUAL
DATA DA GUIA	Nº DA GUIA	Nº DO PROCESSO	
12/09/2019	2580435	00003791820198250061	
UF/COMARCA	ORGÃO/VARA	DEPOSITANTE	VALOR DO DEPÓSITO (R\$)
SE	Vara Cível	RÉU	200,00
NOME DO RÉU/IMPETRADO		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ
SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A		Jurídica	09248608000104
NOME DO AUTOR / IMPETRANTE		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ
DENISON PAIXAO RABELO DE SANTANA		FISÍCA	06231174522
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA			
D7AC81648754488C			
CÓDIGO DE BARRAS			
04791.59097 00001.601020 28673.047362 1 80240000020000			



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

POÇO VERDE DA COMARCA DE POÇO VERDE
Av. São José, Bairro Centro, Poço Verde/SE, CEP 49490000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201979000374

DATA:

23/10/2019

MOVIMENTO:

Outras Informações

DESCRIÇÃO:

'Perícia não Realizada. Requerente não compareceu a perícia agendada.{Mov. Gerado pelo Módulo de Perícia}'

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

POÇO VERDE DA COMARCA DE POÇO VERDE
Av. São José, Bairro Centro, Poço Verde/SE, CEP 49490000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201979000374

DATA:

14/11/2019

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

AGUARDA-SE DISPONIBILIDADE DE DATAS PARA AGENDAMENTO DA PERÍCIA.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

POÇO VERDE DA COMARCA DE POÇO VERDE
Av. São José, Bairro Centro, Poço Verde/SE, CEP 49490000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201979000374

DATA:

30/01/2020

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

AGUARDA-SE DISPONIBILIDADE DE DATAS PARA AGENDAMENTO DA PERÍCIA.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

POÇO VERDE DA COMARCA DE POÇO VERDE
Av. São José, Bairro Centro, Poço Verde/SE, CEP 49490000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201979000374

DATA:

10/02/2020

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

AGUARDA-SE DISPONIBILIDADE DE DATAS PARA AGENDAMENTO DA PERÍCIA.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

POÇO VERDE DA COMARCA DE POÇO VERDE
Av. São José, Bairro Centro, Poço Verde/SE, CEP 49490000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201979000374

DATA:

23/03/2020

MOVIMENTO:

Outras Informações

DESCRIÇÃO:

Perícia da especialidade Ortopedia solicitada via Sistema de Agendamento de Perícias Judiciais, para manifestação de interesse do perito.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

POÇO VERDE DA COMARCA DE POÇO VERDE
Av. São José, Bairro Centro, Poço Verde/SE, CEP 49490000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201979000374

DATA:

23/03/2020

MOVIMENTO:

Ato Ordinatório

DESCRIÇÃO:

Aguardar manifestação de interesse do perito.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

POÇO VERDE DA COMARCA DE POÇO VERDE
Av. São José, Bairro Centro, Poço Verde/SE, CEP 49490000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201979000374

DATA:

30/03/2020

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Cancelamento da solicitação de perícia, de sequência 2, da especialidade Ortopedia. Motivo: A solicitação foi rejeitada pelo(a) perito(a). Justificativa: Excelentíssimo juiz (a): Devido a complexidade da perícia- que envolve ler autos, examinar o periciado, ver todos exames do periciado, confeccionar laudo e responder quesitações, além de possíveis esclarecimentos complementares - sugiro adequação dos honorários de ao menos do teto máximo (R\$626,49). Lembrando que deste valor me sera tributado 27,5% de Imposto de Renda

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

POÇO VERDE DA COMARCA DE POÇO VERDE
Av. São José, Bairro Centro, Poço Verde/SE, CEP 49490000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201979000374

DATA:

30/03/2020

MOVIMENTO:

Conclusão

DESCRIÇÃO:

Tendo em vista a juntada do perito retro, faço conclusivo para deliberação

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

POÇO VERDE DA COMARCA DE POÇO VERDE
Av. São José, Bairro Centro, Poço Verde/SE, CEP 49490000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201979000374

DATA:

04/04/2020

MOVIMENTO:

Despacho

DESCRIÇÃO:

Considerando a manifestação do perito à fl.167 e, consoante ressaltado na decisão de 31.08.2019, o convênio nº 21/2018, firmado entre a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT e o TJSE, estipulou que os honorários periciais devem ser valorados na quantia fixa de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), determino que oficie-se à Coordenadoria de Perícias Judiciais do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe para que proceda à marcação da perícia designada por este juízo na decisão de fls.150/151. Esclareço que, em razão da Portaria 16/2020-GP1-Normativa, a qual estabeleceu o regime diferenciado de trabalho remoto integral para os servidores das unidades jurisdicionais, de 1º e 2º Graus, e administrativas do Poder Judiciário do Estado de Sergipe, da capital e do interior até o dia 30.04.2020, suspendendo as audiências, bem como vedando a expedição de mandados enquanto perdurar a suspensão dos prazos judiciais, por medida de prevenção ao risco de contágio pelo coronavírus (COVID-19), determino que se aguarde em secretaria, a fim de evitar reiterados adiamentos e diligências infrutíferas, até a cessação da situação excepcional. Finalizada, cumpra-se em sua integralidade.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



**Poder Judiciário do Estado de Sergipe
Poço Verde**

Nº Processo 201979000374 - Número Único: 0000379-18.2019.8.25.0061

Autor: DENISON PAIXÃO RABELO DE SANTANA

Réu: SEGURADORA LIDER

Movimento: Despacho >> Mero Expediente

Considerando a manifestação do perito à fl.167 e, consoante ressaltado na decisão de 31.08.2019, o convênio nº 21/2018, firmado entre a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT e o TJSE, estipulou que os honorários periciais devem ser valorados na quantia fixa de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), determino que oficie-se à Coordenadoria de Perícias Judiciais do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe para que proceda à marcação da perícia designada por este juízo na decisão de fls.150/151.

Esclareço que, em razão da Portaria 16/2020-GP1-Normativa, a qual estabeleceu o regime diferenciado de trabalho remoto integral para os servidores das unidades jurisdicionais, de 1º e 2º Graus, e administrativas do Poder Judiciário do Estado de Sergipe, da capital e do interior até o dia 30.04.2020, suspendendo as audiências, bem como vedando a expedição de mandados enquanto perdurar a suspensão dos prazos judiciais, por medida de prevenção ao risco de contágio pelo coronavírus (COVID-19), determino que se aguarde em secretaria, a fim de evitar reiterados adiamentos e diligências infrutíferas, até a cessação da situação excepcional. Finalizada, cumpra-se em sua integralidade.



Documento assinado eletronicamente por **RICARDO SANTANA, Juiz(a) de Poço Verde**, em 04/04/2020, às 11:52:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2020000714613-33**.



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

POÇO VERDE DA COMARCA DE POÇO VERDE
Av. São José, Bairro Centro, Poço Verde/SE, CEP 49490000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201979000374

DATA:

06/04/2020

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Certifico que expedi ofício, via malote digital, à Gerencia de Perícias, aguardando agendamento.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

POÇO VERDE DA COMARCA DE POÇO VERDE
Av. São José, Bairro Centro, Poço Verde/SE, CEP 49490000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201979000374

DATA:

06/04/2020

MOVIMENTO:

Expedição de Documento

DESCRIÇÃO:

Mandado de número 202079001237 do tipo OFÍCIO DE (assinante escrivão) [TM3000,MD2026]

{Destinatário(a): Gerência de Perícia}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE
Poço Verde
Av. São José, S/N
Bairro - Centro Cidade - Poço Verde
Cep - 49490-000 Telefone - (79)3549-1301

Normal



202079001237

PROCESSO: 201979000374 (Eletrônico)
NÚMERO ÚNICO: 0000379-18.2019.8.25.0061
NATUREZA: Procedimento Comum Cível
REQUERENTE: DENISON PAIXÃO RABELO DE SANTANA
REQUERIDO: SEGURADORA LIDER

Prezado(a) Senhor(a),

Através do presente, () DETERMINO ou () SOLICITO que seja cumprida a finalidade abaixo transcrita:

Finalidade: Considerando a manifestação do perito à fl.167 e, consoante ressaltado na decisão de 31.08.2019, o convênio nº 21/2018, firmado entre a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT e o TJSE, estipulou que os honorários periciais devem ser valorados na quantia fixa de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), determino que oficie-se à Coordenadoria de Perícias Judiciais do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe para que proceda à marcação da perícia designada por este juízo na decisão de fls.150/151.

Na resposta ao presente, favor mencionar o número deste processo.

Atenciosamente,

D e s t i n a t á r i o

Nome: Gerência de Perícia
Endereço: Av. Pres. Tancredo Neves, S/N
Bairro: Capucho
Cidade: Aracaju - SE
CEP: 49080901

[TM3000, MD2026]



Documento assinado eletronicamente por **SANDRA REGINA LOPES VILAR, Escrivão/Chefe de Secretaria/Secretário/Subsecretário de Poço Verde**, em 06/04/2020, às 10:42:16, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2020000718590-70**.



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

POÇO VERDE DA COMARCA DE POÇO VERDE
Av. São José, Bairro Centro, Poço Verde/SE, CEP 49490000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201979000374

DATA:

08/04/2020

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Comprovante de envio de Malote
 Juntada de Outros Documentos
Comprovante de envio de Malote

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não

*Poder Judiciário***Malote Digital****Impresso em:** 08/04/2020 às 08:51**RECIBO DE DOCUMENTO ENVIADO E NÃO LIDO****Código de rastreabilidade:** 82620201331936**Documento:** 201979000374.pdf**Remetente:** Poço Verde (SANDRA REGINA LOPES VILAR)**Destinatário:** Coordenadoria de Perícias Judiciais (TJSE)**Data de Envio:** 08/04/2020 08:50:36**Assunto:****Imprimir**



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

POÇO VERDE DA COMARCA DE POÇO VERDE
Av. São José, Bairro Centro, Poço Verde/SE, CEP 49490000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201979000374

DATA:

16/04/2020

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Informação da coordenadoria de perícia.
 Juntada de Informação

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Administrativo

Código de rastreabilidade: 82620201331936

Nome original: 201979000374.pdf

Data: 13/04/2020 11:18:06

Remetente:

Ledilson Teodoro dos Santos

Coordenadoria de Perícias Judiciais

TJSE

Prioridade: Normal.

Motivo de envio: Devolução.

Assunto: Em conformidade com as normativas legais em vigor do Tribunal de Justiça de Sergipe, a COPEJUD não pode agendar e ou cancelar perícias. O Agendamento Cancelamento somente se fará via SCPV, o qual a COPEJUD não tem acesso.



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

POÇO VERDE DA COMARCA DE POÇO VERDE
Av. São José, Bairro Centro, Poço Verde/SE, CEP 49490000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201979000374

DATA:

17/04/2020

MOVIMENTO:

Conclusão

DESCRIÇÃO:

Considerando a juntada de informações da Gerência de Perícias em 16/04/2020, faço os autos conclusos.

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

POÇO VERDE DA COMARCA DE POÇO VERDE
Av. São José, Bairro Centro, Poço Verde/SE, CEP 49490000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201979000374

DATA:

20/04/2020

MOVIMENTO:

Despacho

DESCRIÇÃO:

Tendo em vista a manifestação do perito em 30.03.2020. e considerando a vigência do Convênio nº 14/2018 - Termo de Convênio de Cooperação Institucional entre o Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe e a Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S/A fixando o valor dos honorários em R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), custeado pela SEGURADORA LÍDER, destituo o perito anterior e nomeio o Perito Judicial Ortopedista Paulo Cândido de Lima Junior, o qual deverá ser intimado sobre a nomeação, para que, no prazo de 10 (dez) dias informe a este juízo se aceita o encargo e fixar a data provável para a entrega do laudo pericial. Em caso de não aceitação do múnus, voltem os autos conclusos para designação de novo perito. Cumpram-se as demais determinações da decisão de

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



**Poder Judiciário do Estado de Sergipe
Poço Verde**

Nº Processo 201979000374 - Número Único: 0000379-18.2019.8.25.0061

Autor: DENISON PAIXÃO RABELO DE SANTANA

Réu: SEGURADORA LIDER

Movimento: Despacho >> Mero Expediente

DESPACHO

Tendo em vista a manifestação do perito em 30.03.2020. e considerando a vigência do Convênio nº 14/2018 - Termo de Convênio de Cooperação Institucional entre o Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe e a Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S/A fixando o valor dos honorários em R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), custeado pela SEGURADORA LÍDER, destituo o perito anterior e nomeio o Perito Judicial Ortopedista Paulo Cândido de Lima Junior, o qual deverá ser intimado sobre a nomeação, para que, no prazo de 10 (dez) dias informe a este juízo se aceita o encargo e fixar a data provável para a entrega do laudo pericial.

Em caso de não aceitação do *mínus*, voltem os autos conclusos para designação de novo perito.

Cumram-se as demais determinações da decisão de



Documento assinado eletronicamente por **RICARDO SANTANA, Juiz(a) de Poço Verde**, em 20/04/2020, às 09:38:52, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2020000779475-38**.



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

POÇO VERDE DA COMARCA DE POÇO VERDE
Av. São José, Bairro Centro, Poço Verde/SE, CEP 49490000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201979000374

DATA:

20/04/2020

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Certifico que, em cumprimento ao despacho retro, enviei email ao perito nomeado conforme documento em anexo.

LOCALIZAÇÃO:


Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não

Zimbra**pocoverde@tjse.jus.br**

Perícia ortopédica

De : Comarca de Poco Verde <pocoverde@tjse.jus.br> Seg, 20 de abr de 2020 12:22**Assunto :** Perícia ortopédica 1 anexo**Para :** pcljcandido@yahoo.com.br

Senhor perito,

Pelo presente, de ordem do MM Juiz de direito desta Comarca, Dr. Ricardo Sant'Ana, encaminho o despacho em anexo para que, no prazo de 10 (dez) dias informe a este juízo se aceita o encargo de realizar a perícia nele determinada e fixar a data provável para a entrega do laudo pericial.

Atenciosamente.

Sandra Regina Lopes vilar

Diretora de Secretaria

**201979000374.pdf**135 KB



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

POÇO VERDE DA COMARCA DE POÇO VERDE
Av. São José, Bairro Centro, Poço Verde/SE, CEP 49490000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201979000374

DATA:

07/05/2020

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Depósito Judicial nº 200428112238003 do BANESE referente a Pagamento do Débito, ocorrido em 05/05/2020, realizado por SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA.

{Movimento automático gerado pelo Sistema de Gestão de Depósito Judicial}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não

Informações do depósito da conta judicial: 40288017268 - Parcela: 2

Banco - BANESE

CPF/CNPJ do depositante	09.248.608/0001-04
Nome do depositante	SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA
ID da guia	1263964
Origem	Interligação
Data do depósito	05/05/2020
Forma de recolhimento	DINHEIRO
Valor do depósito	50,00



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

POÇO VERDE DA COMARCA DE POÇO VERDE
Av. São José, Bairro Centro, Poço Verde/SE, CEP 49490000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201979000374

DATA:

07/05/2020

MOVIMENTO:

Expedição de Documento

DESCRIÇÃO:

Mandado de número 202079001445 do tipo Intimação Parte do proceso Cumprimento de Despacho/ato ordinatório cota promotorial [TM924,MD1809]

 {Destinatário(a): Paulo Cândido de Lima Junior}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE
Poço Verde
Av. São José, S/N
Bairro - Centro Cidade - Poço Verde
Cep - 49490-000 Telefone - (79)3549-1301

Normal(Justiça Gratuita)



202079001445

PROCESSO: 201979000374 (Eletrônico)
NÚMERO ÚNICO: 0000379-18.2019.8.25.0061
NATUREZA: Procedimento Comum Cível
REQUERENTE: DENISON PAIXÃO RABELO DE SANTANA
REQUERIDO: SEGURADORA LIDER

CARTA DE INTIMAÇÃO

Prezado(a) Senhor(a),

Através da presente, fica Vossa Senhoria **INTIMADO(A)**, para cumprir a finalidade abaixo identificada constante no/a despacho/decisão/cota promotorial exarada nos autos.

Prazo:

Finalidade: Tendo em vista a manifestação do perito em 30.03.2020. e considerando a vigência do Convênio nº 14/2018 - Termo de Convênio de Cooperação Institucional entre o Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe e a Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S/A fixando o valor dos honorários em R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), custeado pela SEGURADORA LÍDER, destituo o perito anterior e nomeio o Perito Judicial Ortopedista Paulo Cândido de Lima Junior, o qual deverá ser intimado sobre a nomeação, para que, no prazo de 10 (dez) dias informe a este juízo se aceita o encargo e fixar a data provável para a entrega do laudo pericial.

Atenciosamente,

Ilmº (a) Sr(a)

Nome : Paulo Cândido de Lima Junior
Residência : Av. Gonçalo Prado Rollembergue, 49015-46, Prontoclínica, 460
Bairro : São José
Cep : 49015460
Cidade : Aracaju - SE - SE

[TM924, MD1809]



Documento assinado eletronicamente por **SANDRA REGINA LOPES VILAR, Escrivão/Chefe de Secretaria/Secretário/Subsecretário de Poço Verde**, em 07/05/2020, às 10:08:07, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2020000858969-60**.



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

POÇO VERDE DA COMARCA DE POÇO VERDE
Av. São José, Bairro Centro, Poço Verde/SE, CEP 49490000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201979000374

DATA:

12/05/2020

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Juntada de Outras Petições realizada nesta data. {Movimento Gerado pelo Advogado: KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ - 2592}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE POCO VERDE/SE

Processo: 201979000374

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **DENISON PAIXAO RABELO DE SANTANA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., requerer que seja determinada a juntada do **RECIBO DE PAGAMENTO** em anexo, com fito de **comprovar o pagamento dos honorários do perito nomeado pelo Juízo**.

Termo em que,
Pede Juntada.

POCO VERDE, 11 de maio de 2020.

JOÃO BARBOSA
OAB/SE 780-A

KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ
2592 - OAB/SE

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE
GUIA DE DEPÓSITO JUDICIAL VIA BOLETO DE COBRANÇA

A guia de depósito poderá ser paga em toda rede bancária utilizando-se o boleto bancário abaixo

Processo nº.....: 201979000374

CEDENTE: BANCO DO ESTADO DE SERGIPE

Nome do cliente SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA	Data de Vencimento 26/09/2019	Valor Cobrado R\$ 200,00
Agência / Código do Cedente 015/909000016	Nosso Número 01022867-3	Autenticação Mecânica

 **Banese** **047-7** **04791.59097 00001.601020 28673.047362 1 80240000020000**

Local de Pagamento PAGÁVEL PREFERENCIALMENTE NA REDE BANESE					Vencimento 26/09/2019
Beneficiário BANCO DO ESTADO DE SERGIPE					Agência/Cod Beneficiário 015/909000016
Data do Documento 06/09/2019	Nº do Documento	Espécie Doc.	Aceite	Data do Processamento 06/09/2019	Nosso Número 01022867-3
Uso Banco	Carteira CS	Moeda R\$	Quantidade	Valor	(=) Valor do Documento R\$ 200,00
Instruções - Documento referente a DEPOSITO JUDICIAL ; - Não cobrar Multas juros ou qualquer tipo de encargo; - Não receber após o vencimento.					(-) Desconto/abatimento
					(-) Outras deduções
					(+) Mora/Multa
					(+) Outros Acréscimos
					(=) Valor Cobrado
Pagador: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA Cpf/Cnpj: 09.248.608/0001-04					
SACADOR/AVALISTA					



Autenticação mecânica/FICHA DE COMPENSAÇÃO

			Nº DA CONTA JUDICIAL
			0
Nº DA PARCELA	DATA DO DEPÓSITO	AGÊNCIA (PREF / DV)	TIPO DE JUSTIÇA
	12/09/2019	0	ESTADUAL
DATA DA GUIA	Nº DA GUIA	Nº DO PROCESSO	
12/09/2019	2580435	00003791820198250061	
UF/COMARCA	ORGÃO/VARA	DEPOSITANTE	VALOR DO DEPÓSITO (R\$)
SE	Vara Cível	RÉU	200,00
NOME DO RÉU/IMPETRADO		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ
SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A		Jurídica	09248608000104
NOME DO AUTOR / IMPETRANTE		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ
DENISON PAIXAO RABELO DE SANTANA		FISÍCA	06231174522
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA			
D7AC81648754488C			
CÓDIGO DE BARRAS			
04791.59097 00001.601020 28673.047362 1 80240000020000			

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE
GUIA DE DEPÓSITO JUDICIAL VIA BOLETO DE COBRANÇA

A guia de depósito poderá ser paga em toda rede bancária utilizando-se o boleto bancário abaixo

Processo nº.....: 201979000374

CEDENTE: BANCO DO ESTADO DE SERGIPE

Nome do cliente SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA	Data de Vencimento 18/05/2020	Valor Cobrado R\$ 50,00
Agência / Código do Cedente 015/909000016	Nosso Número 01263964-6	Autenticação Mecânica

 **Banese** **047-7** **04791.59097 00001.601269 39646.047330 3 82590000005000**

Local de Pagamento PAGÁVEL PREFERENCIALMENTE NA REDE BANESE					Vencimento 18/05/2020
Beneficiário BANCO DO ESTADO DE SERGIPE					Agência/Cod Beneficiário 015/909000016
Data do Documento 28/04/2020	Nº do Documento	Espécie Doc.	Aceite	Data do Processamento 28/04/2020	Nosso Número 01263964-6
Uso Banco	Carteira CS	Moeda R\$	Quantidade	Valor	(=) Valor do Documento R\$ 50,00
Instruções - Documento referente a DEPOSITO JUDICIAL ; - Não cobrar Multas juros ou qualquer tipo de encargo; - Não receber após o vencimento.					(-) Desconto/abatimento
					(-) Outras deduções
					(+) Mora/Multa
					(+) Outros Acréscimos
					(=) Valor Cobrado
Pagador: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA Cpf/Cnpj: 09.248.608/0001-04					
SACADOR/AVALISTA					



Autenticação mecânica/FICHA DE COMPENSAÇÃO

			Nº DA CONTA JUDICIAL
			0
Nº DA PARCELA	DATA DO DEPÓSITO	AGÊNCIA (PREF / DV)	TIPO DE JUSTIÇA
	05/05/2020	0	ESTADUAL
DATA DA GUIA	Nº DA GUIA	Nº DO PROCESSO	
05/05/2020	2580435	00003791820198250061	
UF/COMARCA	ORGÃO/VARA	DEPOSITANTE	VALOR DO DEPÓSITO (R\$)
SE	Vara Cível	RÉU	50,00
NOME DO RÉU/IMPETRADO		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ
SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A		Jurídica	09248608000104
NOME DO AUTOR / IMPETRANTE		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ
DENISON PAIXAO RABELO DE SANTANA		FISÍCA	06231174522
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA			
7A53DCCFBFD29AE0			
CÓDIGO DE BARRAS			
04791.59097 00001.601269 39646.047330 3 82590000005000			



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

POÇO VERDE DA COMARCA DE POÇO VERDE
Av. São José, Bairro Centro, Poço Verde/SE, CEP 49490000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201979000374

DATA:

19/05/2020

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Aguardando cumprimento do mandado de num.202079001445, acerca da aceitação do Perito Judicial Ortopedista Paulo Cândido de Lima Junior.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

POÇO VERDE DA COMARCA DE POÇO VERDE
Av. São José, Bairro Centro, Poço Verde/SE, CEP 49490000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201979000374

DATA:

03/06/2020

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Comprovante de Entrega Carta nº 202079001445, conforme arquivo em anexo. Objetivo: Atingido

{Destinatário(a): Paulo Cândido de Lima Junior}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não

Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe
Poço Verde
Av. São José, S/N
Poço Verde - SE



202079001445



Correios CE COMPROVAÇÃO DE ENTREGA
REMESSA LOCAL

UNIDADE e
DATA DE POSTAGEM

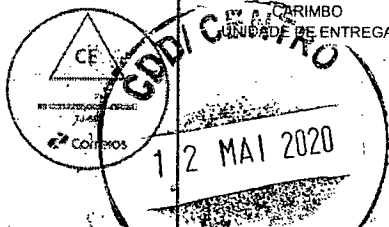


DESTINATÁRIO

Paulo Cândido de Lima Junior
Av. Gonçalo Prado Rollembergue, 49015-46 nº 460,
Prontoclínica. São José.
49015460 - Aracaju - SE

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO CE

Núcleo de Postagem - 2º Grau
Palácio da Justiça, 112, Bairro Centro
49010903 - Aracaju/SE



TENTATIVAS DE ENTREGA

1ª ____/____/____ : ____h

2ª ____/____/____ : ____h

3ª ____/____/____ : ____h

Referente ao processo de nro. 201979003374 (Físico) **SE.**

MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> 1 Mudou-se | <input type="checkbox"/> 5 Recusado |
| <input type="checkbox"/> 2 Endereço insuficiente | <input type="checkbox"/> 6 Não procurado |
| <input type="checkbox"/> 3 Não existe o número | <input type="checkbox"/> 7 Ausente |
| <input type="checkbox"/> 4 Desconhecido | <input type="checkbox"/> 8 Falecido |
| <input type="checkbox"/> 9 Outros: _____ | |

RUBRICA E MATRÍCULA DO
CARTEIRO

Carlos César Almeida Pereira
Carteiro
Mat.: 8.955.248-2

☐ Informação prestada pelo porteiro ou síndico. ☐ Reintegrado ao Serviço Postal em ____/____/____

ASSINATURA DO RECEBEDOR

p. JULIANA RIBEIRO

NOME DE LEGÍVEL DO RECEBEDOR

DATA DE ENTREGA

12/05/20



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

POÇO VERDE DA COMARCA DE POÇO VERDE
Av. São José, Bairro Centro, Poço Verde/SE, CEP 49490000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201979000374

DATA:

12/06/2020

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Aguardando manifestação acerca da aceitação do Perito Judicial Ortopedista Paulo Cândido de Lima Junior.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

POÇO VERDE DA COMARCA DE POÇO VERDE
Av. São José, Bairro Centro, Poço Verde/SE, CEP 49490000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201979000374

DATA:

19/06/2020

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Certifico que exauriu o prazo sem a manifestação do perito Paulo Cândido de Lima Junior nos autos.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

POÇO VERDE DA COMARCA DE POÇO VERDE
Av. São José, Bairro Centro, Poço Verde/SE, CEP 49490000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201979000374

DATA:

19/06/2020

MOVIMENTO:

Conclusão

DESCRIÇÃO:

Nesta data faço o processo eletrônico concluso.

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

POÇO VERDE DA COMARCA DE POÇO VERDE
Av. São José, Bairro Centro, Poço Verde/SE, CEP 49490000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201979000374

DATA:

23/06/2020

MOVIMENTO:

Despacho

DESCRIÇÃO:

Considerando o teor da certidão retro, destituo o perito anterior e detemino que a Secretaria proceda à nomeação de novo perito, o qual deverá ser intimado sobre a nomeação, para que, no prazo de 10 (dez) dias informe a este juízo se aceita o encargo e fixar a data provável para a entrega do laudo pericial. Fixo o valor dos honorários em R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), a ser custeado pela SEGURADORA LÍDER, ante a vigência do Convênio nº 14/2018 - Termo de Convênio de Cooperação Institucional entre o Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe e a Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S/A. Cumpra-se.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário do Estado de Sergipe
Poço Verde**

Nº Processo 201979000374 - Número Único: 0000379-18.2019.8.25.0061

Autor: DENISON PAIXÃO RABELO DE SANTANA

Réu: SEGURADORA LIDER

Movimento: Despacho >> Mero Expediente

Considerando o teor da certidão *retro*, destituo o perito anterior e detemino que a Secretaria proceda à nomeação de novo perito, o qual deverá ser intimado sobre a nomeação, para que, no prazo de 10 (dez) dias informe a este juízo se aceita o encargo e fixar a data provável para a entrega do laudo pericial.

Fixo o valor dos honorários em R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), a ser custeado pela SEGURADORA LÍDER, ante a vigência do Convênio nº 14/2018 - Termo de Convênio de Cooperação Institucional entre o Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe e a Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S/A.

Cumpra-se.



Documento assinado eletronicamente por **RICARDO SANTANA, Juiz(a) de Poço Verde**, em 23/06/2020, às 23:03:08, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2020001144888-01**.



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

POÇO VERDE DA COMARCA DE POÇO VERDE
Av. São José, Bairro Centro, Poço Verde/SE, CEP 49490000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201979000374

DATA:

25/06/2020

MOVIMENTO:

Outras Informações

DESCRIÇÃO:

Perícia agendada para o dia 27/07/2020 de 07:00 às 10:00 hs para o Perito Leandro Koiti Tomiyoshi - DPVAT.
Endereço: Avenida Tancredo Neves, s/n Fórum Gumersindo Bessa - Setor de Perícias, Capucho, Aracaju-SE.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

POÇO VERDE DA COMARCA DE POÇO VERDE
Av. São José, Bairro Centro, Poço Verde/SE, CEP 49490000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201979000374

DATA:

25/06/2020

MOVIMENTO:

Ato Ordinatório

DESCRIÇÃO:

Intimar as partes do processo acerca da Perícia agendada para o dia 27/07/2020 de 07:00 às 10:00 hs para o Perito Leandro Koiti Tomiyoshi - DPVAT. Endereço: Avenida Tancredo Neves, s/n Fórum Gumersindo Bessa - Setor de Perícias, Capucho, Aracaju-SE.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

POÇO VERDE DA COMARCA DE POÇO VERDE
Av. São José, Bairro Centro, Poço Verde/SE, CEP 49490000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201979000374

DATA:

28/07/2020

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Aguardando informação acerca da realização da Perícia na especialidade ortopedia

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

POÇO VERDE DA COMARCA DE POÇO VERDE
Av. São José, Bairro Centro, Poço Verde/SE, CEP 49490000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201979000374

DATA:

03/08/2020

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Juntada de Outras Petições realizada nesta data. {Movimento Gerado pelo Advogado: DENISSON ALVES
CURVELO - 7806}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não

EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE POÇO VERDE – SERGIPE.

AUTOS: 201979000374

ASSUNTO: Ação de cobrança de seguro DPVAT

DENISON PAIXÃO RABELO DE SANTANA, por seu advogado infrafirmado, informa que, embora tenha comparecido ao local no dia e horário marcado, a perícia não foi realizada, uma vez que o setor responsável encontrava-se fechado. Contudo, foi-lhe informado que as perícias agendadas seriam remarçadas a partir do dia 03/08/2020.

Poço Verde, 03 de agosto de 2020.

DENISSON ALVES CURVELO

Advogado – OAB-SE 7.806



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

POÇO VERDE DA COMARCA DE POÇO VERDE
Av. São José, Bairro Centro, Poço Verde/SE, CEP 49490000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201979000374

DATA:

13/08/2020

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Certifico que aguarda-se reagendamento da Perícia na especialidade ortopedia.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

POÇO VERDE DA COMARCA DE POÇO VERDE
Av. São José, Bairro Centro, Poço Verde/SE, CEP 49490000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201979000374

DATA:

04/09/2020

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Solicitação de Informação ao Juízo da Perícia de especialidade Ortopedia (Somente DPVAT). Ao Sr. Juiz de Direito, Solicito remarcação da perícia médica para 23/11/2020, das 07h às 10h por ordem de chegada. Endereço: Avenida Tancredo Neves, s/n Fórum Gumersindo Bessa - Setor de Perícias, Capucho, Aracaju-SE. . Na qual o requerente deverá comparecer munido de exames, relatórios e laudos médicos, necessários a esta perícia.
{Movimento Gerado pelo Módulo de Perícia}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não

Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe

PROCESSO: 201979000374

Ao Sr. Juiz de Direito,

Solicito remarcação da perícia médica para 23/11/2020, das 07h às 10h por ordem de chegada. Endereço: Avenida Tancredo Neves, s/n Fórum Gumersindo Bessa - Setor de Perícias, Capucho, Aracaju-SE. . Na qual o requerente deverá comparecer munidos de exames, relatórios e laudos médicos, necessários a esta perícia.

Atenciosamente,

Leandro Koiti Tomiyoshi
CRM 3730
Médico Perito

Aracaju, 04 de setembro de 2020.



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

POÇO VERDE DA COMARCA DE POÇO VERDE
Av. São José, Bairro Centro, Poço Verde/SE, CEP 49490000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201979000374

DATA:

08/09/2020

MOVIMENTO:

Ato Ordinatório

DESCRIÇÃO:

Intimar as partes do processo para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se acerca da remarcação da perícia médica para 23/11/2020, das 07h às 10h por ordem de chegada. Endereço: Avenida Tancredo Neves, s/n Fórum Gumersindo Bessa - Setor de Perícias, Capucho, Aracaju-SE, na qual o requerente deverá comparecer munidos de exames, relatórios e laudos médicos, necessários a esta perícia.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

POÇO VERDE DA COMARCA DE POÇO VERDE
Av. São José, Bairro Centro, Poço Verde/SE, CEP 49490000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201979000374

DATA:

18/09/2020

MOVIMENTO:

Ato Ordinatório

DESCRIÇÃO:

Intimar as partes do processo para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestarem-se acerca da remarcação da perícia médica para 23/11/2020, das 07h às 10h por ordem de chegada. Endereço: Avenida Tancredo Neves, s/n Fórum Gumersindo Bessa - Setor de Perícias, Capucho, Aracaju-SE, na qual o requerente deverá comparecer munidos de exames, relatórios e laudos médicos necessários a esta perícia.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

POÇO VERDE DA COMARCA DE POÇO VERDE
Av. São José, Bairro Centro, Poço Verde/SE, CEP 49490000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201979000374

DATA:

01/10/2020

MOVIMENTO:

Ato Ordinatório

DESCRIÇÃO:

Aguardar realização de Perícia determinada nos autos.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

POÇO VERDE DA COMARCA DE POÇO VERDE
Av. São José, Bairro Centro, Poço Verde/SE, CEP 49490000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201979000374

DATA:

30/11/2020

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Aguardando juntada do laudo pericial, referente à perícia agendada para 23/11/2020.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

POÇO VERDE DA COMARCA DE POÇO VERDE
Av. São José, Bairro Centro, Poço Verde/SE, CEP 49490000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201979000374

DATA:

03/02/2021

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Aguardando juntada do laudo pericial.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

POÇO VERDE DA COMARCA DE POÇO VERDE
Av. São José, Bairro Centro, Poço Verde/SE, CEP 49490000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201979000374

DATA:

19/02/2021

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Perícia da especialidade Ortopedia (Somente DPVAT) concluída por Leandro Koiti Tomiyoshi - DPVAT. LAUDO E SOLICITAÇÃO LIBERAÇÃO DO ALVARÁ {Movimento Realizado pelo do Módulo de Perícia}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não

LAUDO MÉDICO PERICIAL

A perícia médica não tem por fim o julgamento de causa, mas sim o fornecimento de provas objetivas para que isso seja bem executado pelo magistrado.

PREÂMBULO

Em resposta a intimação do(a) Excelentíssimo(a) Sr(a). Doutor(a) Juiz(a) de Direito, para realização de exame no Sr. **DENISON PAIXÃO RABELO DE SANTANA**, brasileiro, maior, inscrito no Cadastro de Pessoa Física com os nº 062.311.745-22, residente na Rua João XXIII, 30, Bairro Nação, Poço Verde , Sergipe no processo **201979000374**.

Perícia realizada no horário aprazado, estando o periciando sem acompanhantes, sem assistente técnico das partes.

HISTÓRICO

Os dados abaixo relacionados representam uma síntese de todo o histórico médico de sinais e sintomas, antecedentes, e fatos de interesse para esta perícia, baseado em relato espontâneo do periciando ou interrogação e constatação pelo exame do perito.

São as seguintes, as declarações do requerente: foi vítima de acidente de trânsito em 11 de agosto de 2014 no município de Poço Verde conforme Boletim de Ocorrência 2014/06579.0-000415 - alterado. Atendido no Hospital Governador João Alves Filho (HUSE) com diagnóstico de luxação do quadril associada a fratura do acetábulo esquerdo com lesão nervo ciático e fratura diafisária do fêmur esquerdo; realizado tratamento cirúrgico conforme documentação médica presente nos autos.

Nega realização de sessões de fisioterapia; refere acompanhamento pelo médico assistente.

EXAME FÍSICO

Geral:

Periciando em bom estado geral, bem trajado, consciente, normocorado, hidratado, eupneico, orientado no tempo e no espaço com o pensamento com forma curso e conteúdo normal, a memória está presente e preservada, o humor igualmente presente adequado às situações propostas. Não observamos a presença de delírios ou alucinações. As características físicas exibidas são compatíveis com o sexo, tipo étnico e idade.

Exame físico direcionado:

Inspeção

Geral

Marcha com claudicação moderada deambulando com auxílio de uma muleta do tipo canadense. Relação normal dos segmentos corporais. Simetria, forma e volume articular globalmente preservado. Ausência de máculas e tumorações.

Membros Inferiores

Arqueamento tibial, alinhamento das pernas, relação dos maléolos, silhueta do pé, arco plantar longitudinal e angulação do retro pé dentro dos padrões da normalidade.

Apresenta cicatriz cirúrgica incisa arciforme em bom estado com 23 cm de extensão na região glútea posterior esquerda e cicatriz cirúrgica incisa em face lateral da coxa esquerda em bom estado com 19 cm de extensão.

Apoio mono podal em membro inferior esquerdo não possível.

Palpação

Membros Inferiores

Temperatura e textura cutânea dentro da normalidade; eminências ósseas, ventres musculares e tendões palpáveis com ausência de crepitação, sinais flogísticos ou sinais de ruptura; tumorações ausentes.

Grau de mobilidade

Membros Inferiores

No quadril esquerdo, apresenta rigidez do arco de movimento.

No joelho esquerdo, apresenta limitação moderada da flexão.

No tornozelo esquerdo apresenta deficit de extensão do tornozelo

Exame neurológico

Membros Inferiores

Deficit de extensão pé esquerdo (“pé caído”).

Exame vascular:

Membros Inferiores

Pulsos femoral, poplíteo, tibial posterior e do dorso do pé presentes, simétricos e de boa amplitude.

Edema residual em membro inferior esquerdo.

EXAME SUBSIDIÁRIOS

Os exames aqui apresentados são os julgados de relevância para o caso, devidamente respaldados por seus executores, podendo ter sido solicitados por outro profissional da área ou por este perito.

Radiografia da bacia (10/12/2019): “placa e parafusos metálicos estabilizando o quadril esquerdo”.

Radiografia do quadril esquerdo: artrodese com placa e parafusos do quadril esquerdo.

Escanotomometria de membros inferiores (07/01/2019): “diferença entre os MMII é de 0,51 cm, sendo o esquerdo menor; presença de placa e parafusos metálicos no terço médio e proximal do fêmur esquerdo”.

DISCUSSÃO / CONCLUSÃO

O texto abaixo versará sobre o caso em questão, levando em conta os dados obtidos pela história clínica, exames subsidiários, e dados relevantes dos autos do periciando, acrescido da impressão e argumentação técnica do perito.

A conclusão aqui obtida foi fruto de um minucioso estudo do caso, acrescido da experiência e conhecimento do perito, baseado na boa prática e literatura médica vigente.

Avaliadas as sequelas presentes no autor, decorrentes do acidente de trânsito sofrido, temos a ocorrência de **fratura luxação do acetábulo (CID-10: S32.4 e S73.0) com lesão do nervo ciático (CID-10: G57.0) e fratura da diáfise do fêmur (CID-10: S72.3).**

No presente caso, conforme descrito no exame físico e constante nos autos, temos pela tabela SUSEP para fins de DPVAT: incapacidade parcial incompleta - perda funcional de um dos membros inferiores (70%) de grau intenso (75%).

RESPOSTAS AOS QUESITOS:

Do Juízo:

a) O acidente automobilístico sofrido pela parte autora ocasionou invalidez permanente?

Resposta: Sim.

b) As lesões diretamente decorrentes do acidente são suscetíveis de amenização por alguma medida terapêutica?

Resposta: Sim.

c) Em caso de resposta positiva ao primeiro quesito, a invalidez permanente foi total ou parcial?

Resposta: Parcial.

d) Se parcial, a invalidez foi completa ou incompleta?

Resposta: Incompleta.

e) Caso a invalidez permanente tenha sido parcial e completa, a perda anatômica ou funcional pode ser enquadrada em qual dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela constante no anexo da Lei nº 6.194/74?

Resposta: Não se aplica.

f) Caso a invalidez permanente tenha sido parcial e incompleta, a perda anatômica ou funcional pode ser enquadrada em qual dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela constante no anexo da Lei nº 6.194/74? E as perdas podem ser consideradas de repercussão intensa, média, leve ou é o caso de ocorrência de sequelas residuais?

Resposta: Vide “Discussão / Conclusão”.

Da Requerida:

1 - Queira o Sr. Perito informar se há nexo de causalidade entre o acidente narrado na petição inicial e a lesão apresentada pelo autor. Caso haja, informar se da referida lesão resultou invalidez permanente ou temporária;

Resposta: Há nexo. Permanente.

2 - Queira o Sr. Perito informar se a invalidez permanente é notória ou de fácil constatação;

Resposta: Fácil constatação pelo exame físico.

3 - Queira o Sr. Perito esclarecer quando a vítima teve ciência de sua incapacidade com base nos documentos médicos acostados aos autos;

Resposta: Não é possível afirmar com base nos documentos.

4 - Queira o Sr. Perito informar se a vítima encontra-se em tratamento ou já se esgotaram todas as possibilidades existentes na tentativa de minimizar o dano;

Resposta: Vide “Discussão / Conclusão”.

5 - Queira o Sr. Perito informar se à época do acidente o membro afetado já contava com alguma seqüela oriunda de circunstância anterior;

Resposta: Prejudicado.

6 - Queira o Sr. Perito informar se a lesão apresenta caráter parcial ou total. Sendo a invalidez parcial incompleta, queira o Ilustre Perito informar o membro afetado e se a redução proporcional da indenização corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, 10% (dez por cento) para as de sequelas residuais, consoante o disposto no Art. 3º, inciso II, da Lei 6.194/74;

Resposta: Vide “Discussão / Conclusão”.

7 - Queira o Sr. Perito esclarecer todo e qualquer outro elemento necessário ao deslinde da causa.

Resposta: Veja o inteiro teor do Laudo.

Leandro Koiti Tomiyoshi

CRM-SE 3.730 TEOT 11.607

Membro da Sociedade Brasileira Ortopedia e Traumatologia

BIBLIOGRAFIA

ALCÂNTARA, H. R. **Perícia Médica Judicial**. 2ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

BARROS FILHO, T. E. P. **Exame físico em ortopedia**. São Paulo: Sarvier, 2001.

BUCHOLZ, R. W & HECKMAN, J. D. **Rockwood e Green: fraturas em adultos**. V. 1-2, 8ª ed. Barueri, São Paulo: Manole, 2016.

CANALE, S. T. **Cirurgia Ortopédica de Campbell**. Revisão Científica Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia (SBOT). Nascimento, F. G (trad.) v.III. 10ª ed. Barueri, São Paulo: Manole, 2007.

CÓDIGO DE ÉTICA MÉDICA. Resolução CFM nº 1246/88 de 08 de janeiro de 1988.

CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. Lei nº 5869 de 11 de janeiro de 1973.

CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. Lei nº 2848 de 07 de dezembro de 1940.

PAGANI, M, et al. **Perícia Médica Judicial**. São Paulo: nVersos, 2013

THOMPSON, J. C. **Atlas de anatomia ortopédica de Netter**. Terezinha Oppido (trad.). Porto Alegre: Artmed, 2004.

HEBERT, S & XAVIER R. et al. **Ortopedia e Traumatologia: princípios e prática**. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2003.

Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe

PROCESSO: 201979000374

Ao Sr. Dr. Juiz de Direito,

Solicito a liberação do alvará no valor R\$ 250,00 e seus acréscimos já depositado nos autos conforme comprovante judicial contido na data 07/05/2020, referente ao honorário médico na realização da perícia médica e confecção do laudo.

CPF: 289.850.158-18. A ser liberado na conta abaixo:

Nome	Leandro Koiti Tomiyoshi		
Banco: Brasil	Conta Corrente	Nº da Agência: 1603-9	Nº da Conta: 33507-0

Atenciosamente,

Leandro Koiti Tomiyoshi
CRM 3730
Médico Perito

Aracaju, 19 de fevereiro de 2021.



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

POÇO VERDE DA COMARCA DE POÇO VERDE
Av. São José, Bairro Centro, Poço Verde/SE, CEP 49490000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201979000374

DATA:

19/02/2021

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Ao Sr. Dr. Juiz de Direito, Solicito a liberação do alvará no valor R\$ 250,00 e seus acréscimos já depositado nos autos conforme comprovantes judicial contido nas datas 17/09/2019 R\$ 200,00 07/05/2020 R\$ 50,00, referente ao honorário médico na realização da perícia médica e confecção do laudo.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não

Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe

PROCESSO: 201979000374

Ao Sr. Dr. Juiz de Direito,

Solicito a liberação do alvará no valor R\$ 250,00 e seus acréscimos já depositado nos autos conforme comprovantes judicial contido nas datas 17/09/2019 R\$ 200,00 – 07/05/2020 R\$ 50,00, referente ao honorário médico na realização da perícia médica e confecção do laudo.

CPF: 289.850.158-18. A ser liberado na conta abaixo:

Nome	Leandro Koiti Tomiyoshi		
Banco: Brasil	Conta Corrente	Nº da Agência: 1603-9	Nº da Conta: 33507-0

Atenciosamente,

Leandro Koiti Tomiyoshi
CRM 3730
Médico Perito

Aracaju, 19 de fevereiro de 2021.



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

POÇO VERDE DA COMARCA DE POÇO VERDE
Av. São José, Bairro Centro, Poço Verde/SE, CEP 49490000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201979000374

DATA:

22/02/2021

MOVIMENTO:

Ato Ordinatório

DESCRIÇÃO:

Intimar as partes do processo para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestarem-se acerca do Laudo Pericial juntado aos autosw em 19/02/2021.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

POÇO VERDE DA COMARCA DE POÇO VERDE
Av. São José, Bairro Centro, Poço Verde/SE, CEP 49490000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201979000374

DATA:

02/03/2021

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Juntada de Outras Petições realizada nesta data. {Movimento Gerado pelo Advogado: KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ - 2592}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE POÇO VERDE/SE

Processo: 201979000374

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **DENISON PAIXAO RABELO DE SANTANA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.^ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

DA FALTA DE INTERESSE DE AGIR

INÉRCIA DA PARTE AUTORA NO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO

Ab initio, cumpre esclarecer que a parte autora requereu o pagamento, através da via administrativa.

Ocorre que a parte autora não entregou toda a documentação necessária, eis que deixou de apresentar os documentos faltantes.

Assim, a Seguradora enviou correspondência a parte autora a qual ficou-se inerte.

De acordo com o art. 5º, §1º, da Lei nº 6.194/74, a regulação do sinistro deve ser realizada no prazo de 30 dias pela seguradora mediante a apresentação pelo segurado dos documentos que o parágrafo do dispositivo menciona, vejamos:

§ 1º - A indenização referida neste artigo será paga no prazo de 5 (cinco) dias a contar da apresentação dos seguintes documentos:

§2º Os documentos referidos no §1º serão entregues à Sociedade Seguradora, mediante recibo, que os especificará. (gn)

Resta incontestável a necessidade de requerer o pagamento administrativo, porém, toda documentação que comprove o nexo causal entre o sinistro e o dano proveniente, na sua falta não há como a Seguradora realizar o pagamento do seguro perquirido.

Neste sentido deveria a parte autora cumprir com a exigência documental, antes de ingressar com ação no Judiciário, consoante a jurisprudência consolidada no Superior Tribunal de Justiça.

Ocorre que parte não apresentou em seu requerimento administrativo documentos imprescindíveis a seu pedido, o que ensejou o cancelamento do pedido ante a caracterização da sua desídia.

Em se quedando ele inerte, restou de forma a restar patenteado seu desinteresse no prosseguimento do processo administrativo instaurado, apesar de cientificada para impulsionar

Cumpre salientar que recentemente o Supremo Tribunal Federal chegou à conclusão de que a ausência de requerimento em sede administrativa nas ações que versam sobre o Seguro Obrigatório DPVAT é motivo para extinção do processo por falta de interesse de agir.

Destaca-se que as sociedades seguradoras não têm o menor propósito de eximir-se de sua obrigação quando comprovado que é realmente devida a indenização pleiteada, eis que pagar sinistro regularmente coberto é da inerência das suas atividades.

Vale ressaltar que as vítimas de acidentes de trânsito em todo o Brasil, podem solicitar o seguro DPVAT gratuitamente nas agências próprias dos Correios. Frisa-se que se trata de um procedimento simples e com dispensa do auxílio de terceiros.

Essas ações promovidas pela Seguradora Líder dos consórcios DPVAT visam facilitar o recebimento na via administrativa dando acesso célere e efetivo aos acidentados, como também tem como objetivos principais evitar a lide e a necessidade de manifestação judiciária sobre o tema.

Em arrimo à tese aqui exposta, é amplamente sabido que o interesse jurídico manifesta-se na existência da lide. A função jurisdicional se exercerá sempre com referência a uma lide que a parte interessada deduz do Estado, pedindo uma solução. A existência da lide, do litígio, obviamente está intimamente ligada à pretensão resistida, que determina o surgimento do conflito, que é uma das condições da ação.

Diante disso, impõe-se a extinção do processo sem julgamento do mérito, pois a existência do litígio constitui condição lógica do processo, cabendo ser evidenciado que o cidadão não deve e nem pode, a seu livre arbítrio e prazer, acionar a prestação jurisdicional do Estado em conflitos que certamente poderiam ser resolvidos de forma consensual e sem a interferência estatal.

Caso não seja esse o entendimento do i. Magistrado, requer o sobrestamento do processo por 30 (trinta) dias para que a parte autora reabra o pedido administrativo entregando toda a documentação necessária para que possa haver a correta regulação administrativa.

QUESTÃO PREJUDICIAL DE MÉRITO

DA PRESCRIÇÃO

A parte autora alega ter sofrido acidente de trânsito 11/08/2014, ficando debilitada de forma permanente.

Em 06/02/2015, a parte autora deu entrada no pedido administrativo, **suspendendo** assim, o prazo prescricional que estava em curso, conforme previsão da súmula 229 do STJ.

Súmula 229 STJ: “O pedido do pagamento de indenização à Seguradora suspende o prazo de prescrição até que o segurado tenha ciência da decisão”.

Em 05/08/2015, a Ré encaminhou carta de negativa / informando pagamento administrativo, e assim, após esta data, o prazo prescricional voltou a fluir, encerrando-se em 04/02/2018.

Ocorre que a presente ação foi ajuizada em 26/02/2019, ou seja, após o término do prazo prescricional.

Vejamos a jurisprudência:

APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO. EXTINÇÃO DO PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. PRESCRIÇÃO ÂNUA. ART. 487, II, NCPC. SÚMULAS 278, 229 E 101 DO STJ. RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. DECISÃO UNÂNIME.- "O termo inicial do prazo prescricional, na ação de indenização, é a data em que o segurado teve ciência inequívoca da incapacidade laboral". Súmula 278, do STJ.- "O pedido do pagamento de indenização à seguradora suspende o prazo de prescrição até que o segurado tenha ciência da decisão". Súmula 229, do STJ.- Resta operada a prescrição quando a soma dos lapsos temporais referentes ao período anterior e posterior da suspensão excede o prazo de um ano previsto no art. 206, §1º, II, do Código Civil, e na Súmula 101, do STJ.- Precedente do STJ.- Apelação Cível a que se nega provimento, à unanimidade.

(Apelação 480389-80000095-96.2015.8.17.1540, Rel. Stênio José de Sousa Neiva Coêlho, 2ª Câmara Cível, julgado em 19/12/2018, DJe 11/01/2019)

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA DE COMPLEMENTO DO SEGURO DPVAT - PRAZO PRESCRICIONAL DO ART. 206, §3º, IX, DO CC - APLICAÇÃO DAS SÚMULAS 229 E 405, DO STJ - PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO AUTURAL - APELO DESPROVIDO - SENTENÇA PRESERVADA - UNANIMIDADE.

(Apelação 518612-50045444-83.2015.8.17.0001, Rel. José Carlos Patriota Malta, 6ª Câmara Cível, julgado em 18/12/2018, DJe 25/01/2019)

Desta forma, a presente ação deverá ser julgada improcedente.

DA CIÊNCIA INEQUÍVOCA – DISTORÇÃO DA APLICAÇÃO DA SÚMULA 278 DO STJ

Não assiste razão a parte Autora na tentativa de adequar seu caso à hipótese de afastamento da prescrição em razão da aplicação da súmula 278 do STJ, visto que, em situação diametralmente oposta do que é alegado, percebe-se pelos documentos dos autos que a vítima não submeteu-se a tratamento permanente e contínuo com vistas a recuperação da lesão acometida em virtude do acidente.

Corroborando com o alegado, somente são juntados na exordial documentos médicos da época em que o mesmo sofreu acidente, deixando de acostar laudos que comprovem que este ficou em tratamento contínuo até a suposta ciência inequívoca do caráter permanente da invalidez¹.

Imperioso ressaltar que o simples fato da parte Autora se submeter a uma nova perícia, não pode dar ensejo à renovação do prazo prescricional, sob pena de esvaziar o instituto da prescrição, tornando a ação de cobrança de seguro DPVAT, imprescritível, mormente por se tratar de um seguro cuja uma das coberturas é a invalidez **permanente**.

Forçoso assinalar que a simples alegação de que a “ciência inequívoca” se deu tanto tempo após o fato, abrirá precedentes para que, qualquer indivíduo ajuíze demandas no judiciário com sua pretensão prescrita, bastando apresentar um novo laudo do IML, alegando que sua ciência se deu nesta data.

¹STJ, A.I nº 1.375.362 – MT, Relator Ministro Raul Araújo, julgamento 30/11/2011 “RECURSO DE APELAÇÃO - DECISÃO MONOCRÁTICA - RECONHECIMENTO DE PRESCRIÇÃO – SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) - SÚMULA Nº 405 DO STJ - PRAZO DE 03 (TRÊS) ANOS ART. 206, § 3º, IX, DO CC/2002 - SÚMULA Nº 297 DO STJ - INAPLICABILIDADE NO CASO CONCRETO -PRESCRIÇÃO OCORRIDA ANTES DO INÍCIO DE QUALQUER EXAME PERICIAL - IMPOSSIBILIDADE DA PRESCRIÇÃO FICAR DEPENDENTE DE AÇÃO POTESTATIVA DA VÍTIMA – VONTADE DE SE SUBMETER OU NÃO AO EXAME – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.”

Ademais, não é crível nem verossímil que, após ter sofrido um acidente que resultou graves lesões e sequelas permanentes, conforme alega o Requerente, após o decurso de tanto tempo é que tenha se dado conta do verdadeiro efeito das lesões sofridas e suas consequências.

Diante do exposto, e por tudo mais que dos autos consta, irremediável a não aplicação da súmula 278 do STJ, por ser razão da mais lúdima justiça!



DA AUSÊNCIA DE COBERTURA

Antes de expor seus argumentos quanto a perícia médica realizada na parte autora, vem informar a este juízo que diferentemente do que foi alegado, observando-se a documentação acostada, verificar-se que o autor não se encontra na situação prevista no Art.7º da Lei 6194/74, isto porque, o pedido do seguro DPVAT, refere-se ao veículo placa **OEO 6997 / SE**, de propriedade da parte autora.

Ocorre que o autor, não pagou o prêmio do seguro, estando o veículo em situação irregular pelo não pagamento do seguro obrigatório à época do sinistro.

Conforme se observar pela consulta, o único pagamento efetuado foi relativo ao ano de 2012, portanto ausente o pagamento correspondente ao exercício do ano do sinistro:

Sua busca por placa: OEO6997 UF: SE CATEGORIA: 09*

	Exercício	Valor Pago	Situação	Declaração de Pagamento
	2012	R\$72,94	Quitado	
Data Pagamento		Valor Pago		
25/10/2012		R\$72,94		

(*) Motocicleta

[Voltar](#) [Imprimir](#)

Assim, tratando-se o requerente do proprietário do veículo que ensejou a lesão, não tendo este comprovado o pagamento do prêmio, não tem direito à cobertura securitária.

No caso trazido à baila, conforme se extrai da documentação acostada aos autos, a parte autora é proprietária do veículo causador das lesões pelas quais é pleiteada a indenização pelo Seguro DPVAT, estando a categoria daquele englobada pelo Consórcio DPVAT, à inteligência do art. 38 da Resolução do CNSP nº 332/2015.

Frisa-se que a ausência de pagamento pelo proprietário gera um prejuízo a toda sociedade, na medida, em caso de inadimplência do seguro, os valores não são repassados aos programas sociais, programa saúde pública e programas educadores de prevenção de acidentes.

Assim, o Seguro DPVAT exclui da cobertura o sinistrado, quando este for o proprietário do veículo e se encontrar inadimplente em relação ao pagamento do prêmio, quando da ocorrência do acidente. Por certo, a exclusão da cobertura restringe-se somente ao acidentado-proprietário inadimplente, mantendo-se toda a cobertura no que tange a terceiros.

É exatamente este o entendimento que ensejou a edição do verbete sumular nº 257 do STJ, posto que os casos concretos que foram julgados naquela corte tratavam de situações onde a vítima não era o proprietário do veículo, sendo, portanto, prescindível a discussão acerca do pagamento ou não do prêmio, uma vez que, indiscutivelmente, aqueles acidentados tinham direito ao recebimento da indenização.

Pelo exposto, não deve ser imputada à Seguradora Ré qualquer dever de indenizar a parte autora pelos supostos danos, eis que ausentes os elementos ensejadores da obrigação indenizatória.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

POCO VERDE, 1 de março de 2021.

KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ
2592 - OAB/SE



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

POÇO VERDE DA COMARCA DE POÇO VERDE
Av. São José, Bairro Centro, Poço Verde/SE, CEP 49490000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201979000374

DATA:

03/03/2021

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Certifico a tempestividade da manifestação/Requerida, através de juntada de petição retro (em 02/03/2021).

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

POÇO VERDE DA COMARCA DE POÇO VERDE
Av. São José, Bairro Centro, Poço Verde/SE, CEP 49490000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201979000374

DATA:

16/03/2021

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Juntada de Outras Petições realizada nesta data. {Movimento Gerado pelo Advogado: DENISSON ALVES
CURVELO - 7806}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não

EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE POÇO VERDE – SERGIPE.

AUTOS: 201979000374

ASSUNTO: Ação de cobrança de seguro DPVAT

DENISON PAIXÃO RABELO DE SANTANA, por seu advogado infrafirmado, intimado a se manifestar sobre o Laudo Pericial juntado aos autos, que concluiu pela ocorrência de fratura luxação do acetábulo (CID-10:S32.4 e S73.0) com lesão do nervo ciático (CID-10: G57.0) e fratura da diáfise do fêmur (CID-10: S72.3), atestando a incapacidade parcial incompleta - perda funcional de um dos membros inferiores (70%) de grau intenso (75%) do Autor, nos moldes da tabela SUSEP para fins de DPVAT¹, ratifica o seu teor, uma vez que corresponde ao alegado durante toda a demanda.

Dessa forma, reitera os pedidos feitos em sede de petição inicial, pugnando pela procedência da presente ação.

Poço Verde, 16 de março 2021.

DENISSON ALVES CURVELO

Advogado – OAB-SE 7.806

¹ Trecho da página 4 do Laudo Pericial juntado aos autos.



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

POÇO VERDE DA COMARCA DE POÇO VERDE
Av. São José, Bairro Centro, Poço Verde/SE, CEP 49490000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201979000374

DATA:

16/03/2021

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Certifico a tempestividade da manifestação das partes acerca do laudo pericial juntado aos autos.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

POÇO VERDE DA COMARCA DE POÇO VERDE
Av. São José, Bairro Centro, Poço Verde/SE, CEP 49490000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201979000374

DATA:

16/03/2021

MOVIMENTO:

Conclusão

DESCRIÇÃO:

Nesta data faço o processo eletrônico concluso.

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

POÇO VERDE DA COMARCA DE POÇO VERDE
Av. São José, Bairro Centro, Poço Verde/SE, CEP 49490000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201979000374

DATA:

16/03/2021

MOVIMENTO:

Despacho

DESCRIÇÃO:

Anuncio o julgamento do mérito. Aguarde-se em secretaria a manifestação das partes em 15 (quinze) dias. Após, certifique-se e volvam-se os autos conclusos.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



**Poder Judiciário do Estado de Sergipe
Poço Verde**

Nº Processo 201979000374 - Número Único: 0000379-18.2019.8.25.0061

Autor: DENISON PAIXÃO RABELO DE SANTANA

Réu: SEGURADORA LIDER

Movimento: Despacho >> Mero Expediente

Anuncio o julgamento do mérito.

Aguarde-se em secretaria a manifestação das partes em 15 (quinze) dias. Após, certifique-se e volvam-se os autos conclusos.



Documento assinado eletronicamente por **RICARDO SANTANA, Juiz(a) de Poço Verde**, em 16/03/2021, às 16:22:48, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2021000534736-20**.



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

POÇO VERDE DA COMARCA DE POÇO VERDE
Av. São José, Bairro Centro, Poço Verde/SE, CEP 49490000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201979000374

DATA:

22/03/2021

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Juntada de Outras Petições realizada nesta data. {Movimento Gerado pelo Advogado: KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ - 2592}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE POCO VERDE/SE

Processo: 201979000374

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **DENISON PAIXAO RABELO DE SANTANA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., em cumprimento ao despacho de fls., informar que não possui outras provas a produzir.

No mais, ratifica todas as suas teses de defesa, requerendo o julgamento da ação com a total improcedência dos pedidos.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

POCO VERDE, 22 de março de 2021.

KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ
2592 - OAB/SE



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

POÇO VERDE DA COMARCA DE POÇO VERDE
Av. São José, Bairro Centro, Poço Verde/SE, CEP 49490000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201979000374

DATA:

14/04/2021

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Certifico que decorreu o prazo sem manifestação da parte autora.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

POÇO VERDE DA COMARCA DE POÇO VERDE
Av. São José, Bairro Centro, Poço Verde/SE, CEP 49490000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201979000374

DATA:

14/04/2021

MOVIMENTO:

Conclusão

DESCRIÇÃO:

Nesta data faço o processo eletrônico concluso.

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

POÇO VERDE DA COMARCA DE POÇO VERDE
Av. São José, Bairro Centro, Poço Verde/SE, CEP 49490000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201979000374

DATA:

20/04/2021

MOVIMENTO:

Julgamento

DESCRIÇÃO:

(...)Ante o expendido, e por tudo mais que dos autos consta, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC, resolvo o mérito JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial para, por conseguinte, CONDENAR a demandada a pagar à autora a importância de 6.615,00 (seis mil seiscentos e quinze reais), incidindo correção monetária pelo INPC desde a data do evento danoso (11/08/2014), nos termos do §1º do artigo 5º da Lei 6.194/74 com nova redação dada pela Lei nº 11.484/07 e da Súmula 43 do STJ, com acréscimo de juros de 1% ao mês, contados a partir da citação. Outrossim, dada a sucumbência recíproca na presente lide, condeno ambas as partes a arcarem com as custas e honorários advocatícios, os quais fixo no valor de R\$ 900,00 (novecentos reais) para cada uma delas, nos moldes do art. 85, §§2º e 16º, do NCPC, oportunidade em que suspendo a exigibilidade da cobrança em relação à parte autora, nos termos do art. 98, ss., do CPC. Interposto Recurso de Apelação, intime-se a parte Apelada para, no prazo de 15 (quinze dias), apresentar suas contrarrazões, nos moldes do art. 1.010, §1º do CPC. Caso as contrarrazões do recurso principal ou do adesivo ventilem matérias elencadas no art. 1.009, §1º, do CPC, intime-se o recorrente para se manifestar sobre elas no prazo de 15 (quinze) dias, conforme o art.1.009, §2º, do CPC. Se o apelado interpuser apelação adesiva, intime-se o ora apelante para apresentar contrarrazões (art.1.010, §2º do CPC). Em caso negativo, remetam-se os autos ao E. Tribunal de Justiça deste Estado (art. 1.010, §3º do CPC). Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após o trânsito em julgado, inexistindo requerimentos, archive-se.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



**Poder Judiciário do Estado de Sergipe
Poço Verde**

Nº Processo 201979000374 - Número Único: 0000379-18.2019.8.25.0061

Autor: DENISON PAIXÃO RABELO DE SANTANA

Réu: SEGURADORA LIDER

Movimento: Julgamento >> Com Resolução do Mérito >> Procedência em Parte

SENTENÇA

I- RELATÓRIO

DENISON PAIXÃO RABELO DE SANTANA, já identificado nos autos, por intermédio de Procuradora legalmente habilitada, ajuizou AÇÃO DE COBRANÇA em face da SEGURADORA LÍDER S/A, também qualificada, alegando, em suma, que, em razão de acidente de trânsito ocorrido em 11 agosto de 2014, sofreu artrose do quadril esquerdo + sequela neurológica em membro inferior esquerdo (Lesão do componente fibular do nervo ciático).

Pugna assim, pela condenação da requerida ao pagamento da quantia equivalente à gravidade da lesão, com a devida correção monetária e juros de mora desde a data da citação.

Juntou os documentos de fl. 08/20.

Devidamente citada, a demandada apresentou sua contestação às fl. 32/42, pleiteando, preliminarmente, a ocorrência da prescrição. a improcedência do pedido autoral. No mérito, asseverou, em suma, que a ausência de laudo pericial expedido pelo IML, bem como pontuou ser questionável as informações do Boletim de Ocorrência com o boletim médico de atendimento. Aduziu quanto à ausência de cobertura do seguro pelo fato de as lesões não terem causado invalidez. Pleiteou a improcedência do pedido autoral. Juntou os documentos de fls. 43/126.

Audiência de conciliação realizada em 11.04.2019 restou inexitosa.

Réplica de fl. 136/139.

Em decisão de fl. 150/151 foi, então, apreciada a preliminar suscitada, bem como saneado o feito determinando-se a produção de prova pericial.

Designada perícia médica, com laudo pericial adunado às fl. 217/222, uma vez intimadas as partes acerca do referido estudo, a parte requerida manifestou-se (fl.229/233), bem como a requerente (fl. 236).

Por fim foram apresentadas alegações finais da requerida, às fl. 242.

Volveram os autos conclusos.

Eis a história relevante dos autos. Passo a decidir.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.1 – MÉRITO

O feito já se encontra regularmente instruído, tendo sido facultado às partes o exercício pleno da ampla defesa, estando, por seu turno, a causa madura para julgamento.

Na espécie, cuida-se de ação manejada com o escopo de obter o recebimento de quantia relativa à indenização de seguro obrigatório proveniente de acidente de trânsito que provocou o alegado trauma na parte autora, o que comprometeu sua capacidade motora.

Da análise do *in folio*, verifica-se que o acidente ocorreu no dia 11/08/2014, fato este devidamente comprovado por meio de ficha de internação. Acerca da legislação aplicável à espécie, tendo em vista a diversidade de diplomas legais que se sucederam quanto ao DPVAT, necessário inicialmente definir qual a legislação incidente ao caso concreto, ou seja, a legislação vigente no momento do acidente de trânsito. Tem-se, então, a seguinte evolução legislativa quanto ao tema sub judice:

a) até 29.12.2006, antes da entrada em vigor da Medida Provisória 340, que alterou o art. 3º da lei instituidora do seguro DPVAT, a indenização era fixada em salários mínimos, sendo previsto o pagamento de 40 (quarenta) vezes o valor do maior salário-mínimo vigente no País - no caso de morte; até 40 (quarenta) vezes o valor do maior salário-mínimo vigente no País - no caso de invalidez permanente; até 8 (oito) vezes o valor do maior salário-mínimo vigente no País - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas;

b) com a entrada em vigor da MP nº 340/06, em 29.12.2006, ratificada pela Lei 11.482/07, o pagamento dos valores das indenizações passou a ser efetuado em moeda corrente, sendo previsto o pagamento de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte; até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima – no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas. Ocorre que, nos casos de invalidez parcial, na ausência de norma que regulamente o parâmetro para aferição da indenização a ser paga aos acidentes ocorridos até 15.12.2008 (entrada em vigor da MP 451/2008), conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça[1], mostra-se adequada e válida a 2 utilização dos parâmetros previstos na tabela da Resolução do Conselho Nacional de Seguro DPVAT, nos termos do §3º, do art. 4º, da Lei nº 6.194/74, e Súmula 474 do STJ[2];

c) a partir de 15.12.2008, em razão da MP nº 451/08, convertida na Lei 11.945/2009, a lei passou a prever, de forma gradual, o valor a ser indenizado nos casos de invalidez parcial, atestada por laudo pericial, para fins de indenização pelo seguro DPVAT, restando estabelecido os seguintes percentuais, nos termos do anexo da Lei nº 11.945/2009:

Danos Corporais Totais Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico	Percentual da Perda
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	100
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés	

Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior	
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral	
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica	
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	

Danos Corporais Segmentares (Parciais) Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores	Percentuais das Perdas
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	50
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	25
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	
	10

Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	

Danos Corporais Segmentares (Parciais) Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais	Percentuais das Perdas
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	50
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	25
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço	10

Na época do acidente, estava em vigor a Lei 11.945/2009, e que, segundo a espécie normativa, o seguro obrigatório passou a ter um valor determinado, qual seja, até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), com gradações do valor a ser pago de acordo com a lesão sofrida pela vítima.

Outrossim, torna-se válido frisar que o pagamento da indenização referente ao DPVAT por invalidez está condicionado à prova do acidente e do dano dele decorrente, e não do atraso no pagamento do seguro DPVAT, como defendeu-se o requerido. Conforme enunciado da Súmula nº 257, do Superior Tribunal de Justiça: “A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização.”

Por outro lado, a indenização por invalidez parcial é calculada por meio da aplicação do grau de redução funcional. Assim, a apuração da lesão e a consequente quantificação da debilidade causada, é indispensável. A propósito, recai à parte autora o ônus de comprovar a ocorrência do acidente, as lesões sofridas, o grau e eventuais despesas oriundas do sinistro, uma vez que fato constitutivo do seu direito (art. 373, inciso I, do CPC).

Como se sabe, a natureza do acidente a ensejar a indenização securitária pela parte ré, o Superior Tribunal de Justiça já sedimentou que “a caracterização do infortúnio como acidente de trabalho, por si só, não afasta a cobertura do seguro obrigatório – DPVAT[3]”. Ademais, a Corte Superior entende cabível a “indenização securitária de forma excepcional no caso em que o veículo automotor esteja parado ou estacionado, desde que o dano não decorra de conduta imputável à própria vítima” (REsp 1187311/MS, Rel. Ministro Massami Uyeda, Terceira Turma, julgado em 20/09/2011, DJ 28/09/2011).

Desta forma, basta que o acidente tenha ocorrido com veículo automotor, sendo prescindível que tenha se originado de acidente de trânsito.

Quanto ao dano sofrido, conforme o laudo pericial realizado em juízo (fls. 217/222), a parte autora sofreu e fratura luxação do acetábulo (CID-10:S32.4 e S73.0) com lesão do nervo ciático (CID-10: G57.0) e fratura da diáfise do fêmur (CID-10: S72.3), o que ensejou a invalidez parcial incompleta com a perda funcional de um dos membros inferiores (70%) de grau intenso 75%, o que decorre exclusivamente de acidente pessoal com veículo automotor terrestre, inexistindo indicação à reabilitação.

De acordo com a tabela descrita acima, em caso de “Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores”, o valor da indenização deve corresponder a 70% do valor de R\$ 13.500,00. No caso, a lesão diagnosticada pelo perito foi de invalidez parcial incompleta, além de comprovada a invalidez de caráter permanente e o nexo de causalidade com o acidente automobilístico apontado na

exordial, resta evidente que a autora tem direito a ser indenizado pela requerida em decorrência do sinistro ocorrido, cujo valor deve corresponder a R\$ 13.500,00 (teto) x 75% (porcentagem do segmento lesionado) x 70% (extensão da lesão - intensa) = R\$ 6.615,00 (seis mil seiscentos e quinze reais), consoante estabelecido em tabela anexa à Lei nº 11.945/2009.

III- DISPOSITIVO

Ante o expendido, e por tudo mais que dos autos consta, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC, resolvo o mérito JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial para, por conseguinte, CONDENAR a demandada a pagar à autora a importância de 6.615,00 (seis mil seiscentos e quinze reais), incidindo correção monetária pelo INPC desde a data do evento danoso (11/08/2014), nos termos do §1º do artigo 5º da Lei 6.194/74 com nova redação dada pela Lei nº 11.484/07 e da Súmula 43 do STJ, com acréscimo de juros de 1% ao mês, contados a partir da citação.

Outrossim, dada a sucumbência recíproca na presente lide, condeno ambas as partes a arcarem com as custas e honorários advocatícios, os quais fixo no valor de R\$ 900,00 (novecentos reais) para cada uma delas, nos moldes do art. 85, §§2º e 16º, do NCPC, oportunidade em que suspendo a exigibilidade da cobrança em relação à parte autora, nos termos do art. 98, ss., do CPC.

Interposto Recurso de Apelação, intime-se a parte Apelada para, no prazo de 15 (quinze dias), apresentar suas contrarrazões, nos moldes do art. 1.010, §1º do CPC.

Caso as contrarrazões do recurso principal ou do adesivo ventilem matérias elencadas no art. 1.009, §1º, do CPC, intime-se o recorrente para se manifestar sobre elas no prazo de 15 (quinze) dias, conforme o art.1.009, §2º, do CPC.

Se o apelado interpuser apelação adesiva, intime-se o ora apelante para apresentar contrarrazões (art.1.010, §2º do CPC).

Em caso negativo, remetam-se os autos ao E. Tribunal de Justiça deste Estado (art. 1.010, §3º do CPC).

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Após o trânsito em julgado, inexistindo requerimentos, archive-se.

[1] REsp 1.101.572RS, relatora a Senhora Ministra NANCY ANDRIGHI, Dje 25.11.10; AgRg no AREsp 132494, relator o Senhor Ministro MARCO BUZZI, D.J. 26/06/2012; AgRg no AREsp 148287, relator o Senhor Ministro RICARDO VILLAS BÓAS CUEVA, D.J. 25/05/2012.

[2] "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez".



Documento assinado eletronicamente por **RICARDO SANTANA, Juiz(a) de Poço Verde**, em 20/04/2021, às 11:05:45, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2021000791084-74**.
